



Beatriz do Nascimento Prechet

**Enegrecendo o meretrício:
Experiências da prostituição feminina
no Rio de Janeiro (1871-1909)**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História Social da Cultura.

Orientador: Prof. Leonardo Affonso de Miranda Pereira
Coorientadora: Prof.^a Cristiana Schettini

Rio de Janeiro
Setembro de 2019



Beatriz do Nascimento Prechet

**Enegrecendo omeretrício:
Experiências da prostituição feminina
no Rio De Janeiro (1871-1909)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História Social da Cultura. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Prof. Leonardo Affonso de Miranda Pereira

Orientador

Departamento de História PUC-Rio

Prof.^a Cristiana Schettini

Coorientadora

Universidad Nacional de San Martin

Prof.^a Iamara da Silva Viana

Departamento de História – PUC-Rio

Prof. Thaddeus Gregory Blanchette

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2019

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Beatriz do Nascimento Prechet

Graduou-se em História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tendo concluído o curso de bacharelado e licenciatura em dezembro de 2016. Kursou o mestrado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro como bolsista CAPES, obtendo o título de Mestre em setembro de 2019.

Ficha Catalográfica

Prechet, Beatriz do Nascimento

Enegrecendo o meretrício : experiências da prostituição feminina no Rio de Janeiro (1871-1909) / Beatriz do Nascimento Prechet ; orientador: Leonardo Affonso de Miranda Pereira ; co-orientadora: Cristiana Schettini. – 2019.

124 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2019.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História Social da Cultura – Teses. 3. Prostituição. 4. Escravidão. 5. Mulheres negras. 6. Imprensa. 7. Primeira República. I. Pereira, Leonardo Affonso de Miranda. II. Schettini, Cristiana. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. IV. Título.

CDD: 900

Agradecimentos

O momento da escrita é, por muitas vezes, marcado pela solidão, insegurança e fragilidade. No entanto, dividi esse momento tão importante na minha formação não somente com a folha em branco do Word, mas também com pessoas que me foram imprescindíveis nessa caminhada. Deixo, nas linhas que seguem, toda a minha gratidão aos sujeitos dessa e de tantas outras histórias.

Aos meus pais Lidia e Sergio, agradeço por serem incansáveis nessa caminhada em conjunto. O lar seguro, o amor incondicional e todo apoio, seja afetivo, emocional ou financeiro, foram fundamentais para atravessar a pós-graduação. Vencemos mais uma etapa juntos. Obrigada por darem o melhor de si nessa caminhada em conjunto. Amo vocês!

Aos meus primos Flávia, Patrícia, Daniela, Vinícius, Sharlene, Letícia, Danubia, Millena, Pedro Arthur, Julia e Sophia, agradeço por serem a minha família e por estarmos sempre juntos, apesar de todas as adversidades impostas pela vida.

Às minhas afilhadas Açucena e Ana Clara, agradeço por entenderem as minhas ausências e por serem minha fonte de afeto e cuidado.

Vó Marli, agradeço por todas as orações e por sempre acreditar que eu chegaria em algum lugar.

Aos professores e amigos queridos, Leandro Buffon e Henrique Gaio, agradeço por despertarem em mim o amor pela História.

À minha bruxinha humilde e perfeita, professora Marilene Rosa (in memoriam), agradeço pelas melhores aulas sobre o Rio de Janeiro e por me apresentar aos considerados desajustados da História. Você, com toda a certeza, deu sentido à minha graduação e aos passos seguintes. Obrigada, mil vezes obrigada.

À amiga querida Géssica Guimarães, agradeço pelo reconhecimento e pelas palavras de carinho e incentivo. Também agradeço às professoras Renata Moraes e Laura Nery por sempre verem em mim o potencial para seguir na História. Suas aulas foram determinantes para minha formação.

Aos amigos de longa data, João Paulo Pires, Thiago Vianna, Thaiane Soncin, Bia Carvalho, Maísa Braga, Priscila Gonçalves, Roberta Melo, Ana Carolina Carvalho, Aymée Fávaro, Shanely Silva, agradeço por compreenderem as minhas faltas nas programações marcadas e por sempre lembrarem de mim, seja através de uma ligação ou de uma simples mensagem. Vocês são os melhores amigos que eu poderia ter.

Luiza Roale, Amanda Alvares, Isis Martins, Isabella Lopes, Gabriel Franco, Maria Gabriela, Michele Aguiar, Isabela Pelegrini, Rosana Coutinho, Wanessa Mendes, Gabriela Ferry, Juliana Espindola, Juliette Vasconcelos, Julia Sol, Juliana Martins, Marcus Felipe, Carolina Manzini, Camila Ruy, Tarsylla e Vitória Daier, agradeço pelas cervejinhas, pelos abraços fraternais e por tirarem a minha cabeça do autoflagelo. Vocês são muito especiais.

À Tatiana, minha psicóloga e Taisa Machado, minha professora de funk, agradeço por movimentarem meus pensamentos e meu corpo, me fazendo acreditar ser possível concluir este trabalho sem perder a cabeça e o molejo. Vocês foram fundamentais no meu processo de reconhecimento enquanto pesquisadora.

À Jéssica Carvalho e Raquel Ribas, agradeço pelas conversas malucas, pelos esporros (des)necessários e por sempre confiarem que eu seria capaz de concluir este trabalho. A esquina do lanche serviu para que eu não sucumbisse aos dias difíceis.

Ao meu irmão do coração, José Roberto, agradeço por segurar a minha mão do início ao fim dessa caminhada. Nada do que eu diga ou faça será suficiente para retribuir todo o bem que você me faz.

Pelo abraço carinhoso, pela cumplicidade de outras vidas e por sempre torcer por mim, agradeço à Carla Navarro, por seguir juntinho comigo nesse caminho por vezes insuportável.

À Elaine Monteiro, agradeço por todas as trocas, por todas as risadas escandalosas e por sempre abrir meus olhos para as questões que nos atingem e que são parte fundamental deste trabalho.

Alice Ripper e Yan Fonseca, sou grata pela amizade sincera e por todas as trocas desde a UERJ até aqui.

Essa pesquisa não teria começado se não fosse por todo o apoio e incentivo de Roberta Moreira e Mônica Ribeiro. Obrigada por terem acreditado, antes de mim, que eu sobreviveria a essa aventura. Vocês são muito especiais nessa trajetória.

Ao Cairo Barbosa, agradeço por realizar esse sonho junto comigo. Nosso plano, pensado ainda no pré-vestibular, foi concluído.

Sem o apoio fundamental de Isabella Furtado e Camilla Caetano, nos momentos de angústia e desespero, certamente, esse trabalho não teria sido concluído. Sou muito grata a esse encontro de corações.

Agradeço as conversas, o incentivo e os conselhos das minhas queridas amigas Bruna Stuntz, Julia Toledo, Carolina Borges e Mariana Alves. Surtar com vocês foi bem mais divertido.

À Isabella Tavares, Larissa Nobre, Maíra Marinho e Karoline Miranda, agradeço pelas indicações de textos, pelos abraços afetuosos e por sempre me

fazerem enxergar que, mesmo sendo difícil, a academia também é o espaço das mulheres negras.

À Carol Mendes, Henrique Mundstein e à cachorra mais afetuosa do mundo, Nira, agradeço o carinho, a companhia e as noites viradas em que fazíamos absolutamente nada. Esses momentos foram imprescindíveis para que este trabalho não me causasse tantos danos.

Devo à Marília Alves e Ingrid Barbosa todo o meu carinho e amor. Obrigada por me manterem sã durante esse período e por me fazerem cometer loucuras necessárias. Vocês são incríveis.

À Jéssica Motta, agradeço pelas conversas sinceras, por estar presente em todos os momentos e por sempre me encorajar a seguir em frente.

À Isabela Araújo, agradeço a sensatez com que me aconselhava nos mais diversos assuntos e aos ouvidos sempre dispostos aos meus dramas.

À Larissa Dourado, agradeço a voz mansa com que me acalmava e o abraço aconchegante. Teria sido ainda mais difícil finalizar este trabalho sem a sua presença.

Se não fosse pelo otimismo, pelas mãos dadas, pelo sorriso largo e pela tagarelice de Duda Menegassi, certamente o percurso da escrita teria sido ainda mais solitário e doloroso. Obrigada por ter chegado e me aberto os olhos e o coração, me dando coragem para reagir frente aos momentos de desânimo e apatia.

À querida coorientadora Cristiana Schettini, sou grata pela paciência, por todas as sugestões necessárias para que esta pesquisa fosse realizada e pelo carinho que sempre teve comigo e com o meu trabalho.

Ao orientador Leonardo Pereira, agradeço pela inesgotável paciência, por todos os ensinamentos referentes ao trato com as fontes e pela leitura atenciosa deste trabalho.

À professora Iamara Viana, agradeço por ter vindo antes de mim e tornado a academia, principalmente a PUC, um lugar feito, também, por mulheres negras. Sua presença nesta banca, assim como nas conversas informais que tivemos desde a qualificação até aqui, me serviram de combustível para continuar.

Ao professor Thaddeus Blanchette, agradeço as sugestões valiosas e o incentivo entusiasmado para que eu desse conta desta pesquisa.

Aos funcionários do departamento de História, principalmente Edna e Claudio, agradeço por toda a atenção e carinho durante esse período.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Resumo

Prechet, Beatriz do Nascimento; Pereira, Leonardo Affonso de Miranda; Schettini, Cristiana. **Enegrecendo o meretrício: Experiências da prostituição feminina no Rio de Janeiro (1871-1909)**. Rio de Janeiro. 2019. 124 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação pretende analisar a prostituição feminina na cidade do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX, tendo como foco a atuação de mulheres negras e pardas nesta prática. O objetivo principal é marcar a presença deste grupo de mulheres na história da prostituição, observando como o racismo, embasado pelas teorias raciais que se afirmaram na sociedade brasileira ao longo deste período, influenciou decisivamente a maneira pela qual elas foram encaradas por seus contemporâneos. Através dos testemunhos presentes nos principais jornais do período, assim como de registros policiais e judiciais, busca-se analisar as formas específicas de repressão e controle de que foram alvo por parte das instituições jurídicas e policiais desde 1871, assim como as experiências por elas compartilhadas entre as décadas finais do Império e os anos iniciais da República. Evidencia-se, com isso, o processo de construção de redes de solidariedade entre estas mulheres, bem como suas estratégias de sobrevivência frente às perseguições cotidianas que incidiam sobre elas.

Palavras-chave

Prostituição; Escravidão; Mulheres negras; Imprensa; Primeira República.

Abstract

Prechet, Beatriz do Nascimento; Pereira, Leonardo Affonso de Miranda (Advisor); Schettini, Cristiana (Co-advisor). **“Enegrecendo o meretrício”: experience of female prostitution in Rio de Janeiro (1871-1909)**. Rio de Janeiro, 2019. 124 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation aims to analyze female prostitution in Rio de Janeiro, from the turn of the nineteenth to the twentieth century, focusing on the role of black and brown women in this practice. The main goal is to mark a presence of these groups of women in the history of prostitution, observing how racism, based on racial theories, that were affirmed in Brazilian society throughout this period, decisively influenced the way in which they were faced by their contemporaries. Through the testimonies present in the main newspapers of the period, as well as of police and judicial records, the aim is to analyse the specific forms of repression and control that have been targeted by legal and police institutions since 1871, as well as the experiences shared by them between the final decades of the Empire and the early years of the Republic. This demonstrates the process of building networks of solidarity between these women, as well as their strategies for survival in the face of the daily persecutions that affected them.

Keywords

Prostitution; Slavery; Black Women; Press; First Republic.

Sumário

Lista de figuras	10
1. Introdução	11
2. De escravas a negras: a racialização da prostituição	22
2.1. O ano de 1871 e a prostituição de escravas	24
2.2. Regulamentar ou não regulamentar? Eis a questão	33
2.3. O problema das hospedarias: a campanha de 1888	43
3. O território da prostituição e o lugar das brasileiras	57
3.1. As ruas do meretrício	57
3.2. As ações policiais no combate a prostituição	69
3.3. Como resultado: o alastramento das zonas de prostituição	78
4. Emilia e Augusta Mulata: as conexões do meretrício	88
4.1. As dificuldades de uma prostituta negra	89
4.2. Solidariedade e estratégias	95
4.3. Um enredo de sucesso	100
5. Considerações Finais	117
6. Fontes	120
7. Referências bibliográficas	121

Lista de figuras

Figura 1.	Mapa das ruas da cidade Rio de Janeiro em 1895	62
-----------	--	----

1

Introdução

Este trabalho tem por finalidade investigar o universo da prostituição negra no Rio de Janeiro no período que se estende entre os anos de 1871 e 1916. As mulheres negras que exerceram a prostituição neste período foram vistas de maneira estereotipada, à luz tanto das desigualdades de gênero e classe que conformavam aquela sociedade, quanto do racismo impregnado no pensamento social brasileiro na virada do século XIX para o XX. Valendo-se de registros sobre sua experiência, em especial daqueles produzidos pela imprensa, busca-se aqui entender como tais dilemas foram vividos e combatidos por essas mulheres, e como marcaram a forma pela qual elas organizaram suas vidas. Deste modo, a pesquisa propõe que tanto os estereótipos sobre elas, quanto suas experiências, pensados como dois lados de um mesmo processo, contribuem para a compreensão do funcionamento do racismo na sociedade carioca da virada do século em uma perspectiva interseccional.

A historiografia brasileira sobre a prostituição, dedicada a analisar o pensamento e as intervenções jurídicas, médicas e policiais sobre ela, mostrou como esta atividade, principalmente ao longo da Primeira República, foi vista como uma imoralidade que não se poderia expor socialmente, mas que também não poderia ser completamente banida – já que ela garantia não somente as necessidades fisiológicas masculinas, como também mantinha o lar seguro e higiênico, preservando a pureza das mulheres de família, cujo prazer era negado¹. Em especial para os médicos e outros expoentes do pensamento higienista, a prostituição se constituiu como sendo um mal necessário, que deveria ser devidamente controlado e afastado dos principais espaços da cidade.

Com o fim da escravidão e o começo do período republicano, em um contexto de vertiginoso crescimento da cidade, a questão do ordenamento urbano tornava-se central para as autoridades do novo regime. As imagens do progresso da capital federal não correspondiam com sua real condição. Segundo o historiador Nicolau Sevcenko, o processo de modernização da cidade contribuiu para a construção de um espaço público aburguesado e exclusivo. Fora dele

¹ SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e Formas de Violência - Mulheres Pobres e Ordem Urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

estavam todos aqueles que, despejados de suas moradias pela demolição dos casarões do centro da cidade, eram considerados indesejáveis nessa capital remodelada. Enquanto a reforma urbana se intensificava, especialmente a partir de 1903, as campanhas publicadas pela imprensa ganhavam força ao perseguir uma diversidade de grupos e práticas associados a um passado colonial e africano, e que afetava também as prostitutas pobres instaladas justamente nas ruas mais centrais e movimentadas. A intenção daqueles que sonhavam com essa nova cidade era empurrar para longe mulheres e homens pobres. O afã de afastar a cidade do Rio de Janeiro de seu passado ainda muito recente, marcado pela escravidão e pela presença dos corpos negros, antes escravizados e agora livres, pelas ruas da Capital Federal, era alimentado por um evidente racismo. Com isso, buscavam transformar a nova Avenida Central, inaugurada em setembro de 1904, no grande símbolo da modernidade, denotando a aproximação do Rio de Janeiro com as grandes capitais europeias².

No entanto, as charges e crônicas sobre as transformações urbanas e seus contrastes evidenciavam que, por mais que se quisesse deslocar para longe esses indesejáveis, a modernização da capital não apagaria a existência desses sujeitos. Pelo contrário, foi através das demolições dos cortiços, que abriram espaço para a importante avenida, que se intensificou ainda mais a grave crise de habitação, o que resultou em uma maior circulação de sujeitos negros e pobres nas ruas da cidade³. Aqueles que viam na modernização uma aproximação da então capital federal com a cidade parisiense, eram os mesmos que tentavam empurrar para longe os sujeitos marginalizados. De acordo com Margarida Neves, a *belle époque* da qual Sevcenko tratava não passava de um truque de ilusão, pois para além da grande avenida que projetava o ideal de uma capital cosmopolita e europeizada, a cidade do Rio de Janeiro continuava a ser tão negra quanto antes⁴. Esse esforço de modernização esbarrava, assim, em um elemento que viria a frustrar as ilusões de civilização projetadas por sua elite: a realidade de uma população majoritariamente negra e parda, cujos costumes e práticas não se

² SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.34.

³ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁴ NEVES, Margarida de Souza. "Uma capital em *trompe l'oeil*. O Rio de Janeiro, cidade-capital da república velha". In: A. M. MAGALDI; C. ALVES; J.G. GONDRA (orgs.). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p. 280-281.

enquadrariam tão facilmente a esses ideais europeizados de progresso, mostrando a parcialidade da imagem moderna que se tentava definir para a cidade.

Partindo desta percepção, esta dissertação se pergunta especificamente sobre a experiência das prostitutas negras em meio a essas transformações. Se para as mulheres as expulsões afetavam a forma como elas vinham ocupando o centro da cidade já havia algumas décadas, para alguns de seus vizinhos as medidas da reforma urbana também não eram bem-vindas. A reforma e as campanhas policiais de moralização mexiam na organização do meretrício, principalmente aquele considerado da “mais baixa esfera”⁵, e não se resolvia de fato o problema de sua visibilidade.

No meio dessas disputas, ganha relevância a questão sobre a experiência de mulheres negras instaladas nas ruas que passavam a estar no foco dos debates públicos, principalmente porque traziam para um primeiro plano a dimensão dos processos sociais de racialização da prostituição. Trata-se de uma pergunta que se torna particularmente relevante na medida em que, durante muito tempo, a historiografia sobre a prostituição no Rio de Janeiro se dedicou a analisar projetos e intervenções médicas e policiais sobre a organização da prostituição no espaço urbano. Só recentemente a perspectiva das prostitutas sobre estes processos começou a ganhar importância.

Magali Engel e Luiz Carlos Soares foram os primeiros a tratar deste tema, pelo menos no caso do Rio de Janeiro, e buscavam entender a prostituição partindo do que diziam os médicos e a polícia sobre estas mulheres. A consulta a essas fontes revelou para os autores um pensamento pautado na ciência que indicava que a prostituição era o espaço da sexualidade doente e que, por isso, deveria ficar distante do resto da sociedade.⁶ Por outro lado, no entanto, essa mesma prostituição era entendida por alguns como uma garantia aos homens de libertarem seu prazer sexual⁷, já que o matrimônio era o espaço da reprodução e não do prazer.

Ambos autores apontaram que os doutores do século XIX já possuíam um olhar diferenciado sobre as mulheres, a ponto de proporem formas de classificá-

⁵“Queixas do Povo”, *Jornal do Brasil*, 26 de junho de 1901.

⁶ ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: o saber médico e a prostituição na cidade do Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. p. 73.

⁷ SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, ilhoas, polacas: a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo: Editora Ática, 1992.p.16.

las e diferenciá-las. Chegaram à conclusão de que nas bases, encontravam-se as prostitutas clandestinas, composta majoritariamente por mulheres negras e pobres. Ao hierarquizarem o meretrício, médicos e polícia se esforçaram para punir, através de medidas higienistas, as mulheres que estavam na base da pirâmide da prostituição, indicando, desde o início das observações sobre o ramo, que o que incomodava não era a prostituição como um todo, pois nela havia o benefício de garantir o matrimônio seguro e higiênico. O que precisava ser controlado e vigiado era tão somente aquela prostituição que abrigava em seu interior mulheres consideradas inferiores aos olhos da ciência daquele período.

Ao passo que os estudos sobre a prostituição foram se alargando, novos problemas foram explorados. Algumas autoras buscaram desvendar outras dimensões da vida das prostitutas na cidade, como as formas de exploração a que podiam estar submetidas, e também suas formas de associar-se e de manter práticas religiosas. Destaca-se, nesse sentido, o trabalho de Lená Medeiros, que buscou entender a prostituição na cidade carioca a partir da vivência estrangeira e sua influência no processo de modernização da mesma. Para tanto, ela se utilizou dos processos de expulsão de estrangeiros como fonte de pesquisa e, através deles, ampliou o estudo sobre o meretrício voltando seu olhar para as prostitutas estrangeiras, e também, para a prática do lenocínio, evidenciando como eram as relações entre esses homens e as mulheres que agenciavam. A autora destacou que a prostituição era a “nova escravidão” que desafiava épocas, porque além de sujeito, essas mulheres também eram a mercadoria, “coisificava-se enquanto meio de produção da mercadoria “prazer””⁸. Como prova disto, Medeiros reconstruiu as relações entre cáptens expulsos e as prostitutas que exploravam a partir dos registros policiais.

Outra estudiosa do tema foi Beatriz Kushnir, que concentrou seu estudo especificamente nas prostitutas judias, iluminando como essas mulheres construíram sua identidade e se auto protegeram dentro do espaço marginal a que foram relegadas, excluídas tanto por serem imigrantes numa cidade diferente da terra natal, quanto por parte de outros judeus no que se refere ao exercício de práticas religiosas. Através da documentação produzida pelas associações de ajuda mútua de prostitutas judias no Rio de Janeiro e em São Paulo, ela tenta

⁸ MENEZES, Lená M. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio de Janeiro (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Ministério da Justiça, 1992. p.57.

perceber por entre as brechas simbólicas que as redes mafiosas como Zwi Migdal e IBFRI (Associação Beneficente e Funerária Israelita), mais do que somente traficar mulheres para diversos países da América, também ajudavam a perpetuar os costumes e as tradições judaicas entre essa comunidade específica.

Diferenciando-se de análises voltadas somente para os discursos médicos e policiais sobre a prostituição, os estudos de Menezes e Kushnir exploraram assim mais diretamente a perspectiva das mulheres prostitutas, relacionando-as ao lenocínio, à entrada de estrangeiros no Rio de Janeiro e à construção de espaços de solidariedade moldados por esses homens e mulheres vindos de além-mar. A partir de reflexões como estas, pretende-se buscar aqui a experiência das próprias prostitutas em diálogo com o olhar disciplinar e os esforços de controle que tentavam controlá-las. Se por muito tempo a historiografia sobre o Rio de Janeiro assumiu a memória projetada por esse esforço de modernização, as notícias nos jornais, bem como a documentação específica sobre o tema, mostravam que, como resultado desse esforço de repressão, as próprias prostitutas buscaram estratégias alternativas de atuação para lidar com essa repressão.

Para além das qualidades e singularidades desses trabalhos, no entanto, eles guardam um importante ponto em comum: as mulheres neles analisadas eram, em sua maioria, prostitutas de origem europeia. Mais ampla era, por isso, a perspectiva afirmada posteriormente por autores como Cristiana Schettini – que, ao analisar pedidos de habeas corpus em nome de prostitutas expulsas de ruas centrais, em conjunto com a documentação policial e processos de crimes de lenocínio, rastreou alguns de seus sentidos para as prostitutas afetadas⁹. Mostra com isso como, para muitas delas, o resultado destas ações não significou uma mudança de atividade, mas sim uma sempre conflituosa reorganização territorial da prostituição¹⁰. Para além das questões específicas que marcavam a experiência das prostitutas estrangeiras, mostra com isso a necessidade de atentar para a forma pela qual as próprias prostitutas nacionais se relacionaram com as disciplinas e esforços de controle e repressão de que eram alvos.

Apesar de todos esses instigantes esforços de análise, uma dimensão importante desse processo permanece, contudo, inexplorada: a do componente

⁹ SCHETTINI, Cristiana. *Que Tenhas Teu Corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro, Ed. do Arquivo Nacional, 2006.

¹⁰ CAULFIELD, Sueann. “O Nascimento do Mangue: raça, nação e controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942”. *Revista Tempo*, nº 9, 2000.

racial dessa experiência da prostituição no período. De fato, a pergunta específica sobre as dimensões raciais desses conflitos sociais relacionados à prostituição ainda não foi feita de forma sistemática. Os observadores contemporâneos, assim como parte da historiografia que os tomou como fonte, acabaram por definir uma imagem da prostituição no período muito distante das marcas de atraso e perigo associadas ao dito baixo meretrício e às prostitutas nacionais, concentrando-se sobre as estrangeiras.¹¹ Nos registros contemporâneos, em harmonia com o ideal de modernização cosmopolita valorizado no período, essas eram mais associadas ao espaço dos teatros, cafés e bares mais famosos e caros da cidade. Além disso, geograficamente, as prostitutas identificadas como francesas poderiam ser encontradas em bairros como Botafogo e Catete, ainda que pudessem também ser vistas nas ruas do centro da cidade¹².

Configurava-se, dessa forma, uma tendência de apagamento da história de mulheres negras e pardas que, pelo menos desde a década de 1870, sobreviviam através da prostituição¹³. Para autores como Sidney Chalhoub e Sandra Graham, a visibilidade dessas mulheres em ações cívicas de liberdade, no decisivo ano de 1871, foi de grande importância para uma reflexão sobre os sentidos e intenções por trás da lei que terminaria sendo conhecida como do ventre livre¹⁴.

Resta explorar, então, como o fim da escravidão, nos termos de um pensamento científico racial que ganhou importância nas últimas décadas do século XIX, impacta sobre a prostituição dessas mulheres e seus sentidos. Observa-se que, no início da República, a prostituição de mulheres negras passa a ser encarada não como forma de sobrevivência ou trabalho, mas como fruto de uma degeneração moral a ser combatida, que sexualizava o corpo negro e o impunha inferioridade. Os homens de letras do século XIX, no Brasil, amparados por ideias vindas da Europa, como o darwinismo social, que acreditava ser a

¹¹ NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura no Rio de Janeiro na virada do século*. Trad.: Celso Nogueira. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

¹² SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, ilhoas, polacas: a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo: Editora Ática, 1992. As judias, mais conhecidas como polacas, constituíam uma exceção: como as prostitutas perseguidas pela polícia, elas se encontravam distribuídas pelas principais ruas do centro da cidade, quase sempre em janelas oferecendo-se aos transeuntes e sendo reprimidas pela polícia.

¹³ GRAHAM, Sandra L. "Slavery's Impasse: Slave Prostitutes, Small-Time Mistresses, and the Brazilian Law of 1871". In: *Society for Comparative Study of Society and History*, 1991.

¹⁴ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

miscigenação um erro genético promovido pelo cruzamento das raças¹⁵, se utilizaram das ideias científicas para justificar as diferenças existentes entre negros, índios e brancos. Estabeleceram, portanto, que os negros carregavam em si a inferioridade, a imoralidade, a incapacidade intelectual, bem como a impossibilidade de civilizar-se. As teorias raciais tiveram como expoente a eugenia, que consistia em impedir que as raças classificadas enquanto inferiores se reproduzissem.¹⁶

Particularmente, no Brasil, as teorias raciais, ainda que solidamente ancoradas no ideário europeu, se afirmaram de uma forma que adaptava algumas das determinações nele presentes, de modo a propor uma visão positiva da miscigenação brasileira. Segundo Maria Thereza Chaves de Mello¹⁷, Silvio Romero, expoente dessas teorias no Brasil, fez do mestiço uma peculiaridade nacional que não necessariamente significava um impeditivo à civilização, sendo, pelo contrário, o caminho até ela. Mello afirma que para Romero, à diferença do pensamento racial europeu, o mestiço, mesmo considerado um degenerado, era um facilitador da sobrevivência dos brancos nos trópicos. De acordo com ele, o mestiço não era uma soma das raças, mas sim uma outra raça, a raça brasileira.

Nesse contexto, é possível perceber que se o mestiço, pelo menos para Silvio Romero, era a raça brasileira, os negros continuavam a ser entendidos como aqueles que atrapalhavam o progresso da nação, tornando-se através do cientificismo, sujeitos indesejáveis. É por isso, portanto, que se explicam os inúmeros debates contra o fim da escravidão e, posteriormente a ela, as diversas tentativas de retirar dos espaços da cidade negros livres. Foram as teorias raciais que promoveram um ambiente hostil e de invisibilização das prostitutas negras que tratamos aqui. Vistas através desta perspectiva, essas prostitutas, mais do que inferiores pela raça, eram entendidas como degeneradas. Em outras palavras, a imoralidade e a sexualidade exacerbada eram as formas de expressão desse

¹⁵ SCHWARCZ, Lília Moritz. “Uma história de diferenças e desigualdades: as doutrinas raciais do século XIX”. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 58.

¹⁶ Idem.

¹⁷ MELLO, Maria Tereza Chaves de. “O sorriso da intrusa: a ideia de República como cultura democrática e científica”. *A República consentida*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007.

racismo.¹⁸ É através das teorias raciais também que se explica o sentido das investidas judiciais e policiais sobre as mulheres negras desde, pelo menos, 1871.

Ao reconhecer até que ponto a historiografia sobre prostituição não atentou para os sentidos sociais do processo de racialização das mulheres negras, a presente pesquisa tem como meta perseguir os rastros dessas mulheres em uma tentativa de revelar as estratégias e lógicas a partir das quais elas trataram de garantir a própria sobrevivência. De forma ambiciosa, trata-se de afirmar a existência de uma rede de mulheres preterida no ramo do meretrício, resgatar e reconstruir as imagens produzidas sobre essas mulheres que fogem dos estereótipos embranquecidos da prostituição elegante, como uma forma de reconhecer sua agência histórica, revelando como elas forjaram seus próprios mecanismos de defesa e sobrevivência frente ao preconceito.

Pretende-se, com isso, analisar em que medida e por que formas as prostitutas negras conseguiram lidar com os estigmas raciais a elas associados no período. Mais do que simplesmente abordar o tema da prostituição, cabe assim investigar as motivações e experiências dessas mulheres negras que se prostituíram, numa busca que se dará sobre três eixos: meios de sobrevivência, espaços de atuação e redes de solidariedade, no panorama social do final do século XIX, mas, sobretudo, na Primeira República, revestido de racismo, moralidade, regulação de gênero e marcadores de classe.

Embora se trate de uma pesquisa de história social, a inquietude que deu origem a este estudo está ancorada na recente reflexão feminista pautada na intersecção entre gênero, classe e raça, que tenta tirar da invisibilidade as mulheres negras que, durante muito tempo, ficaram escondidas sob o véu do embranquecimento. De acordo com Lélia Gonzales, o embranquecimento, fruto das teorias raciais, é aquilo que “a consciência cobra da gente, pra mal aceitar a presença da gente. Se a gente parte pra alguma crioulice, ela arma logo um esquema pra gente se comportar como gente.”¹⁹ O ato de querer ou precisar se comportar como gente, fala muito de um lugar ainda presente na sociedade

¹⁸ ABREU, Martha C. “Sobre mulatas orgulhosas e crioulos atrevidos: conflitos raciais, gênero e nação nas canções populares (sudeste do Brasil, 1890-1920)”. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, Rio de Janeiro, v. 16, p.143-174, 2004.

¹⁹ GONZALEZ, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. ANPOCS, *Ciências Sociais hoje*, nº2, 1983.

brasileira, que considera, assim como os intelectuais do século XIX, sujeitos negros enquanto inferiores.

Desse modo, a partir desta realidade que já vem sendo contestada, sobre o lugar da mulher negra na sociedade e, principalmente, o papel de vítima atribuído a ela, que se torna necessário olhar com mais atenção para as prostitutas negras na cidade do Rio de Janeiro. Pois de acordo com bell hooks, antes mesmo de uma mobilização em prol das mulheres negras, estas já resistiam da forma que podiam, mesmo que não conseguissem sustentar os levantes que promoviam contra as estruturas da sociedade racista e patriarcal²⁰. Portanto, “um papel das mulheres negras intelectuais é da produção de fatos e de teorias sobre a experiência de mulheres negras”²¹, para que então, se possa conhecer e reconhecer a presença ativa e de relevância das mulheres negras na sociedade carioca na virada do século XIX para o XX.

Para dar conta de tal objetivo, o primeiro capítulo desta dissertação tem como propósito apresentar e iluminar a experiência de mulheres negras na prostituição, tendo como marco inicial o ano de 1871, momento do surgimento de diversos casos de pedidos de manutenção de liberdade, como apontados pela historiografia, motivados pela circulação das ideias abolicionistas sobre as concessões de alforria a algumas escravas que foram lançadas na prostituição por seus senhores.

O capítulo segue em meio às discussões municipais sem perder a ligação com as discussões que aconteciam no Parlamento em relação à abolição da escravidão. O capítulo contrasta este episódio de 1871 com dois outros momentos: os debates sobre a regulamentação da prostituição e a campanha policial contra as hospedarias em 1888. Experiências de prostituição na escravidão e na liberdade revelam não somente a presença das mulheres negras nesta prática, mas também a forma como elas empregavam a justiça em busca da liberdade, e principalmente como a racialização foi a marca das formas de vigilância no fim da monarquia e começo da República.

Tendo em vista as dificuldades encontradas por essas mulheres em se estabelecerem na sociedade da pós-abolição, o segundo capítulo tem como objetivo o mapeamento dos espaços de atuação das prostitutas negras, bem como

²⁰ HOOKS, bell. “Mulheres negras: moldando a teoria feminista”, *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015.

²¹ COLLINS, Patricia Hill. “Aprendendo com a outsider within: a significância sociológica do pensamento feminista negro”, *Revista Sociedade e Estado*, vol. 31, n.1, Jan/Abril 2016 p.102.

apresentar e discutir as formas como a força policial lidava com a presença dessas mulheres nas ruas da cidade. A análise é feita principalmente a partir de duas colunas de jornal que tinham como objetivo relatar o cotidiano da cidade através de propostas distintas. Enquanto o jornal *Gazeta de Notícias*, com a coluna “A Podridão do Vício”, tinha como meta respaldar a arbitrariedade da polícia através de extensos artigos sobre o tema, *O Rio Nu* com a coluna “Carteira de um Perú”, relatava de forma humorística, impregnada de preconceito racial e sexismo, o cotidiano do meretrício através de pequenas notas diárias. Nesta segunda parte do estudo são analisados não somente os espaços da rua, como também a condição de classe dos sujeitos que por aquele espaço geográfico circulavam.

Por fim, o terceiro capítulo pretende analisar as formas de sociabilidade dentro do mundo da prostituição, assim como apontar as conexões feitas entre as mulheres prostitutas a fim de sobreviverem no território firmado por meio das negociações entre elas, a polícia e os outros sujeitos da cidade. Fugindo do estereótipo construído para as mulheres no início do século, de que eram frágeis e submissas, o capítulo tende a iluminar a autonomia e a agência dessas mulheres nos lugares em que eram reprimidas tanto pelas forças policiais, quanto pelo julgamento de certos segmentos da sociedade. Além disso, mais do que tirá-las do lugar submisso, trata-se de afirmar a potência de mulheres marginalizadas e as formas como encontraram para existir e resistir nos espaços em que se firmaram. Para isso, analiso os fragmentos da vida de Augusta Mulata, através dos vestígios encontrados na coluna “Carteira de um Perú” e também na “Factos e Boatos”, apresentando a trajetória que a levou a estabelecer-se como dona de uma pensão elegante, um eufemismo para os bordéis caros da Lapa. A experiência social de Augusta Mulata é contrastada com a construção de trajetórias coletivas de mulheres cujo papel na história sempre foi inferiorizado e invisibilizado.

Assim, a presente pesquisa busca expor um outro lado da prostituição no Rio de Janeiro da época, que leve em conta seu componente racial. Ao marcar a centralidade da presença de mulheres negras no universo do meretrício, objetiva-se mostrar de que formas elas, em suas experiências cotidianas, combateram e resistiram ao racismo e à opressão de gênero e classe, em um período que vai da crise da ideologia escravista até o alvorecer da Primeira República e seus anos subsequentes. Trata-se de mostrar como essas mulheres negras se afirmaram como sujeitos da história do Brasil, embora tenham tido sua voz calada

posteriormente por uma memória do período que insiste em tentar negar sua presença.

2

De escravas a negras: a racialização da prostituição

Ao se dedicar ao discurso médico sobre o tema da prostituição ao longo da segunda metade do século XIX, Magali Engel trouxe à tona um panorama do meretrício na cidade do Rio de Janeiro pautado tanto na questão da moral e do controle social, quanto no preconceito científico de raça. Segundo os médicos estudados por ela, a prostituição era constituída por “escravas, libertas, livres – brasileiras e imigrantes”, compondo “um conjunto cujo perfil econômico-social e cultural era bastante diversificado, compreendendo desde o chamado baixo meretrício até a chamada prostituição de luxo”²².

Ainda que apontasse para a presença da prostituição negra, Magali Engel voltou sua atenção para as discussões sobre a regulamentação da prostituição. Em um momento no qual o meretrício era considerado pelos médicos um “mal necessário”, a regulamentação sanitária seria uma forma de garantir o controle da proliferação da sífilis e outras doenças, caracterizando-se como mais um passo adiante no processo de civilização. Afirmava, com isso, uma visão ampla e geral sobre o problema, que não chegava a atentar para as diferenças e disputas entre as próprias prostitutas.

Contudo, ao mesmo tempo em que Engel revelou o olhar médico sobre uma prostituição aceita nos termos do “mal necessário”, Luiz Carlos Soares mostrou que no início dos anos de 1870 a prostituição na cidade era composta majoritariamente por prostitutas brasileiras. Segundo o médico Ferraz de Macedo, elas representavam 69,5% das mulheres que exerciam o meretrício na Corte, e estavam localizadas em maior número na freguesia do Sacramento.²³

Ao iluminar as formulações empreendidas por este e outros médicos, Soares nos apresentou uma cidade que, mesmo abrigando muitas prostitutas imigrantes, tinha nas mulheres negras e pardas a base mais ampla da prostituição. Evidenciava com isso que a prostituição no Rio de Janeiro possuía cor e condição social específica: ela era negra, escrava e pobre, e se localizava preferencialmente

²² ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: o saber médico e a prostituição na cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. p. 26.

²³ SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, ilhoas, polacas: a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo : Editora Ática, 1992. p. 42-43.

nos chamados conventilhos do centro da cidade e “nas casas de dar fortuna, os candomblés, as casas de passe e os zungus.”²⁴

Do diálogo entre os dois trabalhos, se evidencia tanto a necessidade de entendermos a lógica de repressão e controle que passava a recair sobre a prostituição ao longo das últimas décadas do século XIX, quanto a possibilidade de atentarmos para o modo específico que ele atingiu diferentes grupos de prostitutas, em especial aquelas negras e pardas.

Embora a tentativa de controle sobre a repressão fosse geral, a prostituição negra, majoritária no espaço urbano, era encarada a partir dos supostos prejuízos decorrentes dessa origem afrodescendente, que do ponto de vista das teorias raciais em voga no período, representaria um perigo para a moral e os costumes da sociedade do século XIX. Para além da tentativa mais ampla de controlar os vícios associados à prostituição, incidia assim sobre essas prostitutas negras um preconceito racial pautado nos ditames do racismo científico, que em meio ao declínio da ordem escravocrata começava a se afirmar como uma nova justificativa para o domínio exercido sobre os escravizados e seus descendentes.

Não é de se admirar, por isso, que Magali Engel mostre que, no pensamento dos médicos, a escravidão seria a própria causa da prostituição na cidade, e, decorrente dela, a suposta degeneração moral das mulheres negras e pardas. Era justamente nesse ponto que o debate sobre a regulamentação da prostituição enquanto mal necessário mostrava suas especificidades. Da perspectiva desses médicos, a prostituição de mulheres negras estaria, dessa forma, diretamente associada à falta de vontade e aptidão para o trabalho. De acordo com Engel, a visão dos médicos era a de que “a mulher sem trabalho é vista como uma prostituta em potencial”²⁵. Em uma cidade de forte marca negra como era o Rio de Janeiro, regulamentar a prostituição significaria a possibilidade de dar aval aos corpos de mulheres negras se exibirem nas ruas, comerciando aquilo que possuíam, o que apontava para alguns dilemas da política de regulamentação da prostituição discutidas no período.

No diálogo com os estudos de Magali Engel e Luiz Carlos Soares, o presente capítulo tem, por isso, como objetivo, analisar as campanhas

²⁴ Idem, p.44

²⁵ ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: o saber médico e a prostituição na cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. p. 98.

desenvolvidas ao longo das últimas décadas do século XIX para acabar com a prostituição, com especial atenção para a prostituição de mulheres escravas, negras e pobres. Para isso serão enfrentadas não somente as discussões no campo intelectual, como os debates jurídicos e higienistas, mas também as vozes que ecoavam suas opiniões em forma de artigos publicados nos principais jornais do período que se estende desde 1871 até 1889. Essas campanhas, que existiram concomitantemente ao período final de vigência da escravidão, revelam de forma muito explícita qual tipo de prostituição cabia no discurso regulamentarista e qual ficava fora dele.

2.1

O ano de 1871 e a prostituição de escravas

Em 1871 as discussões acaloradas sobre a escravidão retornaram à ordem do dia no Parlamento. Após o fim da Guerra do Paraguai em 1870, na qual muitos negros, enquanto voluntários da pátria, foram obrigados a lutar para garantir a liberdade do Paraguai, mesmo que no próprio país continuassem a ser cativos, o debate sobre a abolição ganhou ainda mais força, visto que pelo menos desde 1860 “a escravidão e a ideologia do domínio senhorial foram perdendo legitimidade, e o movimento abolicionista foi ganhando cada vez mais os tribunais.”²⁶

Naquele momento se discutia no Parlamento o primeiro passo em direção à liberdade dos escravos através de uma lei votada pelos parlamentares e não somente negociações dentro do âmbito das relações privadas. O que estava em debate eram os meios pelos quais se daria a emancipação dos escravos. Em um momento no qual se afirmava certa autonomia por parte dos negros escravizados, que tomavam a iniciativa de buscar a liberdade por dentro da própria relação com seus senhores ou com o Estado, afirmava-se por parte dos senhores o medo do descontrole dos negros, na caracterização do esgarçamento da ideologia senhorial que sustentara por décadas o regime escravista.

Tais discussões culminaram na aprovação pelo parlamento e assinatura pela princesa regente Isabel, em 28 de Setembro de 1871, da chamada de Lei do Ventre Livre, que definia em seu artigo primeiro que “os filhos de mulher escrava

²⁶ PAES, Mariana Armond Dias. “O procedimento de manutenção de liberdade no Brasil oitocentista.” In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, p. 339-360, Agos. 2016.

que nascerem desde a data desta lei, serão considerados de condição livre”²⁷. Por mais que se tratasse de uma lei gradual, que representava um caminho possível para a liberdade ou, pelo menos, uma garantia de que as futuras gerações não mais seriam escravizadas, ela minava de forma ainda mais clara as próprias bases da ideologia senhorial, ao definir a possibilidade de intervenção do Estado na relação entre os escravos e seus proprietários – vista até então como uma relação privada. Do ponto de vista dos que tentavam garantir o controle sobre os escravos, no entanto, tratava-se de um meio de tentar contemplar algumas demandas escravas como forma de postergar o próprio fim da escravidão, garantindo aos senhores mais algumas décadas de controle sobre seus cativos.²⁸

A Lei de 28 de setembro de 1871 não foi, no entanto, o único marco deste esforço de controle. Antes mesmo de sua promulgação, outros esforços de controle dos escravos vinham se afirmando em âmbito municipal. Foi o que aconteceu no início de 1871, quando o juiz municipal da segunda vara civil do Rio de Janeiro, Miguel José Tavares, juntamente com o chefe de polícia da Corte, empreendeu uma campanha para combater o “imoral escândalo da prostituição de escravas”²⁹.

Segundo Sidney Chalhoub, a campanha empreendida por Miguel Tavares ocorreu paralelamente à intensificação das discussões sobre o elemento servil geradas pelo frequente recurso dos escravos à justiça³⁰. Ainda assim, o caso das escravas colocadas na prostituição era diferente daqueles ligados às estratégias dos escravos para lutar por sua liberdade. Neste caso, elas foram coagidas pelo juiz e o chefe de polícia a denunciarem seus senhores, principalmente suas senhoras, sobre o fato de serem forçadas à prostituição³¹. Aqui, em específico, o que ocorreu foi um esforço policial e judiciário no sentido de dar fim à prática da exploração da prostituição escrava pelos próprios senhores. Em um momento no qual começava a se afirmar uma ideologia cientificista que seria a base de novas políticas de domínio, o que justificou a campanha empreendida pela justiça municipal foi a crença de que a moralidade e a higiene precisavam ser garantidas, o que fazia da prostituição escrava um foco de degradação a ser combatido.

²⁷ BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de Setembro de 1871.

²⁸ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. pp. 152-153.

²⁹ Idem. p. 189

³⁰ Idem.

³¹ Idem, p. 155.

O movimento, iniciado por Tavares e a polícia, teve por base ideias que vinham circulando desde 1870 nos jornais da cidade. Em 20 de novembro de 1870, o *Diário de Notícias* publicou um artigo sobre as “mulheres e homens malvados” que levavam suas escravas para a prostituição:

Deus recompensará a mão benfazeja que escreveu algumas linhas no jornal de ontem pedindo providências à polícia para a repressão do criminoso comércio de moças escravas. É realmente doloroso às pessoas desta sociedade a quem restam sentimentos de pudor observar o repulsivo quadro de desmoralização com que, em alta escala, se ofende a moralidade pública e o caráter nacional. Mulheres e homens malvados, impelidos pelo sórdido interesse, arrancam ao trabalho honesto e subtraem às leis naturais e centrais a centenas de criaturas, para lançá-las nos braços da mais cínica e revoltante prostituição! Não somos socialistas, mas é forçoso confessar que a propriedade adquirida por semelhantes meios é um verdadeiro roubo. Ao governo de Sua Majestade, à polícia e aos bons cidadãos, pedimos que cessem de olhar com indiferença o prosseguimento de tão grande crime.³²

Em meio à crescente discussão parlamentar sobre a questão da escravidão e o aumento da força do movimento abolicionista, o que se vê na publicação é o resultado da crise que se anunciava na política de domínio que facultava aos senhores total liberdade em relação a seus escravos. O que se pode ver estampado neste pedido à Sua Majestade, é a preocupação única com a moral da cidade do Rio de Janeiro, ameaçada pelo “criminoso comércio de escravas” que eram levadas à prostituição. Por mais que o apelo feito ao Imperador e às instituições policiais não chegasse a se colocar contra o comércio de escravas, o artigo voltava-se assim contra o perigo que a atitude desses senhores representava para o próprio desenvolvimento do “caráter nacional”, que ficaria fatalmente maculado pela degeneração resultante desta opção.

Nesse sentido, este apelo não somente aponta para a prostituição como sendo um perigo nacional, pois acreditava-se que ela carregava em si o risco da degeneração, como também defendia a intervenção do Estado, na figura de Sua Majestade, na relação de propriedade estabelecida entre o senhor e seus cativos. Tal indignação, expressa pelo autor da publicação, foi concluída com um pedido para que o Estado e as instituições responsáveis intervissem e criminalizassem uma relação que, até então era privada, entre senhor e escravo.

³² “Mulheres e homens malvados”, *Diário de Notícias*, 25 de novembro de 1870.

Não se tratava de uma reclamação isolada. Em 25 de novembro daquele mesmo ano, uma nota nas “Publicações a pedido” do mesmo *Diário de Notícias* reproduzia uma nota originalmente publicada no *Jornal do Commercio* sob o título de “Mulheres malvadas”:

Damos os nossos parabéns à polícia da corte, pela atividade que ultimamente tem desenvolvido; e pedimos que lance suas vistas protetoras para as centenas de infelizes brasileiras escravas aí atiradas à voragem da prostituição forçada. As gerações futuras se hão de horrorizar quando contemplarem as tradições dos grandes crimes que cometem essas malvadas mulheres que traficam com a desgraça de suas semelhantes. Pedimos, pois, à polícia que faça alguma coisa em favor dessas infelizes, que a criminosa sociedade denomina – escravas – mas que nasceram sem algemas e receberam na pia batismal o mesmo sacramento regenerador.³³

Assinada pela “Moralidade”, a nota em questão nos permite compreender a atmosfera social do ano que antecedeu a campanha de Tavares. Destacou-se nela, a crença de que se fazia necessário uma ação policial para conter a prostituição de mulheres escravas. Ao revelar a presença em larga escala desse tipo de prostituição, a nota apontou para uma prática disseminada, bem conhecida pelos contemporâneos. Era frente à força assumida por essa prática que o autor do texto cobrava as providências policiais, como forma de coibir um mal bem conhecido pelas elites da cidade.

Todavia, para além desta denúncia, a nota atacou o fato condenável de que a prostituição das escravas seria fruto da imposição de suas senhoras. Ainda que casos como estes pudessem de fato existir, tal avaliação partia de uma perspectiva que negava às próprias escravas qualquer capacidade de ação autônoma. Vistas como simples extensões da vontade de seus senhores, essas escravas teriam seus atos e opções definidos a partir deles. No entanto, a historiografia mostrou que as relações senhoriais permitiram aos então escravos o status do “viver sobre si”, que significava o poder de mobilidade dos escravos em relação ao senhor.

Mesmo definidos juridicamente como propriedade, esses escravos podiam, principalmente nas cidades, se sustentar longe do senhor, levando a ele semanalmente o fruto de seu trabalho³⁴. Nesse sentido, a prostituição podia significar para elas um meio de se livrarem da relação senhorial, já que conseguiam se sustentar sem que precisassem da tutela de seus senhores. Tratava-

³³ Moralidade, “A Pedidos”, *Diário de Notícias*, 25 de novembro de 1870.

³⁴ Idem, p.235

se, porém, de uma lógica incompreensível para os que partilhavam da ideologia paternalista então em vigor, o que explicava o ataque do autor da nota aos proprietários daquelas escravas.

Era assim, a partir de um contexto de crescente esgarçamento da ideologia de domínio senhorial e do correspondente fortalecimento do cientificismo higienista como meio de organizar a sociedade, que a campanha contra a prostituição escrava de 1871 deve ser compreendida. As atitudes do juiz Tavares se mostravam articuladas aos pedidos emanados de uma parcela da sociedade para que fosse colocado um ponto final na questão da prostituição de escravas. Nesse sentido, a campanha do juiz tinha como alvo não a escravidão em si, mas sim a prerrogativa de alguns senhores e senhoras que se beneficiavam da prostituição de suas escravas, em postura considerada nociva ao desenvolvimento do “caráter nacional”.

Decidido a dar fim a esta prática, Tavares obteve, a partir de um levantamento realizado pela polícia da freguesia do Sacramento, uma lista contendo o nome das escravas colocadas na prostituição e, a partir desse documento, passou a designar curadores dispostos a defendê-las na justiça³⁵. Dessa forma, Tavares se colocou como um homem da lei que estava disponível para resolver a questão da moralidade social, buscando através da justiça possibilidades que culminassem no fim da prostituição de escravas. Baseado no direito romano, segundo o qual a propriedade privada não podia ser negligenciada, Tavares entendia que a prostituição, em conjunto com o conceito do viver sobre si, um abuso em relação a mão de obra escrava, pois aquelas mulheres, de acordo com a função da escravidão, haviam sido compradas para exercer um outro tipo de trabalho que não a prostituição.

A campanha de Tavares surtiu efeito no momento em que, de forma voluntária ou por medo de um enfrentamento na justiça que resultasse na perda total da propriedade, as escravas começaram a ganhar a liberdade através de cartas enviadas por seus senhores ao cartório municipal. De acordo com o *Diário de Notícias*, em 21 de fevereiro de 1871, “ainda ontem foram libertadas por seus

³⁵ GRAHAM, Sandra Lauderdale. “Slavery’s impasse – Slave prostitutes, small-time mistresses, and the Brazilian Law of 1871”. *Comparative Studies in Society and History*, v.33,n.4, out.1991,p. 680

senhores ou senhoras diversas escravas vítimas da prostituição forçada; sabemos com certeza disto, pois, comunicou-nos quem passou as cartas”³⁶.

Como resultado, a campanha de Tavares, segundo Sandra Graham, conquistou a alforria de cerca de 186 mulheres³⁷. Para além desse efeito direto, no entanto, a notoriedade alcançada pela campanha acabou por interferir nas relações senhoriais, marcando um dos primeiros momentos de interferência do Estado na relação entre os senhores e seus escravos, sobre o qual se sustentara, até então, o próprio regime escravista. Como consequência, a postura do juiz passou a ser atacada pelos que percebiam o sentido mais amplo de sua ação – o que levou o *Diário de Notícias* a responder, em 24 de fevereiro, às críticas proferidas contra as decisões de Miguel Tavares, que apontavam para a concessão da liberdade para as escravas prostituídas. Segundo a folha, ainda que “o público” estivesse “perfeitamente de acordo sobre a necessidade da medida”, e que toda a cidade fosse “unânime em indignar-se contra o que se passava”, o “distinto e honrado juiz” passara a ser alvo de críticas “de que tem lançado mão os interessados adversários da medida e do juiz”³⁸. A publicação seguiu na direção de rebater o sentido do direito de propriedade, embasando as medidas de Tavares e repudiando a questão dos senhores que obrigavam suas escravas à prostituição dizendo que:

a propriedade só pode ser alegada em juízo quando sua existência é reconhecida por lei, pois o facto da posse não constitui por si o direito de propriedade (...) existindo uma lei (que posto esquecida nunca foi revogada) existindo uma lei “ dizemos”, que diz dever ser liberta a escrava existente nas condições das que têm sido recolhidas a depósito, claro é que desde o momento em que o senhor colocar a escrava em tais condições inclui-a no artigo referido e “ipso facto” ainda que continue na posse perde o direito de propriedade, pois esta deixou de existir desde que saiu fora dos termos em que a lei reconhece. Com que direito pois, se diz aí que há aqui atentado contra os direitos de propriedade?³⁹

Evocando a lei, o redator deixa claro seu apoio à tarefa empreendida por Miguel Tavares. Opinando de forma contrária no campo das relações privadas entre senhor e escravo, o jornal se colocou ao lado não somente da alforria, como também da justiça, que via na prostituição escrava uma negligência à lei referente a propriedade senhorial.

³⁶ *Diário de Notícias*, 24 de fevereiro de 1871.

³⁷ GRAHAM, Sandra Lauderdale. “Slavery’s impasse – Slave prostitutes, small-time mistresses, and the Brazilian Law of 1871”. *Comparative Studies in Society and History*, v.33,n.4, out.1991,p. 679.

³⁸ *Diário de Notícias*, 24 de fevereiro de 1871.

³⁹ Idem.

A defesa em relação às ações de Tavares é concluída sob os argumentos de que:

O melhor é deixar a justiça passar a rasura sobre essa vergonha que repugna e não se vir com correspondências que nada provam. É este um dos casos em que ainda mesmo dada a arbitrariedade, ela devia ficar desapercibida, visto o escândalo, a imoralidade e a barbaridade do fato que se pretende fazer desaparecer o rol de nossas vergonhas. Continue, pois, o Dr. Miguel Tavares e feche os ouvidos a esses Catões do direito que começam por olvidar o da religião, o da moral e o da civilização.⁴⁰

O que indignou aqueles que foram favoráveis a Tavares não foi o fato de pessoas negras serem propriedade, mas enquanto eram propriedade, serem usadas para outros fins que não a lavoura e a submissão ao seu senhor, mas sim a prática da prostituição que se constituía na cidade, longe das fazendas afastadas da corte sob a vigilância dos proprietários.

Tamanha tensão em torno ao direito de propriedade deixava clara a desumanização das prostitutas escravas. O que preocupava a justiça naquele momento era muito mais uma questão higiênica, pautada nas teorias raciais que identificavam corpos negros como inferiores a partir da crença de que era o tom de pele branco aquele que detinha a cultura e a soberania e, por isso, subjugava todo aquele que o branco não reconhecia enquanto branco⁴¹. Isso permitiu que a campanha de Tavares continuasse a incidir somente sobre a prostituição das escravas, como se a prostituição e não a escravidão, fosse a questão principal em relação ao abuso e a negligência daquelas mulheres.

Essa publicação, em específico, nos reafirma que a questão central no âmbito municipal estava alinhada com as discussões que se firmavam no Parlamento em relação ao crescente e, cada vez, mais inevitável primeiro passo em relação à liberdade dos sujeitos escravizados, uma vez que já anunciavam um tipo de posição que seria reafirmada pela lei de 28 de setembro.

Para dar mais visibilidade às ações de Tavares, o jornal *Diário de Notícias* publicou em 16 de março de 1871, a breve história de Adelaide. Embora o título chamativo da publicação fosse “Auto de perguntas feitas a Adelaide, parda escrava de A.G.”, foi apresentado somente a resposta que a escrava havia dado à Tavares. Ela declarou, entre outras coisas, que “ durante dois anos e oito meses

⁴⁰ Idem.

⁴¹ MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, novembro de 2003. p. 05.

em que tem estado na vida de prostituição, era obrigada mesmo enferma a aceitar os que a procuravam”⁴².

Além disso, afirmou que era o senhor e também a esposa dele, responsáveis por fazê-la, mesmo enferma e após ter passado pelo hospital, receber onze visitas, em um mesmo dia, pois a amasia de seu senhor, por ordem do mesmo, “exigia jornal nunca inferior a dez mil rés.”⁴³ A publicação não diz, afinal, se Adelaide foi colocada em depósito, mas mostra que essa atitude revela não somente como era empreendida a campanha de Tavares, mas também um movimento que vinha da própria escrava no sentido de buscar sua liberdade, ao acusar de forma pública e nos termos da justiça seu senhor.

Contudo, àquela altura, já era sabido até mesmo pelas escravas prostitutas que Tavares, através do direito romano e da intenção de livrar a cidade da prostituição, também garantia a elas a possibilidade de alforria, mesmo que esse não tivesse sido a motivação inicial de seu esforço. Olhando por essa perspectiva, é possível pensar que Adelaide forjava estratégias jurídicas que a ajudassem a conseguir a liberdade, corroborando para isso a visão do juiz sobre a ganância do senhor. Nesse sentido, se para Tavares suas ações livrariam a cidade da imoral prostituição, para elas o significado da campanha de 1871 apontava para a possibilidade de, por meios legais, conseguir a alforria.

Para além das críticas dos senhores e seus aliados, no entanto, a boa recepção da medida determinada por Tavares atestava a força que as ideias científicas, a partir das quais ele condenava a prostituição escrava, ganhavam no período. No dia 21 de março o juiz foi surpreendido em sua casa por uma demonstração pública de gratidão pelo que vinha fazendo sobre o caso das escravas. O *Diário de Notícias* publicou que um conjunto de cidadãos foi até sua casa para felicitá-lo pelo aniversário, e ofereceu a ele uma

rica coroa cívica, por ter sido ele o primeiro, que afrontando o sórdido interesse, e a vilania desses avaros, que sacrificavam na prostituição as miseradas escravas para lhes darem lucros excessivos e fabulosos, conseguiu expurgar a capital do império desses hediondos lupanares, em que as leis de Deus e dos povos civilizados eram satanicamente conculcadas (sic).⁴⁴

⁴²*Diário de Notícias*, 16 de março de 1871.

⁴³ *Idem*.

⁴⁴*Diário de Notícias*, 28 de março de 1871.

Significativos são os argumentos dos autores da homenagem. Além de atribuírem à decisão do magistrado um caráter “cívico”, eles definiam o embate como uma disputa entre a ganância individual e o interesse público, sendo o primeiro representado pelos senhores que prostituíam suas escravas e o segundo pelo próprio juiz, amparado nos ditames da ciência. A partir de argumentos semelhantes a estes, a celebração das ações de Tavares se espalharia por várias localidades. Ovacionado pelos cidadãos em cortejo até sua casa, a campanha de Tavares foi elogiada até mesmo em uma folha de Portugal. O *Dário de Notícias* transcreveu o que o *Jornal do Commercio* de Lisboa, em um longo artigo, entre outras coisas, dizia que

Aquele íntegro juiz nomeou curador às escravas que se acham na prostituição obrigadas por seus senhores, que em geral são megeras que, senão foram em sua mocidade prostitutas públicas, eram-o particulares. Era um escanda-lo ver-se nas ruas da Lampadosa, de S. Jorge, do Hospício, etc, janelas com três ou mais negrinhas e pardinhas chamando os transeuntes para ganharem dinheiro para as senhoras delas!⁴⁵

É possível notar que o incômodo se dava não por causa das escravas, mas sim por vê-las expostas no espaço público, oferecendo-se aos transeuntes. Isso deixava claro que a defesa do juiz não era uma defesa destinada a essas mulheres, pelo contrário. Tavares estava imerso em uma ação judicial que movimentou a estrutura das relações servis, porque naquele momento os preceitos científicos diziam que aquele tipo de situação não daria ao Brasil o status de civilização. As ideias científicas apontavam para certos padrões supostamente modernos da vida na cidade, nos quais negras e pardas, expondo-se nas janelas, se tornava uma situação indesejável e que deveria acabar.

Testemunhos como este indicavam que, mesmo dentre os apoiadores de Tavares, não era a prostituição em si o problema, mas sim o fato de que ela expusesse mulheres negras em situações licenciosas em meio a uma cidade que aspirava foros de modernidade. Tratava-se, porém, de questão ainda duvidosa, que contava com a oposição acirrada de setores da elite nacional, que tinham na escravidão a base de seu poder. Como resultado, por mais que a campanha tenha agradado até mesmo a imprensa internacional, no Brasil Tavares acumulava inimizades, principalmente dos proprietários de escravos. Esse fato foi o motivo

⁴⁵*Diário de Notícias*, 27 de abril de 1871.

principal para a exoneração de Miguel Tavares do cargo de 2º delegado ainda em novembro de 1871. Segundo o extenso artigo publicado por ele no *A Pátria: folha da província*, a exoneração foi feita pelo Ministro da Justiça Sayão Lobato, que teria ordenado a ele que não “ingerisse mais em questões de escravas forçadas à prostituição”⁴⁶. Sem respeitar a ordem, Tavares foi assim deposto de seu cargo, mostrando que se tratava ainda de questão controversa entre as elites nacionais.

Exonerado em novembro de 1871, apenas dois meses após da publicação da lei de 28 de setembro, Tavares testemunhava a tensão entre a perspectiva de quem via na prostituição escrava algo natural e aceitável, e a crítica dos que, baseados na ciência, a atacavam como um mal para o próprio país. O fato de que tal exoneração se ligasse ao caso das prostitutas escravas nos mostra assim que, por mais que o juiz estivesse em consonância com os ideais modernizantes de certas parcelas da sociedade que viam na prostituição escrava uma afronta tanto à moralidade quanto à higiene nacional, sua visão da questão esbarrava na força que ainda tinha a ideologia senhorial. De um lado e de outro, no entanto, se evidenciava a mesma desconsideração das experiências, expectativas e estratégias de vida das próprias mulheres escravizadas.

Desse modo, por mais que Tavares tenha iniciado um processo que mexeu com a experiência de muitas mulheres escravizadas, ainda assim a questão da prostituição de mulheres negras não se resolveria ali. Não era de se estranhar, por isso, que o tema continuasse a despertar outros questionamentos – como mostraria apenas cinco anos após a campanha de Tavares, uma nova polêmica sobre o tema que tomou as páginas da imprensa da Corte.

2.2

Regulamentar ou não regulamentar? Eis a questão.

Em junho de 1876 o jornal *A Pátria: folha da província do Rio de Janeiro* publicou um artigo crítico do 2º número do *Porvir*, que era um seminário distribuído aos sábados, na Corte. A publicação trazia, em tópicos, alguns descontentamentos em relação ao que vinha acontecendo na cidade. Criticava-se ali a cegueira dos brasileiros em relação aos seus direitos e que, devido a isso, os estrangeiros estariam se apoderando do que havia de melhor no país. Por outro

⁴⁶ “A solidariedade e a moralidade dos ministros”, *A Pátria: folha da província do Rio de Janeiro*, 24 de novembro de 1871.

lado, a segunda parte das críticas deixou de ser destinada aos brasileiros como um todo e passou a ser feita a um grupo bem específico, que naquele momento já vinha ganhando espaço nas discussões levantadas por certos jornais. Sob o título “Em outro lugar”, o *Porvir* teceu severas críticas à presença das prostitutas na cidade, em uma tentativa de desmoralizar ainda mais a figura daquelas mulheres. Nas palavras do *Porvir*:

As ruas de São Jorge, Hospício, General Câmara, Conceição, Senhor dos Passos e Lampadoza estão tomando um caráter assustador com as torpes cenas de uma nefanda prostituição. Estão em completa anarquia.

As meretrizes...chegam às janelas semi-nuas. Não respeitam a moral; proferem publicamente palavras indignas, injuriam a quem elas entendem que devem macular a honra.

...abrem os clarins essencialmente nas janelas cantando parvoíces que parece estamos em alguma aldeia.

Tudo isso ocorre na capital do império do Brasil, no coração da cidade, onde existe uma polícia dispendiosa e em cheio tempo de um reinado essencialmente carola e católico...e de regeneração dos nossos costumes.⁴⁷

Pelo que consta da publicação, é possível ver que a questão da visibilidade da prostituição pelas ruas da cidade não havia cessado e que ainda se configurava em um problema, já que maculavam o espaço das ruas, em um território que, por ser carola e católico, não poderia existir da forma como estava sendo. O autor não só critica as prostitutas, mas também o Império do Brasil, que escreve com letra minúscula, talvez como uma forma de desaprovação frente à ineficácia das ações em relação ao assunto, e também à polícia, instituição essa que custava caro ao contribuinte e, ainda assim, não resolvia o problema da presença daquelas mulheres nas ruas da Corte.

A questão da moralidade ainda se fazia muito presente nas discussões de cunho municipal, o que revela que apesar dos esforços de Tavares e do chefe de polícia, em 1871, o assunto do meretrício não seria tão facilmente resolvido, pois através da crítica do seminário, é possível ver que as prostitutas eram entendidas enquanto mulheres selvagens, que não se continham dentro de suas casas e que sempre estavam gritando para chamar atenção daqueles que passavam. Tamanho era o descontrole destas mulheres, na visão do autor que não assina o artigo, que as compara com sujeitos de uma aldeia, reforçando a ideia de que aquelas mulheres não sabiam se comportar em sociedade.

⁴⁷A *Pátria*: folha da província do Rio de Janeiro, 13 de junho de 1876.

A imagem que se construía das meretrizes, reforçava ainda mais o sentimento de que elas representavam um problema social e que, por isso, deveriam ser apartadas do meio e retiradas dos espaços de convivência, pois enquanto “membros de uma aldeia” não poderiam fazer parte de uma sociedade que estava passando por um momento de regeneração dos costumes.

É preciso atentar para o fato de que mesmo desqualificando as meretrizes e colocando-as enquanto mulheres imorais, o autor não pedia o fim da prostituição. Mas sim a expulsão dessas mulheres das ruas que citou. O que parece é que o verdadeiro problema não era o fato de existir prostituição, mas esta ser localizada nas ruas centrais da Corte.

A publicação do *Porvir*, reiterada pelo jornal *A Pátria*, revela, portanto, que o meretrício continuava a atuar sob os mesmos termos e, praticamente, nos mesmos locais de antes, já que essas ruas eram localizadas exatamente na freguesia do Sacramento, onde foram concentradas cinco anos antes as ações do juiz Tavares e da polícia.⁴⁸

Diante da permanência da questão, mais uma medida seria então empreendida com a finalidade de resolver o impasse existente em relação ao tema. Se antes tratava-se de punir as senhoras que colocavam suas escravas na prostituição, naquele momento, a providência tomada pela municipalidade foi iniciar uma discussão em relação à necessidade de regulamentação da prática. Em 23 novembro de 1876, o jornal *Gazeta de Notícias* publicou o projeto de uma postura apresentada na Câmara Municipal por Thomaz Coelho, na sessão do dia anterior à publicação na folha. O projeto continha ao todo dez artigos, e versava sobre a questão das casas de tolerância por um viés regulamentarista. Podia-se ler na postura que:

Art.1.º Será considerada uma casa de tolerância toda aquela em que morarem mais de duas mulheres que vivem publicamente da prostituição, sob dependência de uma diretora, que aufera qualquer lucro por esse meio.

Art.2.º Nenhuma dessas casas será aberta ou continuará aberta ao público sem prévia licença da câmara municipal e repartição da polícia, na qual se declarará o número de pensionistas, seus nomes, naturalidades, idade e estado, podendo o chefe de polícia cassar a mesma licença por tempo indeterminado, quando se deem fatos abusivos ou escandalosos.

Art.3.º A nenhuma dessas casas será permitido conservar abertas as janelas sem estarem descidas as respectivas venezianas ou gelosias, que todas elas devem ter.

⁴⁸ Essa questão será melhor discutida no capítulo seguinte.

Art.4.º Igual proibição estende-se a qualquer outra casa em que haja mulher pública.

Art.5.º É expressamente proibido aos senhores consentirem que suas escravas vivam da prostituição em casa para isso destinadas.

Art.6.º A polícia escreverá, em um livro para isto destinado, os nomes de todas as mulheres que vivem publicamente da prostituição.

Art.7.º Será criado um serviço sanitário, a que serão sujeitas as mulheres que publicamente se entregarem à prostituição, o qual terá por fim impedir a propagação da sífilis e outras moléstias contagiosas.

Art.8.º A polícia dará os regulamentos para a organização desse serviço.

Art.9.º As infrações da presente postura serão punidas com multa de até 30\$, ou oito dias de prisão, e o dobro nas reincidências.

Art.10.º As diretoras das casas de tolerância responderão pelas multas, quando as infrações forem feitas pelos indivíduos moradores nas mesmas casas.⁴⁹

O projeto tinha por finalidade definir o que era uma casa de tolerância, institucionalizar a abertura ou manutenção de novas casas a partir do aval municipal e policial, demarcar o que era considerado ser prostituta e, também, designar a instituição que cuidaria para que esses artigos fossem cumpridos: a polícia.

O artigo 2º expressa de forma clara que as casas de prostituição poderiam existir, sem problema algum, desde que a polícia permitisse, através de uma licença, o funcionamento do local. Toda casa de prostituição sem o documento que comprovasse que o estabelecimento poderia funcionar estaria na ilegalidade.

No 3º artigo, vê-se que a preocupação não era com a moralidade ou a decência em si, mas sim com a prostituição em âmbito público. Uma vez que se conservassem em espaço privado, a questão estaria resolvida.

O artigo 5º, por sua vez, chama a atenção dentre os outros, pois revela a permanência de uma prática que não havia sido resolvida, mesmo com os esforços de Miguel Tavares, no início de 1871. Contudo, a questão deste artigo era o não consentimento do senhor em colocar suas escravas na prática da prostituição em locais destinados a isso. Mas nada diz sobre ser proibido ter escravas na prostituição. Isso nos permite pensar em duas possibilidades. A primeira delas é que a prostituição de mulheres escravas era um mercado muito rentável para os donos de escravas. Segundo Marinete Silva, a renda obtida por uma única dona de escravas ao explorá-las na prostituição, chegava à soma grandiosa de quatro mil

⁴⁹Gazeta de Notícias, 23 de novembro de 1876.

réis diários⁵⁰, o que justificaria a permanência desta prática mesmo depois das ações de Tavares.

A segunda refere-se ao fato de que vigorando a lei de 28 de setembro de 1871, onde no artigo 4º podia-se ler que:

“É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O Governo providenciará nos regulamentos sobre a colocação e segurança do mesmo pecúlio.”⁵¹

É possível supor que naquele período, a prostituição para elas, não seria mais somente uma extensão da vontade de seus senhores, mas também uma possibilidade de encontrar um caminho para a liberdade, através do acúmulo de pecúlio garantido pelo Estado, já que de acordo com Sidney Chalhoub, “ não há dúvidas de que houve escravos que souberam tirar proveito das mudanças trazidas pela lei de 1871 (...) A possibilidade aberta pela lei, facilitou iniciativas coletivas para a compra de liberdades”.⁵² O historiador esclarece ainda que as possibilidades de liberdade eram maiores na Corte do que nas províncias, o que nos faz crer que também as escravas prostitutas souberam utilizar-se da lei para garantir a liberdade da escravidão. O que faz com que seja ainda mais difícil obter o êxito na expulsão destas mulheres das ruas da cidade, já que ambos os lados, tanto dos donos de escravos, quanto das próprias escravas, tinham algo a ganhar com o meretrício.

No entanto, essas possibilidades abrem brecha para o artigo 7º, que tinha como base fundamental a questão do controle da prostituição, pautado na questão higiênica, diretamente ligada às teorias raciais que justificavam através da ciência a inferioridade dos corpos negros no corpo social.

Toda a postura, com artigos muito bem definidos, deixava claro que não era a prostituição o problema central na discussão levantada no ano de 1876, mas sim os tipos de mulheres que do meretrício participavam, a localização das casas e a preocupação higienista que pautava as discussões sobre a regulamentação desta prática. Por este motivo último, o projeto de posturas levado à Câmara provocou

⁵⁰ SILVA, Marinete dos Santos. “Escravidão e Prostituição: das várias utilidades de uma negra escrava”. In: *Revista do Departamento de História*, nº 6, Julho de 1988, p. 123.

⁵¹ BRASIL, Lei nº 2040, 28 de setembro de 1871.

⁵² CHALHOUB, Sidney. “População e Sociedade”. In: CARVALHO, José Murilo de (coord). *A construção nacional (1830-1889)*. Objetiva: São Paulo, vol. 2, 2012.

diversas reações contestadoras em determinados segmentos da imprensa, devido a forma como entendiam a questão do meretrício e o quão desmoralizador seria permitir, na letra da lei, que essa prática tivesse o aval para existir no território da Corte.

Segundo o jornal *O Globo*, o projeto levado para a discussão na Câmara Municipal tinha por finalidade transformar a prostituição em uma profissão lícita. Frente a isso, o redator publicou um artigo sobre o tema e ponderava que:

nossa opinião, opinião fundada em princípios são e em escrúpulos que supomos respeitáveis, é contra toda a tentativa de intervenção do poder social no sentido de dar forma legal a essa abominável transgressão da lei divina, a esse escândalo desmoralizador e enervante, a essa funesta aberração de todos os princípios morais que são a base da felicidade individual e coletiva.⁵³

Diante desta justificativa, *O Globo* se colocou abertamente contra o projeto de regularização da prostituição e, para combatê-lo, iniciou a publicação de uma série de artigos voltados a discutir as casas de tolerância e o projeto de postura municipal, onde o jornal se propôs a contestar ponto por ponto o projeto regulamentarista em discussão na Câmara Municipal.

Mesmo que tenha se comprometido em debater todos os pontos da postura, o que se seguiu foram extensos artigos que promoviam uma reflexão geral sobre a prostituição, mas, principalmente, sobre o ataque à moralidade caso a regulamentação fosse implementada. Tecendo inúmeras críticas à postura de forma geral, o jornal se colocava cada vez mais firme contra o projeto apresentado à Câmara, pois entendia que aquelas posturas iriam ferir ainda mais o meio social, dada a permissão para que estas mulheres exercessem o meretrício.

Ao longo de suas formulações, é nítido que a preocupação do autor difere-se daquela prevista pelo artigo 7º, que versava sobre a higienização do espaço. Para ele, a questão central da prostituição não era higiênica, mas sim moral. Permitir a prostituição era romper com os costumes, desmoralizando o meio social, pois

é em nome da pureza dos costumes, do decoro público, do desaforamento da população ultrajada nos seus mais delicados sentimentos, que os nossos colegas interpretando fielmente a repugnância e o desgosto de uma parte do público, tem reclamado providências administrativas que ponham cobro a essa ostentação do

⁵³ “Um assunto escabroso”, *O Globo: Órgão da Agencia Americana Telegraphica dedicado aos interesses do Commercio, Lavoura e Industria*, 24 de novembro de 1876.

vício, que tanto tem crescido entre nós, denunciando uma profunda lesão orgânica no seio de nossas cidades mais populosas.⁵⁴

O ponto de vista proposto por este jornal, que colocava a moral no centro das discussões relacionadas ao meretrício, fez com que fosse iniciada uma disputa em relação ao que se pensava sobre a prostituição e o que se pretendia fazer em relação a ela. Se a postura municipal claramente colocava que a prostituição era um problema higiênico e que, por isso, precisava de um regulamento para que fosse controlada e vigiada, a redação d'O Globo entendia que era um vício moral, que maculava os costumes, e que uma regulamentação só faria com que a prostituição se alastrasse indo contra os anseios de uma parcela da população que pedia pelo fim desta prática.

Tendo uma visão antagônica sobre o assunto, o jornal *Gazeta de Notícias* interpretava a situação sob outro viés. Em 25 de novembro de 1876, defendia que “qualquer ideia de melhoramento social entre nós é logo atacada, e sem mais estudo nem leve reflexão, retumbam-nos aos ouvidos frases pomposas, que atordoam, sim, mas não trazem o bem.”⁵⁵ Nitidamente alinhado ao projeto apresentado na Câmara, a *Gazeta de Notícias* se apresentava enquanto um contraponto às críticas do jornal *O Globo*, e tratou de responder às críticas do redator daquela folha ao projeto. Em uma destas respostas, o redator da *Gazeta* afirmava que

Entendemos que se deve dar forma legal a essa abominável transgressão da lei divina, a esse escândalo desmoralizador e enervante, como muito bem diz o nosso ilustrado colega, porque essa transgressão de lei, esse escândalo, constituem um mal necessário ante os princípios da higiene e até ante os princípios de moral; e a intervenção da autoridade tem por fim fazer com que o mal subsista apenas aquilo que pode ser útil, embora pareça paradoxal a expressão, destruindo o que é inútil e pernicioso.

Dissemos que aplaudimos a ideia, embora em alguns pontos pareça vexatória, porque temos observado a diferença entre o espetáculo que oferece hoje essa gente e o que aqui se passava há dois anos.

As medidas vexatórias terão por fim impedir o aumento prodigioso do número dessas infelizes, das quais talvez nem a décima parte se entreguem a essa vida espontaneamente (...).

Não quer isto dizer que concordamos em absoluto com o projeto, tal qual está, e acreditamos que o Sr. ministro antes de aprova-lo, o mandará estudar e reformar do modo que parecer mais conveniente. A questão higiênica, por exemplo, que se prende ao art. 3º, pode ser resolvida facilmente na aplicação sem prejuízo da circulação do ar tão necessário; não se trata de murar as janelas, basta impedir

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ “Assuntos do dia”, *Gazeta de Notícias*, 25 de novembro de 1876.

que nelas estejam expostas as moradoras, o que se pode obter, como em algumas cidades, por meio de grades; isto quanto aos sobrados; como, porém, fazer aplicação dessas medidas às casas térreas? Parece-nos que o meio a empregar, para evitar o espetáculo repugnante daquelas portas e janelas abertas deixando ver o impudor com que se ostenta o vício, e respeitando as necessidades higiênicas dessas criaturas, é determinar que só em certas ruas, das pouco frequentadas, possam morar essas mulheres em casas térreas.(...) A questão reduz-se a isto: Dado um mal (suponhamos que é unicamente um mal) que não é possível extirpar pela raiz, minorar o mais possível os seus efeitos perniciosos. Não é isto trabalho para ser feito por um homem, nem em um dia, mas é de crer que com os esforços continuados de muitos, alguma coisa se consiga. Pela nossa parte, julgamo-nos fortes vendo empenhado nesta tarefa nosso ilustrado colega do Globo.⁵⁶

Vê-se que a *Gazeta de Notícias*, mesmo não concordando com o projeto como um todo, ainda sim fazia questão de deixar claro que a postura a ser votada seria uma forma eficaz no controle da prostituição na cidade. Além disso, deixou claro também que a intenção não era murar ou não deixar ver as prostitutas, nem mesmo expulsá-las de todas as ruas, mas sim adaptá-las em espaços que pudessem ser vigiadas e controladas.

Colocando grades, como se presas fossem, essas mulheres não mais poderiam ficar debruçadas expondo-se nas janelas, o que, de acordo com a *Gazeta* e a postura, eram soluções pertinentes para o caso. De outra forma, realocando as moradoras de casas térreas para ruas menos movimentadas, a questão estaria sob controle. Nesse caso, vê-se, novamente, que a prostituição era uma questão de controle. E mais que isso, era um controle higiênico, que falava não sobre a prostituição como um todo, mas incidia diretamente em uma prostituição cujos corpos negros eram majoritários. Higienizar as ruas, em pleno século XIX, no momento em que a escravidão era vigente, falava muito mais sobre esconder e controlar a presença de mulheres negras nas ruas, do que necessariamente, proibir ou acabar com a prostituição.

De igual modo, o *Jornal do Commercio* seguiu a ideia da *Gazeta de Notícias* e se opôs de forma contundente ao *Globo*, apoiando também as disposições do projeto. Diz X, rebatendo às críticas levantada pelo *Globo*:

Ninguém dirá que o jogo, a vadiação e a mendicidade são crimes, e entretanto a lei procura extingui-los. Como o jogador, o vadio e o mendigo, é a prostituta um ente prejudicial à sociedade, e daí o direito que tem o Estado de pôr peias ao seu desenvolvimento e de defender-se das más consequências, que dela resultam. Negar à sociedade o direito de legislar a seu respeito é retirar-lhe o direito de

⁵⁶ Idem.

defender-se dos males que a vexam e a ameaçam. A regulamentação da prostituição, embora exigente, é uma medida preventiva, no intuito de livrar a sociedade dos crimes a que ela arrasta, e é tão justa quanto as leis que hoje possuímos contra a vadiação, mendicidade e jogo.⁵⁷

Na tentativa de justificar o projeto regulamentarista, o autor da publicação entende que o Estado tem o direito de legislar sobre as mulheres, assim como o faz com outras categorias de sujeitos transgressores. Colocando as prostitutas em igual condição de jogadores, mendigos e vadios, X entende que por elas vivenciarem num mundo considerado imoral e ilegal, necessariamente deveria a sociedade ter o direito de se proteger delas, assim como a lei garantia, através do artigo 399 do Código Penal de 1890, que se fizesse com vadios, mendigos e jogadores. Nitidamente colocando as prostitutas enquanto sujeitos perigosos, o autor revela que sua justificava estava totalmente alinhada junta as teorias raciais, que viam nos corpos negros a inclinação ao crime⁵⁸ e que, portanto, era necessário proteger-se também destas mulheres. Por isso, vê na regulamentação da prostituição um meio de proteger a sociedade contra aquelas consideradas criminosas e perigosas.

As questões envolvendo as divergências em relação ao projeto enviado à Câmara foram longas. Os artigos produzidos pelos jornais com o intuito de revelarem seus argumentos, tanto no sentido de apoiar a regulamentação, quanto no sentido de ir contra ela, perdurou sem que um consenso fosse acordado entre os jornais e, aparentemente, até mesmo na Câmara Municipal. Diante de questões como a moral, a higiene e os costumes, a prostituição de mulheres negras, principalmente, seguiam sendo um mal a ser combatido, mas não a todo custo, já que eram inúmeras as condições e sugestões para que se arrumasse um meio onde se pudesse conviver com elas, mesmo que tão criticadas em ambas as opiniões.

Concordando ou divergindo da regulamentação, o que fica claro nas opiniões das folhas é que, se a prostituição era vista como um mal, eram as mulheres as promotoras desse mal, aquelas que deveriam passar por inspeções, sendo trancadas em suas casas e até mesmo despejadas delas. Contrários ou concordantes, a moral, a higiene e o decoro público, passavam primeiramente pelo

⁵⁷ X, “Casas de Tolerância”, *Jornal do Commercio*, 30 de novembro de 1876.

⁵⁸ Sobre este assunto, ver também: BRAGA, Daniel Dutra Coelho; STEPHAN, Diana Ferreira. “A craniometria lombrosiana: entre a história natural e a criminologia”. Pôster dialogado; TARNOWSKY, Pauline. *Étude anthropométrique sur les prostituées et les voleuses*. Paris: E. Lecrosnier et Bébé, 1889. Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque municipale de Lyon-part Dieu.

julgamento destas mulheres, não entendendo que para que essa prática existisse, era preciso clientela e um espaço que a bem da verdade, não só permitia como também acreditava que na prostituição havia um lado útil socialmente.

Nesse caso, não havendo um denominador comum em relação a essa questão, a discussão sobre a postura apresentada à Câmara acabou por não ser levada adiante. De acordo com um leitor que manda uma carta ao jornal *Gazeta de Notícias*, em 10 de julho de 1878,

Depois que nossa imprensa discutiu a questão das casas de tolerância sem chegar a um resultado prático, tudo caiu na antiga indiferença, e o público sério e as famílias assistem nas ruas, diariamente, aos mais repugnantes espetáculos. Em poucas cidades a classe das mulheres toleradas ostenta um impudor mais cínico. Pelas principais ruas de nossa capital exibem-se as nudezas e arma-se ao escândalo, sem que o governo, ou antes a polícia se digne lançar um olhar de compaixão poupando os habitantes ao espetáculo fornecido pelas Primas Basílias de todas as nacionalidades. Isto é lastimoso! Quando se discutiu a questão das toleradas quizeram muitas pessoas que essa classe duvidosa fosse desterrada para certas ruas, e sofresse muitos outros vexames e ataques à sua liberdade, esquecendo-se de que nos países mais adiantados esses vexames não tem lugar, porém a polícia faz respeitar as leis e quem pronuncia uma palavra obscena ou se apresenta indecente vai preso (...) que bom exemplo para as nossas autoridades!⁵⁹

A tentativa de dar limites à prostituição através de sua regulamentação falhou. Através da publicação paga, é possível ver que mesmo com todas as discussões levantadas pelos jornais do período, bem como os pedidos de parte da sociedade para que ações fossem tomadas em relação ao assunto, a prática do meretrício mais uma vez continuaria a ser permitida e consentida por entre os espaços da cidade, sem que para isso precisasse de leis ou posturas a ser seguidas, como a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Commercio*, por exemplo, gostariam que fosse feito.

Mesmo que houvesse opiniões divergentes em relação ao que se entendia por regulamentação da prostituição, os jornais que discutiram exaustivamente o tema com inúmeros artigos apontando os prós e contras da postura em questão, concordavam que a prostituição não deveria ser vista pelas ruas e que era necessária uma movimentação das autoridades a fim de acabar com o meretrício, ainda que se pensasse ser este um mal necessário. Contudo, por mais que essa também fosse uma questão cara às discussões, o que ficou claro durante as exposições das opiniões na imprensa, foi que havia uma forma muito específica

⁵⁹ Fluminense, “Escândalo”, *Gazeta de Notícias*, 10 de julho de 1878.

de se lidar com certo tipo de prostituição, recaindo os artigos mais severos, claramente, a prostituição de mulheres negras, aquelas que incomodavam e precisavam ser controladas, gradeadas, mudadas de lugar. Eram as mulheres negras e pardas, frutos da escravidão ainda vigente, aquelas que entravam na ordem da higienização e moralização da cidade.

E embora a questão tenha ficado em aberto e o assunto tenha gerado debates importantes em relação às medidas possíveis para retomar o que se entendia por moralidade na cidade, o caso da prostituição retomou em 1888, agora direcionada à inspeção das hospedarias, como forma de, mais uma vez, agir sobre a prostituição.

2.3

O problema das hospedarias: a campanha de 1888

Os jornais da cidade do Rio de Janeiro continuavam a dar ênfase na questão do meretrício, tentando dar conta desta demanda, já que as intervenções anteriores não haviam gerado o resultado esperado. O que se acompanhava era uma tentativa, cada vez maior, de encontrar meios para cercear e coibir a presença de mulheres negras e pardas, que viviam na prostituição. Era sobre elas, principalmente, que a vigilância, bem como os esforços jurídicos e políticos haviam recaído. Tanto as alforrias de 1871, quanto a postura municipal de 1876, tentavam encontrar meios para que essas mulheres fossem retiradas das ruas ou, pelo menos, controladas enquanto nelas estivessem.

Em 1888 a estratégia não foi diferente. Dessa vez, as hospedarias se tornaram o foco no combate à prostituição. A ação que tomou forma naquele ano, teve início ainda em 1885, quando inspeções periódicas foram realizadas neste tipo de residência, a fim de montar um esquema para saber quem eram os moradores, quais as condições das instalações e se elas possuíam as escrituras que permitiam seu funcionamento. Como noticiou o *Diário de Notícias* em 22 de novembro de 1885, sob o título “Cercos”, a breve publicação dizia que “ O subdelegado do 1º distrito do Sacramento deu cerco ontem, às 10 horas da noite, em diversas hospedarias e casas de jogo das ruas Espírito Santos, S. Jorge, Conceição, Carioca, Gonçalves Dias, beco do Fisco e travessa da Barreira.”⁶⁰

⁶⁰ “Cercos”, *Diário de Notícias*, 22 de novembro de 1885.

Os cercos do subdelegado sempre aconteciam na madrugada e neles era exigido o nome dos frequentadores, sendo levados à prisão alguns dos inquilinos, por serem considerados suspeitos de vagabundagem. Foi o que aconteceu em 19 de março de 1887. De acordo com a notícia:

Foram recolhidos ao xadrez da 1ª estação policial e remetidos para a Detenção: Amelia Matheus Dias, Anna Rosa de Oliveira, Maria das Neves, Thereza Maria da Conceição, Maria Emilia da Silva, Clotilde Maria Raymunda da Conceição, Rosa Maria da Conceição e Victoria Maria Elizaria de Moura Costa, por serem vagabundas e estarem em orgia nas hospedarias do 1º distrito do Sacramento.⁶¹

Como se não bastasse, cinco dias após esse cerco, o jornal voltou a noticiar mais uma ação do subdelegado. Desta vez,

O Sr. Dr. Silva Rebello, subdelegado do 1º distrito do Sacramento, acompanhado do alferes Travassos e escrivão Carvalho, deu ontem às oito e meia da noite busca nas casas conhecidas pelo nome de zungús, da rua Gonçalves Dias nº 1 e 11, e nas hospedarias da rua do Sacramento nº 2 e praça da Constituição nº 69, efetuando a prisão de 16 vagabundas.⁶²

As duas notícias nos colocam diante de uma grande quantidade de prisões de mulheres e, levando em consideração a forma como as descreveram, é provável que as “vagabundas” que faziam “orgias” fossem prostitutas e, por isso, tratadas desta forma e levadas à detenção. O modo como a polícia lidava com a presença dessas mulheres nos espaços onde eram encontradas, revela um esforço de controlar a dita imoralidade, pois esta se configurava enquanto um problema do ponto de vista das teorias higiênicas, e precisava ser resolvido urgentemente.

É verdade que os cercos às hospedarias não se restringiam à prisão somente dessas mulheres. Também homens considerados vagabundos, capoeiras e outros suspeitos, eram frequentemente levados à detenção, somente por serem inquilinos de casas de alugar quarto por hora, entendidas enquanto lugares misteriosos, como se dizia na época. Conhecidas como espaços de convivência múltipla, onde se encontravam desde trabalhadores até negociantes do sexo e prostitutas, as hospedarias se tornaram uma questão municipal a partir do momento em que se configuravam em espaços perigosos para a moral e a ordem pública, pois de acordo com a perspectiva cientificista, aqueles espaços eram propícios para a propagação de doenças infecciosas e, também, da imoralidade.

⁶¹*Diário de Notícias*, 19 de março de 1887.

⁶²*Diário de Notícias*, 24 de março de 1887.

Foram, por isso, criminalizadas, garantindo o êxito do discurso higienista que se propunha a perseguir, através das autoridades públicas, os sujeitos que, na maioria negra e pobre, viviam sob o teto das hospedarias.

Em 30 de janeiro de 1888, Florido Valerio publicou no jornal *Diário de Notícias* uma extensa queixa destinada ao chefe de polícia. Nela constava uma reclamação pontual em relação às hospedarias e o que significavam aqueles espaços na cidade. Dizia ele:

O estabelecimento nefando que o vulgo designa pelo vocábulo Hospedarias é o maior escândalo da atualidade no Rio de Janeiro. Iniciada há muitos anos com fabuloso resultado, a exploração deste negócio encontrou facilmente o que mais carecia: capitais, clientela e sanção. A lei foi ludibriada pela fraude engenhosa e ousada dos exploradores impudentes da boa fé. Principiou então a luta dos vícios contra a honra das famílias, contra as imunidades do lar; luta indecente e renhida, fraudulenta, mas sancionada, que de batalha em batalha tem tomado as mais assustadoras proporções. Hoje abre-se o Almanach de Laemmert, a pág 726 e depara-se com uma lista de nada menos de 60 hospedarias, entre as quais há verdadeiros contos de vagabundos de ambos os sexos, que praticam toda a sorte de imoralidades. Devo escrever por extenso sessenta hospedarias – para que não julguem, os que não podem ler a obra do Sr. Laemmert, ter havido erro tipográfico. Este número representa de modo completo tudo quanto eu poderia dizer das vantagens de semelhante negócio; mas infelizmente para a nossa sociedade, também ele representa o lamentável estado que chegamos! Creio que um terço das prostibuladas que estendem a mão a quem passa deve o seu infortúnio aos miseráveis cafténs que se ocultam nestes estabelecimentos licenciados. É com efeito ali que se exerce o verdadeiro caftismo, se pode este termo dar uma ideia do que é a escravidão do bordel. As desventuradas são ali retidas – a principio, sob auspiciosas promessas e depois sob as mais tristes ameaças, que às vezes se realizam, graças à influência misteriosa que tem os traficantes da honra! O estudo que tive a pachorra de fazer desses miseráveis lupanares dispôs-me o estômago para a descrição mais detalhada do seu *modus vivendi*.⁶³

Estava assim iniciada uma série de artigos destinados a alertar as autoridades, bem como a sociedade, sobre o problema das hospedarias, atentando para o fato de que era necessário tomar providências contra a existência desses lugares. De acordo com o autor do artigo, as hospedarias eram necessariamente espaços de prostituição e onde o caftismo se proliferava. Era também um local licenciado e, por isso, desmoralizava a fiscalização policial e até mesmo a lei. Se a questão da regulamentação não passara, como podiam existir ambientes onde se sabia, aparentemente por todos, existir a prática tanto da prostituição como do caftismo, licenciados pela municipalidade?

⁶³ Florido Valerio, “Hospedarias”, *Diário de Notícias*, 30 de janeiro de 1888.

O que pede o autor é nada menos do que providências para que esses espaços não tenham o aval do município para funcionarem, pois era neles que se encontravam as mulheres “prostibuladas”, que na visão dele, eram vítimas desentendidas e desonradas pelas artimanhas dos cafténs. A série se propunha assim não apenas a caracterizar a prostituição como uma prática desmoralizante, mas também atacar os espaços em que ela se desenvolvia.

No artigo do dia seguinte, o autor reforçou a ideia do perigo dessas instalações ao dizer que, devido ao grande número de hospedarias que abrigavam o caftismo, estaria havendo disputas entre os concorrentes do meretrício. Segundo o autor, os exploradores lançavam mão de todos os meios para burlar as dificuldades que se apresentavam. Contudo, por mais que sua principal crítica até o momento fosse em relação ao caftismo que acontecia dentro das hospedarias, o autor nos revela um aspecto importante da prostituição quando marca uma relevante mudança na configuração do espaço do meretrício:

Ontem era a sedução da criada de servir, da mucama ingênua, da órfã mal tutelada, da escrava ignorante e vadia; hoje é a epistola ousada que penetra no açafate de costura da filha de família e na alcova secreta da esposa pudibunda e honesta! Miseráveis. Não sei o que mais admirar de tudo isto: se a imprecação da vítima, se a ousadia do algoz.⁶⁴

Essa breve parte do texto, repleta de violências simbólicas, aponta exatamente para a questão aqui levantada: era a prostituição negra e pobre aquela que causava o maior desconforto à sociedade. Essas mulheres eram levadas à prostituição por serem, nas palavras do autor e também do pensamento social do período, sujeitas “ignorantes e vadias”. Muito próximo das conclusões formuladas pelas teorias raciais que naquele momento estavam em alta no país, o autor, no momento em que afirma serem as mulheres negras ingênuas, sem condições de viver por si, ignorantes e vadias, nos remete à Nina Rodrigues quando afirmava serem os negros aqueles que não conseguiriam livrar-se da natureza selvagem, imoral e preguiçosa ao qual estavam submetidos por suas características culturais. Ainda segundo Nina Rodrigues, “a sensualidade do negro pode atingir então às raias quase das perversões sexuais mórbidas.”⁶⁵ O que sugere, explicitamente, que

⁶⁴ “Hospedarias”, *Diário de Notícias*, 31 de janeiro de 1888.

⁶⁵ RODRIGUES, Raymundo Nina. *A população brasileira no ponto de vista da psicologia criminal – os mestiços*. In: *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011, p. 64

as mulheres negras eram as mais propensas ao mundo da prostituição, já que de acordo com as teorias raciais, eram elas naturalmente imorais, incapazes de atingir a civilidade dos costumes.

Ao comparar o processo histórico desde o auge da escravidão, até o momento da primeira ruptura, com a lei de 1871, o autor remete ao período que levou muitas escravas à prostituição e deixa nítido, ao mesmo tempo, que as apreensões de Nina Rodrigues e seus interlocutores tinham conformado certo tipo de olhar em relação às prostitutas negras, no sentido de as enxergarem enquanto promotoras de uma vida imoral e anormal, a qual desordenava a cidade e, portanto, precisava ser controlada.

Colocadas em contraposição pelo autor, tanto a mulher negra quanto a mulher de família eram entendidas enquanto vítimas. A primeira por sua classe, mas levando em consideração o cientificismo, é possível afirmar que também era por sua raça e a segunda, pela honestidade que a fazia pura e ingênua e, por isso, um alvo para os cafténs. Fica claro, portanto, que as mulheres, todas elas, não possuíam nenhum tipo de autonomia, nem mesmo certo intelecto capaz de guiar suas próprias vontades. Eram sempre tuteladas por homens que as enxergavam enquanto inferiores, seja ela negra e amoral, seja ela branca e civilizada.

Em 1 de fevereiro de 1888, Florido Valerio publicava que:

Há medidas urgentes a tomar e tão insignificantes são elas, que basta um pouco de boa vontade para executá-las. A primeira dessas medidas é a fiscalização, por agentes secretos, das casas de tolerância; expulsão dos viciosos que forem encontrados, e multa dos proprietários desses estabelecimentos. Para casos de reincidência deve ser criado um corretivo eficaz. Condições essenciais: não especializar, não privilegiar. Quanto às outras medidas secundárias, são elas de fácil intuição. Penso ter demonstrado a minha imparcialidade nesta questão de interesse positivamente geral(...) Se a polícia, por motivos de qualquer ordem, fechar os ouvidos ao nosso apelo, tratar vós da segurança dos vossos lares.⁶⁶

Ao chamar as medidas que propõe de insignificantes, o autor já pressupõe que suas sugestões esbarrariam na falta de vontade das autoridades em executá-las. Mais que isso, o autor também refuta a própria ideia de um maior controle em relação a esses locais, quando sobre a reincidência, disse ser necessário a criação de corretivos eficazes: ou seja, tudo o que vinha propondo em seus artigos, até ali, eram propostas frágeis que, ao longo do seu desenrolar, permitiram pelas brechas

⁶⁶ Florido Valerio, “Hospedarias”, *Diário de Notícias*, 1 de fevereiro de 1888.

a continuação daquelas práticas. Como ser imparcial, segundo ele, se o mesmo promove uma campanha contra as hospedarias e os inquilinos que ali frequentam, principalmente prostitutas negras e pardas? Por si só, já estava declarando um lado e incitando, dessa forma, que a polícia e também os cidadãos fizessem algo contra esses ambientes. Deixa claro que se não for a polícia a promotora de ações que impeçam as licenças desses locais de funcionar, deveriam ser os cidadãos aqueles a olhar e a fiscalizar esses lugares.

Entendendo as medidas que propõe como instintivas, parece que o autor já sabia que a questão da prostituição e das casas onde a prostituição era realizada, com o consentimento das autoridades e também do público que ali frequentava, não seria fácil de combater, pois nem mesmo as medidas anteriores a essas tinham conseguido dar fim ao que consideravam um problema social. Nem as ações de Miguel Tavares em 1871, nem mesmo a tentativa de regulamentação em 1876, foram suficientes para solapar o comércio do sexo. O ataque às hospedarias era mais uma medida desesperada e pretensiosa, de perseguir e tolher a presença das prostitutas negras, uma vez que acabando com os locais onde os amores proibidos e imorais aconteciam, consequentemente se pensava que acabaria também com a prostituição.

Ao continuar escrevendo os artigos e maldizendo as hospedarias, Florido Valerio desagradou muitas pessoas, principalmente os donos desses estabelecimentos, que vinham sofrendo duras e altas multas pelas autoridades policiais. Como resultado imediato, se revelaram opiniões contrárias ao ataque a esses estabelecimentos.

Segundo um artigo publicado em 28 de fevereiro de 1888 na *Gazeta da Tarde*, a campanha iniciada pelo *Diário de Notícias* acabaria por atingir pessoas honradas que se relacionavam com as hospedarias. Era o caso da casa na rua dos Inválidos nº 89, que segundo o autor do artigo pertencia a um homem honrado, que não merecia ser maculado pelas acusações de Florido. Segundo o crítico de Florido, assinando como A Verdade, eram “os bandidos de gravata lavada, que são os primeiros a animar a indústria da prostituição e que depois tem a desfaçatez de condená-la pela imprensa”.⁶⁷ Em uma clara crítica a imoralidade produzida por homens que, em público, se diziam combatentes da prostituição, o autor também

⁶⁷ A verdade, “As hospedarias”, *Gazeta da Tarde*, 28 de fevereiro de 1888.

não negou a existência da prostituição nestes espaços e continuou sua crítica dizendo que:

Os fatos que o articulista do *Diário de Notícias* narra são calúnias, que nunca poderão ser provadas, pelo que desde já o desafiamos a apresentar documentos e testemunhas do que escreveu e publicou (...) O dono da casa nº 80 não escraviza mulher alguma; todas as inquilinas da sua casa tem a mais plena liberdade; procedem como entendem. O que ele faz é apenas manter a ordem e o decore em seu estabelecimento de modo tal que nunca houve um só fato a lamentar, como podem atestar todos os vizinhos (...) Esta questão de hospedarias é muito séria. Talvez fosse mais prudente não falar nelas. Enfim, estamos dispostos ao que der e vier e protestamos levar nossos caluniadores aos tribunais. Nesta época, em que há muita falta de dinheiro, parece-nos que o que o Sr. Florido Valerio quer é bola. Se assim é, peça por melhor modo e deixe de lado o sistema de Corsário. Continuaremos se necessário for.⁶⁸

Aqui percebe-se que havia uma associação entre escravidão e prostituição. O fato do argumento do autor se pautar exatamente nessa questão, sugere que a escravidão era o caminho que levava à prostituição, confirmando, novamente, a vitória do cientificismo em relação àquilo que se pensava sobre as mulheres negras. Além disso, ao afirmar que as mulheres que viviam na casa nº 80 eram livres e, ainda sim, possivelmente viverem da prostituição, revela mais uma vez, a crença nessa pré-disposição, propagada pelas teorias raciais, de que eram elas incapazes de acessar um discernimento moral e que, por isso, mesmo livres da escravidão, não abandonariam o “vício” da prostituição.

O que parece, nesse caso, é que existia um esforço de normalizar a situação, entendendo, pela ótica do cientificismo, que não havia o que fazer em relação a essas mulheres negras, pois era da natureza delas o ser imoral. Nesse caso, a opção pelo silêncio e o não enfrentamento da questão levantada por Florido, reflete, de forma clara, que o que se discutia em 1888 não era somente o caso das hospedarias em si, mas os sujeitos que ali viviam e também suas práticas, mas principalmente, a tentativa incessante de coibir a prostituição, tendo por foco ações que se voltavam contra as prostitutas negras. A tensão criada entre as opiniões divergentes culminou em uma brusca ruptura da série de artigos contra as hospedarias. Em 23 de junho de 1888, Florido Valerio aparece no jornal *O Tempo*, com o título “O Crime das Hospedarias”, justificando o porque de ter chegado ao fim sua série no *Diário de Notícias*. De acordo com ele, a interrupção em seus artigos naquele jornal se deu devido às inúmeras ameaças e escândalos que a

⁶⁸ Idem.

redação do jornal vinha sofrendo por conta das exposições das hospedarias. Disse ele:

O último artigo que publiquei no Diário foi contra uma senhora na rua do Riachuelo, que tem por hábito, ao que parece, inculcar-se parteira, quando é sabido que a obstetrícia é toda cambial e clandestina. Essa meretriz que tinha o descaramento de alugar cômodos por hora a 80.000\$ (!) e mandava o filho prevenir a freguesia (!!) da chegada dos clientes, como se aquilo fosse comerciar empadinhas quentes (!!!) teve a audácia de aparecer no Diário, a gritar e a gesticular como idiota que é, por conveniência, (ou fenômeno biológico!) e foi quase preciso recorrer aos bicos das botas para fazer a regateira voltar ao seu esconderijo de vergonhosa patifaria.⁶⁹

O episódio envolvendo a mulher em questão, é uma clara resposta descontente ao trabalho que vinha fazendo Florido Valerio naquela folha. A atitude da senhora que apareceu na redação do Diário de Notícias, revela que Florido não possuía escrúpulos ao difamar seus desafetos. Em resposta ao acontecimento, com palavras duras e preconceituosas, o articulista revelou, mais uma vez, de forma escancarada, sua parcialidade em relação ao tema e também em relação às mulheres prostitutas. Florido Valerio não só não cessou o assunto, como a partir daquele momento, iniciava uma nova série de artigos dando continuidade ao trabalho que havia começado no antigo jornal.

Segundo ele, “forneço agora ao público uma prova irrefragável da minha obstinação, voltando ao assunto. Há uma diferença entre Florido Valerio de então e o Valenciano Flores de hoje: o primeiro era simples colaborador do *Diário de Notícias*; o segundo é redator d’*O Tempo*, e neste caráter escreverá como entender e o que entender, dentro dos limites da decência”⁷⁰ Ao sair do *Diário de Notícias*, Florido se tornou redator do jornal *O Tempo* e, com isso, portanto, conseguira maior liberdade para tratar da campanha a que vinha se dedicando. Embora pretensioso em sua empreitada, os rastros de “O Crime das Hospedarias” desapareceram ainda em 23 de setembro de 1888, mesmo com algumas contribuições de leitores denunciando as hospedarias que conheciam.

Todavia, é necessário atentarmos para a data em que Valencio Flores inicia como redator de *O Tempo*. Era 23 de junho, apenas um mês após a assinatura da Lei que aboliu a escravidão. Ao final de seu artigo de apresentação como redator d’*O Tempo*, Valencio Flores relembra a lei recém assinada e parece sugerir que a

⁶⁹ Valenciano Flores, “O Crime das Hospedarias”, *O Tempo*, 23 de junho de 1888.

⁷⁰ Idem.

consequência dela seria, necessariamente, a continuação da proliferação da prostituição. Segundo ele, “a lei do 13 de Maio, com o ser a mais bela concepção parlamentar deste século de maravilhas, trouxe entretanto um incentivo à prostituição geral e forçoso é atenuar-lhe a marcha mediante uma lei submetida a qualquer jurisdição.”⁷¹ Ou seja, segundo a afirmação do articulista, fica a impressão de que ele acreditava que a prostituição estava associada à escravidão e que, com a lei do 13 de maio, as mulheres alforriadas teriam um incentivo a mais para permanecerem neste ramo, já que agora não haveria alguém que as tutelasse. Parece que Valencio acreditava que sob a escravidão, havia um maior controle na questão da prostituição e a partir da Lei Áurea, esse poder em relação às negras prostitutas não mais existia, sendo necessário, portanto, medidas que pusessem fim ao meretrício de mulheres negras.

Não restam dúvidas, portanto, que a questão da prostituição não vinha ao caso por ser considerado um problema de moral pública, da falta de civilização ou da ineficiência das leis e instituições competentes. O que era um empecilho, na verdade, não era a prostituição em si, porque mesmo em 1871 e em 1888, as discussões levantadas não foram em direção ao fim irrestrito do meretrício.

Tanto Miguel Tavares, quanto o redator do projeto de posturas da Câmara Municipal em 1876, quanto Valencio Flores, em 1888, estavam falando diretamente para um grupo específico de mulheres: as negras. E embora houvesse toda uma narrativa envolvendo essa prática, bem como a atuação dos cafténs, os três momentos analisados até aqui, mostram que as teorias raciais pautaram todas as discussões em relação ao meretrício, tanto que nas três campanhas, o caráter higienista era o motor dos debates que não se esgotavam.

Nesse caso, em meio a discussão nacional, que era a abolição da escravidão, a cidade do Rio de Janeiro vinha enfrentando não a escravidão, mas a presença de mulheres, muitas delas escravas, livres ou libertas, porém todas negras, que se estabeleceram na prostituição, seja por obrigação devida aos seus senhores, seja por estratégia de obtenção de pecúlio, seja por sobrevivência.

Dado o fim da escravidão, o que aconteceu com essas mulheres negras que já haviam se estabelecido e vinham sobrevivendo da prostituição até aquele momento? Elas não desapareceram, pelo contrário. A campanha de 1888 que tinha

⁷¹ Idem.

por objetivo acabar com as hospedarias, pensando ser elas o nascedouro dessa prática, não teve efeito esperado, assim como as tentativas anteriores aqui analisadas. Em 2 de janeiro de 1889, há uma nova publicação de um artigo sobre as hospedarias, assinado por Florido Valerio, no *Diário de Notícias*, o que indica que a questão não havia se esgotado e que o jornal reatou relações com o colaborador. Nesse artigo ele é enfático ao dizer que

A instituição do escravagismo, mantida vergonhosamente durante três séculos de criminoso incúria, não contribuiu pouco para o desenvolvimento da prostituição entre nós. Mulheres ignorantes, sem noção alguma de moral doméstica, as escravizadas prostituíam-se com a mesma naturalidade que se entregavam aos misteres inerentes a lei do chicote e das gargalheiras!

Valerio afirma que a prostituição é fruto da ignorância das escravas e que, por não terem noção da “moral doméstica”, entregavam-se à prostituição como se fosse algo moralmente natural, igual à escravidão. Aqui ele deixa claro que pensava ser a escravidão ou, em suas palavras “a lei do chicote”, um momento espontâneo, quase que divino, da vida de pessoas negras e que por isso, dedicar-se a outro ofício, que não o doméstico, era ir contra a natureza.

Ele continua sua crítica à prostituição dizendo que

Senhores depravados compravam a troco de barato grossos bandos dessas desventuradas criaturas e as prostituíam covardemente debaixo dos mesmos tetos que abrigavam suas esposas e filhos. Estes cresciam, no meio daquela depravação moral e continuavam a sofreguidão avara a tradição bestial dos seus progenitores. Cada fazenda era um grande serralho. Cada fazendeiro era um pequeno pachá.

A depravação moral a que se refere, aponta, mais uma vez, para as teorias raciais que não poupam esforços para demonstrar, a partir da ciência, que mulheres e homens negros eram depravados por conta, unicamente, de sua raça incivilizada, e que contaminava todos aqueles que se envolviam com estes corpos. Florido sugere ainda que as escravas seriam, necessariamente, amantes de seus senhores.

No entanto, embora ele pudesse pensar na tácita relação entre senhores e escravas, pode-se afirmar que não se tratava disso, mas sim de um abuso de poder, de estupros e toda sorte de violências sexuais, a partir de um ideário cientificista

que acreditava que a mulher negra possuía um “desejo sexual desenfreado”⁷² e que, por isso, estariam sempre disponíveis para o sexo com seus senhores. Era no bojo familiar da Casa Grande, respaldados por uma política de estado consolidada e pelas teorias raciais, que a identidade negra, bem como a dignidade do corpo humano, era sucumbida aos anseios de homens e mulheres ávidos por dominar aquilo que já entendiam enquanto propriedade.

Além disso, ele diz, em tom sarcástico que

De repente veio a lei de 13 de Maio plantar na história da liberdade humana essa luzenta apoteose que tem de fazer a veneração dos pósteros e as desaventuradas, libertas então da sua longa e cruel proscrição, vieram por seu turno engrossar a volumosa onda das mendigas cujo melhor título de recomendação não passa de um passaporte para a Santa Casa de Misericórdia! Começa aqui a melhor época dos prostíbulos. Perdida a noção moral da família, o desapego ao trabalho honesto não se fez esperar. As hospedarias aumentaram o número dos seus agentes e distribuíram-nos por essas ruas, de emboscada, à espera que saísse a criada de Paulo, a mucama de Sancho e a tutelada de Martinho. As promessas tintilavam guizos de ouro aos ouvidos dessas criaturas fáceis de convencer e no dia seguinte os prostíbulos abriam as garras, estendiam os tentáculos e dilatavam as válvulas para receber o cortejo das estreantes no prosccênio do vício traiçoeiro e degradante.

Reforçando a ideia, a qual já havia partilhado em outros artigos, de que foi a abolição o impulso para a prostituição, Florido não esconde o seu pesar com a Lei do 13 de maio. Ele ainda reafirma a ideia de que era a escravidão o lugar do trabalho honesto e que, sem ele, estariam essas mulheres descontroladas pelas ruas da cidade, exercendo o meretrício em hospedarias e prostíbulos, os quais proliferavam ao ver as ruas cheias dessas sujeitas degredadas, doentes por sua cor e condição de prostitutas. Para ele, elas não teriam outro fim senão a Santa Casa de Misericórdia.

Por fim, Florido Valerio termina seu artigo, impregnado pelo preconceito racial, mas também de classe e gênero, dizendo que

Cumpridas as clausulas mais importantes do contrato, estava aberta a estrada da perdição: podiam agora vender livremente as suas carnes aquelas que no dia anterior emprestavam a sua atividade ao trabalho honesto, legal e decoroso! A virtude, moribunda, lembrava-se com descrença e caía fulminada, por fim, na impenetrabilidade do seu cárcere negro e fundo! Porque a lei está moldável e quando a tolerância se impõe o vício triunfa e os costumes perdem a sua pureza! E já basta de introdução. Daqui por diante procurarei apontar à polícia os

⁷² ABREU, Martha. “Sobre mulatas orgulhosas e crioulos atrevidos”: conflitos raciais, gênero e nação nas canções populares (Sudeste do Brasil, 1890-1920)”. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 16, p.18.

principais estabelecimentos em que se exerce indecorosamente a prostituição clandestina.⁷³

Assim, o autor amarra sua reflexão apontando para o prejuízo social que foi o fim da escravidão, pois a partir da abolição o que se veria nas ruas, livremente, eram mulheres negras que, de acordo com seu pensamento, não tinham noção do que era o convívio social e que, desse modo, desmoralizariam a cidade ao se perpetuarem na prostituição. Dito isso, ele estaria disposto a continuar sua perseguição, mas agora denunciando às autoridades policiais os estabelecimentos onde a prostituição negra existia.

No artigo de Florido, não há uma crítica ao modelo escravista, mas sim uma crítica ao seu fim, pois este desencadeou inúmeros processos, como principalmente as vivências e experiências de mulheres negras e livres pelas mesmas ruas nas quais senhores, senhoras, jornalistas, policiais, comerciantes e toda a sorte de sujeitos, viviam. O problema municipal nunca foi a escravidão e a compra de corpos humanos, nem mesmo a prostituição como um todo. O problema sempre foi a presença de corpos negros coexistindo na mesma atmosfera em que a alta sociedade estava ambientada. A escravidão era a linha tênue que separava os negros, daqueles outros que se entendiam e se colocavam na posição de sujeitos dominantes. A escravidão era a única possibilidade de frear a selvageria atribuída aos negros; era ela que determinava os lugares sociais dentro da sociedade monárquica. Uma vez rompido esse equilíbrio, era necessário forjar outros meios para que fosse possível controlar a presença de mulheres negras e, daquele momento em diante, livres.

A celebração do 13 de maio não se refletiu neste artigo escrito por Florido Valerio e nem mesmo no artigo que se seguiu, do dia 10 de janeiro de 1889, quando o autor comentou sobre uma hospedaria onde pernoitavam mulheres de cor que, segundo ele eram “cheias de podridões e emigração piolhosa.”⁷⁴ Na verdade, mesmo que o *Diário de Notícias* tivesse em consonância com outros veículos da imprensa, principalmente aqueles que abrigavam em seu interior os jornalistas empenhados na causa abolicionista, a coluna “Hospedarias”, que aparentemente cessou suas publicações em 10 de janeiro de 1889, não escondia a infelicidade pela lei assinada, acreditando ser ela a promotora de um desequilíbrio

⁷³ Florido Valerio, “Hospedarias”, *Diário de Notícias*, 2 de janeiro de 1889.

⁷⁴ Florido Valerio, “Hospedarias”, *Diário de Notícias*, 10 de janeiro de 1889.

social, capaz até mesmo de espalhar pela cidade a imoralidade e o vício da prostituição, já que agora, cumprida a lei, estariam elas a “vender livremente as suas carnes.”⁷⁵

O que não contava o articulista, era que nem a escravidão, nem a condição de raça, eram os únicos elementos que levavam mulheres à prostituição. Em agosto de 1895, Regina Augusta da Silva, de 13 anos, órfã, declarou ao Dr. André Cavalcante, chefe de polícia do Distrito Federal, que queria permanecer na prostituição. Segundo o termo de declaração, Augusta dizia que era

brasileira, costureira e moradora à rua de São Jorge número sessenta e cinco; que há um mês foi deflorada em Juiz de Fora por um inglês, cujo nome ignora e a quem não conhece (...), que sendo deflorada entregou-se à prostituição em Juiz de Fora, onde esteve em um hotel saindo daquela localidade, porque o Delegado dali não a quis mais naquele lugar; que ela declarante veio então para esta capital e aqui está há um mês na prostituição, vida esta que quer continuar por sua livre vontade.⁷⁶

A declaração de Regina é significativa, pois não mostra que aquelas que viviam da prostituição não eram vítimas enganadas por seus senhores ou por quem quer se seja. Regina esclarece que por ter sido deflorada aos 13 anos, escolheu sobreviver da prostituição e não pretendia sair dela, revelando que assim como ela, tantas outras meretrizes também possuíam condições de decidir e discernir sobre qual rumo tomara para suas vidas.

O caso de Regina refuta então a teoria de Florido Valerio, bem como do pensamento médico de então, apontado pela historiografia, como sendo um caminho escolhido por quem não possuía nenhuma capacidade intelectual de escolher seu próprio destino. Nesse sentido, o que se infere da declaração de Regina é que a prostituição não era somente a consequência de uma condição de classe ou raça, mas também fruto de uma vontade individual e consciente de sobreviver através dela. Entretanto, mesmo que a prostituição também fosse uma escolha, independentemente de por quais termos mulheres tivessem chegado ao ramo, elas continuariam sendo perseguidas pela polícia. Tanto o delegado de Juiz de Fora, quanto o chefe de polícia do Distrito Federal, recolheram para depoimento Regina, que, por conta de sua idade e nacionalidade, pode-se inferir ser parda ou até mesmo negra.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ Arquivo Nacional, GIF 6C 3, 1895.

Com isso, pode-se pensar que o desenvolvimento das discussões sobre a prostituição ao longo das últimas décadas do século XIX mostrava que as prostitutas negras, antes escravas, mesmo após a conquista da liberdade, continuariam a se tornar alvos preferenciais do pensamento ilustrado. Por mais que todas as investidas desde 1871 tivessem sido muito claras no sentido de combater especificamente a prostituição dessas mulheres afrodescendentes, essas medidas se tornaram progressivamente mais fortes à medida em que se consolidava no Brasil o pensamento cientificista – um processo que continuaria a se afirmar a partir de 15 de novembro de 1889, com a República instaurada. Ainda que nada tenha sido resolvido como o esperado pelas autoridades e pelos cidadãos que prezavam pela moral social, a questão da prostituição continuaria a ser uma pauta recorrente nos anos subsequentes da Primeira República.

3

O território da prostituição e o lugar das brasileiras

O presente capítulo, em diálogo com a historiografia sobre o tema da prostituição, objetiva analisar os espaços do meretrício existentes no Rio de Janeiro, tentando iluminar um território que se construiu a partir de importantes modificações no contexto social, como o pós-abolição, o aumento do policiamento republicano, a expansão e a reforma urbana.

Para que o processo de modernização da cidade fosse adiante, seria necessário reorganizar o espaço de forma a limitar a circulação de um certo tipo de gente. É nesse momento, pautado nos argumentos do saneamento moral, que as mulheres prostitutas se viram ainda mais vigiadas dentro do espaço urbano. Acontece que diante desta vigilância mais dura, o que se acompanha nas fontes do período, é um silenciamento em relação à cor e a proveniência destas mulheres, indicando que aparentemente não havia distinção no patrulhamento da polícia republicana. Porém, ao olhar com mais cuidado, os indícios sugerem que essa vigilância cotidiana, acompanhada de ordens de expulsão e prisões rotineiras, seguiam uma linha racializada.

Assim, o que se pretende neste momento é mais do que entender como funcionava a distribuição espacial das prostitutas, mas sobretudo identificar onde se localizavam dentro do território do meretrício as mulheres brasileiras e, também, como se deu sua relação com as meretrizes estrangeiras que aqui chegavam inseridas no contexto da imigração europeia.

Nesse sentido, o capítulo que se segue tenta encontrar a presença das prostitutas brasileiras, bem como apontar para um caminho que dê conta de retirá-las da invisibilidade, reafirmando a sua existência dentro do universo da prostituição muito conhecido pela presença de mulheres de outras nacionalidades.

3.1

As ruas do meretrício

Em 29 de outubro de 1894, a *Gazeta de Notícias* publicou uma crônica em que o autor, de nome Fantasio, pseudônimo de Olavo Bilac, falava sobre certo tipo de comportamento a ser seguido pelas “mulheres da vida”. Dela constavam dois conselhos para que as prostitutas andassem conforme os costumes. Para que

não fossem presas sob alegação de imoralidade, “as habitantes da rua Sete de Setembro e de outras análogas vias de perdição pública”⁷⁷, deveriam adequar-se à nova regra estabelecida: o decote usado por elas deveria ter, no máximo, 5 centímetros. Esse era o limite entre o pudor e a depravação, impostos pelos homens sérios, a fim de cessar a indignação e a revolta dos mesmos, quanto ao vexame da imoralidade.

Para que fosse cumprida a regra, haveria uma rígida fiscalização, “cada agente policial terá sempre consigo uma fita métrica. Aplicá-la-á ao peito da vigiada, e marcará na sua carteira o decote com que se apresentou Fulana ou Sicrana, em tal dia ou em tal noite, em tal ou tal rua da cidade”⁷⁸. Segundo o autor da publicação, caso essas medidas dessem certo, outras mais seriam criadas.

Essa regra, um tanto quanto absurda, não passava de uma brincadeira facilmente identificada por seus contemporâneos. Bilac, possivelmente, estava ironizando as tentativas da polícia de conter de todas as formas possíveis a prostituição nas ruas da cidade. A rua Sete de Setembro marca aqui um primeiro espaço dessa experiência que, anos mais tarde, seria ainda mais fiscalizada por conta da campanha de 1896 e da intromissão destas mulheres na paisagem da circulação dos bondes.

Esta crônica evidencia que Bilac se utilizou de um problema real para chamar a atenção dos leitores sobre a prostituição e seu território. Ao marcar a rua Sete de Setembro e outras ruas, que não cita, mas que seus contemporâneos possivelmente conheciam, Fantasio nos mostra um dos caminhos por onde nossas meretrizes podiam ser encontradas. Buscando as “outras análogas vias de perdição pública”, é possível encontrar uma prostituição diferente daquela que se via nos cafés e teatros da cidade, lugares onde o autor frequentava e conhecia bem.

Nesse caso, é importante marcar que o cenário da prostituição era diverso. De um lado havia as prostitutas estrangeiras, as donas das casas de prostituição e, do outro as meretrizes brasileiras, principalmente negras, já estabelecidas em certas ruas ainda na vigência da escravidão, antes mesmo dos processos de vigilância policial se efetivarem em forma de campanhas moralizadoras. O que Bilac fez em sua crônica foi marcar a repressão exercida sobre essas mulheres, não indicando porém a cor delas. No entanto, se o cronista silencia o elemento

⁷⁷ Fantasio, *Gazeta de Notícias*, 29 de outubro de 1894.

⁷⁸ Idem.

racial, a historiografia o marca apontando que “desde a década de 1870, as ruas Sete de Setembro, Carioca e a praça Tiradentes, também alvos das medidas saneadoras do delegado Bartholomeu, estavam ficando conhecidas como alguns pontos preferidos das mulheres estrangeiras que chegavam à cidade”⁷⁹ e que era na rua Senhor dos Passos que se estabeleceram “as brasileiras supostamente caídas na prostituição por causa da escravidão”⁸⁰. Apesar dos espaços serem distintos, havia uma certa proximidade entre essas ruas, o que nos permite questionar como se dava a relação entre estrangeiras e brasileiras e qual o lugar das mulheres brasileiras dentro deste universo, já que como aponta Cristiana Schettini, para muitos observadores contemporâneos, “a escravidão era o mal do passado, já superado; as prostitutas estrangeiras eram o mal do presente.”⁸¹

Acontece que por mais que a escravidão tenha “passado”, as mulheres negras continuaram presentes no território e no ramo do meretrício, como já mostrado, evidenciando que ainda faziam parte da dinâmica da prostituição e que mesmo que a escravidão tivesse acabado e o silenciamento sobre a cor já se fizesse presente, como uma forma de negar um passado recente, o racismo continuava por permear as relações de poder sobre estas mulheres.

A historiografia brasileira da década de 1980⁸², debruçando-se sobre as alegações de médicos higienistas e chefes de polícia, com certa urgência reiterou uma classificação contemporânea destas mulheres de forma a produzir uma conclusão que desse conta de hierarquizar e separar as prostitutas devido ao lugar social ao qual pertenciam, principalmente em relação a sua nacionalidade, produzindo uma hierarquia que não se efetivou na realidade da cidade.

Porém, ao enquadrar essas mulheres em lugares fixos, muitos estudos sobre a prostituição não nos permitiu uma aproximação com este universo, visto que os testemunhos de doutores e policiais, privilegiados por esses historiadores, tinham a intenção de, senão acabar com a prostituição, limitar a circulação das prostitutas nos espaços da cidade, utilizando-se da força quando necessário. Quatro anos antes da crônica de Bilac, as medidas de vigilância já eram

⁷⁹ SCHETTINI, Cristiana. *Que Tenhas Teu Corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro, Ed. do Arquivo Nacional, 2006. p.33.

⁸⁰ Idem, p.37.

⁸¹ Idem, p.34.

⁸² Aqui me refiro a dois trabalhos em específico: ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: o saber médico e a prostituição na cidade do Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989; e SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, ilhoas, polacas: a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo: Editora Ática, 1992.

conhecidas. O primeiro chefe de polícia do período republicano, Sampaio Ferraz, propôs uma perseguição às prostitutas, já em 1890, em circular destinada aos subdelegados:

Em vários pontos desta cidade, o pudor público é altamente ofendido, por desmandos de mulheres prostituídas. Preocupo-me com a necessidade de adotar medidas que ponham termo definitivo a esse desregramento. Enquanto, porém, não resolvo essa melindrosa questão, recomendo-vos a mais severa repressão daqueles excessos. E para isso, não permitireis que as meretrizes tenham expostas, às vistas dos transeuntes, as salas ou antecâmaras das casas em que habitam; nem que, nas janelas, portas ou via pública, se exibam em desalinho ou façam uso de palavras, atos e gestos ofensivos da moral. As contraventoras assinarão termo de bem viver e serão processadas, quando os quebrarem. Conto com a vossa lealdade e com o vosso zelo para que esta recomendação seja fielmente observada.⁸³

Nota-se na circular, a preocupação da polícia dos primeiros meses republicanos com a questão do espaço. Se a prostituição poderia ser um mal em si, não era a ela que se combatia, mas sim aos “desmandos” e “desregramentos” de certas prostitutas que se colocavam nas janelas em busca de clientes, evidenciando sua presença na cidade. Sem se preocupar com o espaço mais sofisticado dos teatros e cafés, nos quais atuavam em geral as prostitutas estrangeiras mais valorizadas, Sampaio Ferraz demarcava com isso a preocupação em regular a presença da prostituição nos espaços da cidade moderna que a República pretendia afirmar – em claro esforço de apagar as marcas deixadas nesses locais pelas meretrizes. Em vista disso, era necessário, além de severa repressão, que essas mulheres se comprometessem a esconder sua presença nesses locais, de modo a não ferir as regras e os costumes partilhados pela boa sociedade.

Acontece que ao focalizar seu discurso na direção da moralidade, Sampaio Ferraz também não marca quem são as mulheres que precisam assinar termo de bem viver. Seriam essas mulheres brasileiras ou estrangeiras? Talvez ambas? Não se sabe. O que se percebe, no entanto, é mais uma vez um silêncio em relação a um elemento de grande importância nos primeiros anos republicanos: a cor das referidas mulheres.

Mas se também Sampaio Ferraz, assim como Fantasio, não atentaram para esse fato, outros indícios nos mostram quem eram as mulheres que estavam sendo vigiadas de forma mais austera.

⁸³Gazeta de Notícias, 11 de fevereiro de 1890.

Em 7 de junho de 1891, três anos antes da crônica de Fantasio, o jornal *Gazeta de Notícias* trouxe uma publicação intitulada 2º distrito do Sacramento, que pedia ao chefe de polícia maior atenção ao “zungú de pretas prostitutas e pretos ratoneiros, que existe no casebre de dar felicidade, à rua Senhor dos Passos, em frente a casa de jogo e colégio de prostituição do orelha cortada, na referida rua”.⁸⁴ Assim, sem dar o número da “casa de dar felicidade” e do “colégio de prostituição”, O Polytheama, autor da queixa, nos deixa ver que naquela rua havia não somente um intenso ponto de prostituição e jogatina, mas também a presença de mulheres e homens negros. O queixoso se utiliza de um termo preconceituoso⁸⁵ ao falar sobre homens negros, o que evidencia a total crença de que a cor destes homens e mulheres era um forte indício para a criminalidade, sendo por isso necessário maior fiscalização naquela determinada rua.

Polytheama revelou que, dividindo o mesmo território das ruas, estavam os zungús de pretas, que eram os “espaços de sociabilidade entre escravos, ex-escravos e libertos”⁸⁶, onde segundo o Observatório Quilombola, no Rio de Janeiro, as campanhas contra esses locais são datadas desde 1830, que eram encontrados principalmente nas ruas da Vala, no beco do Cotovelo e na rua do Lavradio. Ora, se desde 1830 já havia uma preocupação em reprimir os zungús, isso nos mostra que essas ruas em questão, desde muito antes de Sampaio Ferraz e Bilac expressarem suas impressões sobre o meretrício, já estavam sendo ocupadas por prostitutas negras. Considerados, anteriormente, como espaços de insubordinação escrava e, agora, de sociabilidade de negros livres, os zungús se tornaram locais perigosos para a ordem pública⁸⁷ e, por isso, seria necessário que o chefe de polícia estivesse atento a esses locais, principalmente porque estavam situados em ruas de grande circulação de pessoas. A ideia de que corpos negros aglomerados em um mesmo espaço significava perigo e desordem, se perpetuou durante um longo período do pós-abolição.

Embora a publicação dê foco somente para a rua Senhor dos Passos, é importante perceber que ela é destinada ao 2º distrito do Sacramento, nos levando

⁸⁴ O Polytheama, “2º districto do Sacramento”, *Gazeta de Notícias*, 7 de junho de 1891.

⁸⁵ Ratoneiro é um adjetivo que significa aquele(a) “que rouba miudezas, que faz pequenos furtos ou assaltos. AURÉLIO, o mini dicionário da Língua Portuguesa. 4ª edição revista e ampliada do mini dicionário Aurélio. 7ª impressão – Rio de Janeiro, 2002.

⁸⁶ Observatório Quilombola. “Um pouco de história: Zungus e Tanguás”. *Boletim Territórios Negros*, v. 8, n.36, set./out./nov.2008.

⁸⁷ Idem.

a crer que a atenção do chefe de polícia deveria se voltar para essa rua, mas também possivelmente para todas as outras que formavam este distrito. Ruas como Hospício, Regente, Alfândega, Núncio, rua da Vala, São Pedro, Lavradio, Conceição, Carioca, Praça Tiradentes, a antiga rua da Lampadoza, rua do Sacramento, Sete de Setembro, rua do Teatro, Espírito Santo, Rosário, Imperatriz, dentre outras, que faziam também divisão com outros distritos, dependendo de seu comprimento, deveriam estar sob a vigilância da polícia, a fim de conter as possíveis desordens promovidas pelos sujeitos que ali habitavam, principalmente as mulheres prostitutas negras.

Figura 1. Mapa das ruas do Rio de Janeiro, 1895. Fonte: Imaginerio.org

Todas muito próximas, ligadas por uma esquina e outra, formavam o espaço geográfico de um tipo de prostituição que não era bem quisto. Devido à proximidade entre as ruas, nos é revelado um território onde essas mulheres podiam ser facilmente encontradas. O que por um lado podia ser algo positivo para elas - pois, ocupar as principais ruas poderia significar a possibilidade de uma maior clientela, garantindo assim a sobrevivência e uma renda para se manterem em dia com o aluguel das casas de cômodo - por outro poderia ser prejudicial, já que eram facilmente encontradas pela polícia, o que resultou, a partir de 1896 principalmente, em inúmeras remoções a fim de levá-las para outros locais que não fossem as ruas de maior fluxo, vizinhas entre si.

Para além da perseguição pela instituição policial, as meretrizes eram frequentemente alvo das mais diversas queixas nos periódicos da cidade. Os queixosos diziam-se moralmente afetados por terem que dividir a rua com essas mulheres. Com isso, acabavam revelando por quais ruas era possível encontrá-las, mas também onde o patrulhamento policial deveria ser mais ostensivo. Em uma das queixas destinada a 4ª circunscrição urbana, um chefe de família, como assim assinou na nota, dizia que:

As famílias residentes à rua do Hospício, proximidades da rua de S. Jorge, vêm, por meio da imprensa, pedir à inteligentíssima autoridade que se digne dar providências a respeito de uma turma de carregadores que fazem ponto nas esquinas transversais das citadas ruas, e juntamente as meretrizes que moram nas imediações, que pronunciam palavras obscenas, estas em suas rótulas e aqueles em plena rua, a fim das respectivas famílias não poderem chegar às janelas de suas residências.⁸⁸

Como se pode ver na queixa, tanto na rua do Hospício como na de São Jorge, eram zonas de prostituição e, além disso, eram locais de encontro entre prostitutas e outros trabalhadores que, devido aos seus costumes mais humildes, eram considerados desordeiros e, portanto, deveriam ser repreendidos pela polícia moralizadora. A queixa do chefe de família aponta para uma direção que revela o quanto a questão da prostituição estava associada à moralidade e não, necessariamente, com o fato da prostituição em si existir. É possível notar que caso essas mulheres não dividissem as mesmas ruas com residências familiares, certamente não mais incomodariam. A prostituição de janela só era considerada

⁸⁸Gazeta de Notícias, 28 de outubro de 1899.

um problema de ordem pública, porque rompia com o pacto da hierarquia social, firmando-se nos mais diversos locais.

Ao estarem nas janelas das ruas Sete de Setembro, Nuncio, Hospício e São Jorge, as meretrizes faziam com que se enxergasse um passado tão recente a ponto de ser necessário campanhas policiais, colunas de jornais e queixas públicas a fim de questionarem suas presenças no espaço urbano. O que parece é que a intenção não era acabar com a prostituição, mas sim conter e organizar o alastramento de uma dita imoralidade visível.

Nesse caso, o que incomodava também era o fato dessas mulheres encontrarem-se justamente no caminho dos sujeitos da cidade. Fosse por uma questão de estratégia de sobrevivência, as prostitutas estavam exatamente nos espaços centrais da capital federal, por onde os bondes e trabalhadores passavam e onde o comércio se estabelecia. As queixas eram direcionadas a elas pelo fato de que a presença constante dessas mulheres oferecendo-se nas janelas prejudicava a circulação dos bondes, o ir e vir dos trabalhadores e também o comércio.

Em 15 de abril de 1896, um longo artigo sobre a prostituição tinha como um dos pontos de crítica a questão dos bondes e seus passageiros. Em determinado trecho o colunista dizia que:

Os bondes, meio de locomoção generalizada pela cidade, levam milhares de passageiros que diariamente transportam, à forçada contingência de testemunhas, nas ruas centrais, as mais acentuadas cenas do desregramento desse mulherio que se exhibe nas rotulas ou mesmo no interior de suas habitações propositalmente devassadas.⁸⁹

Levando em consideração este trecho, retirado de um artigo da coluna “A Podridão do Vício” de Ferreira da Rosa⁹⁰, é possível perceber que uma das críticas em relação a prostituição foi levantada pois ela não só atrapalhava o caminho dos bondes, como também constrangia os passageiros que neles viajavam. Por ser uma coluna que estava a favor da campanha moralizadora do delegado Luiz Bartholomeu Souza e Silva, iniciada naquele mesmo ano, ela nos dá uma valiosa pista sobre os lugares de prostituição: as ruas por onde os bondes passavam eram também as ruas onde as meretrizes estavam localizadas. Além disso, esse trecho

⁸⁹ Ferreira da Rosa, “A Podridão do Vício”, *O Paiz*, 15 de abril de 1896.

⁹⁰ Essa coluna tinha como objetivo fazer propaganda da campanha do delegado Luiz Bartholomeu Souza e Silva, com uma série de artigos que tecia fortes comentários sobre a prostituição na cidade. Será abordada com mais cautela no próximo subitem.

também marca o tipo de prostituição a encontrada ali. O que se critica na coluna e em específico neste trecho, é um meretrício pobre, das prostitutas de rótulas e janelas que, exibindo-se nas principais vias da cidade, estavam marcando não só a sua presença no território, como também garantindo a sobrevivência.

É seguindo os trilhos dos bondes, portanto, que conseguimos ter uma melhor dimensão do território da prostituição de janela, pois apesar de não se ter de forma clara e específica a demarcação desse espaço, é possível ao menos acessar determinadas ruas onde estavam situadas essas mulheres que tanto incomodavam a polícia e os sujeitos queixosos.

Acompanhando o tráfego dos bondes, encontramos vestígios das prostitutas nas ruas Senhor dos Passos, Núncio, Regente, Gonçalves Dias, Senador Euzebio, Visconde de Itaúna, Frei Caneca, Carioca, Praça da República e Largo de São Francisco⁹¹. Além disso, o autor de “A Podridão do Vício” cita também a rua da Conceição e a Praça Tiradentes como espaços onde a maioria das moradoras eram russas, alemãs, polacas e húngaras .

É importante atentarmos para a informação que o autor nos dá ao longo do artigo, pois segundo ele “quase todas” as moradoras das ruas mencionadas eram estrangeiras. Nesse caso, não é equivocado supor – como mencionei acima - que dividindo as ruas com russas, polacas e alemãs, estivessem as prostitutas brasileiras, principalmente negras e pardas.

É importante mencionar aqui, a título de ilustrar essa afirmação, o caso de duas importantes ruas que foram intensamente patrulhadas durante a campanha do delegado Bartholomeu de 1896. Uma delas era a conhecida rua Senhor dos Passos, já mencionada antes, porque abrigava os zungús e também por ter sido ponto de prostituição de mulheres escravas “predominando ainda naquele momento prostitutas brasileiras e de ascendência africana”⁹². A outra rua era a Sete de Setembro, que abrigava as mulheres estrangeiras, principalmente as de origem judaica e que, por serem ocupadas por mulheres desta nacionalidade desde a década de 1870, é possível inferir que em “1890 havia uma lógica, já mais ou

⁹¹ As ruas mencionadas são citadas na folha já em 1899. No entanto, para que os bondes passassem por elas, era necessário já haver uma estrutura consolidada de trilhos. Por isso acredito que essas ruas sejam as mesmas por onde passavam os bondes em 1891, citados na coluna do jornal *O Paiz*. “Editaes”, *Jornal do Brasil*, 8 de agosto de 1899.

⁹² SCHETTINI, Cristiana. *Que Tenhas Teu Corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro, Ed. do Arquivo Nacional, 2006,p.185

menos estabelecida, organizando a prostituição naquelas ruas de acordo com certos critérios de origem, que podiam ser nacionais ou étnicos.”⁹³

O que parece estar claro, então, é que essas mulheres dividiam o mesmo território, mas nem sempre as mesmas ruas, porque possuíam uma lógica minimamente demarcada através de critérios específicos de diferenciação. No entanto, havia certa relação entre estrangeiras e brasileiras, quando a historiografia aponta que em muitos casos estrangeiras como a austríaca Pepa Sinai e a portuguesa Maria Augusta, eram donas das casas onde moravam as prostitutas, revelando que possivelmente as brasileiras eram as inquilinas⁹⁴. Nesse caso, fica nítido que havia certa relação entre brasileiras e estrangeiras, seja dividindo o espaço da casa ou das janelas.

É importante atentar também para o fato de que por mais que houvesse essa necessidade de expulsar a prostituição de determinadas ruas, essa prática não era considerada um crime. Por isso, para respaldar as ações de remoção e prisão, a polícia se utilizava da legislação que estruturou o processo de ordenamento. Com base no Código Penal de 1890⁹⁵, as prostitutas podiam ser enquadradas em dois artigos.

No artigo 282 – “Do Ultraje Público ao Pudor” – constava que

Ofender os bons costumes com exhibições impudicas, atos ou gestos obscenos, atentatórios do pudor praticados em lugar público ou frequentado pelo público, e que, em ofensa à honestidade individual de pessoa, ultrajam e escandalizam (sic) a sociedade: Pena — de prisão celular por um a seis meses.

Já o artigo 399 – “Dos Vadios e Capoeiras” – dizia que

Deixar de exercitar profissão, ofício, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meio de subsistência e domicílio certo em que habite-, prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes : Pena — de prisão celular por quinze a trinta dias.

Extremamente inespecíficos, esses artigos não chegavam a demarcar objetivamente quais seriam os “bons costumes” a serem defendidos, ou mesmo o

⁹³ Idem.

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Código Penal Brasileiro (Decreto n. 847 de 11 de outubro de 1890) comentado por Affonso Dionysio Gama. São Paulo: Saraiva e Cia. Editores, 1923.

que significava possuir “meios de subsistência”. Ainda assim, eles foram diversas vezes utilizados como motivação para a prisão daquelas incômodas mulheres.

A vontade da polícia em retirar as prostitutas das ruas era tanta, que em 28 de julho de 1905, 10 anos após a crônica de Bilac e 15 anos da circular de Sampaio Ferraz, o *Jornal do Brasil* publicou uma notícia que apontava para o antigo problema das prisões. A publicação falava sobre a arbitrariedade da polícia em relação ao correto uso do artigo 282 e a forma violenta com a qual os praças da 5ª delegacia urbana realizaram a detenção de nove mulheres, habitantes da rua do Nuncio⁹⁶.

Segundo a publicação, as mulheres pareciam ser de “vida airada” e sob a alegação de terem proferido palavras obscenas, foram presas. Acontece que para o juiz da 3ª pretoria, o ato de proferir palavras obscenas não configurava crime previsto no artigo 282. Os responsáveis pela prisão, no entanto, mudaram a queixa, acrescentando que não somente falaram palavras obscenas, mas que também haviam feito gestos e exhibições imorais.

De acordo com a notícia, tanto os policiais quanto o próprio jornal, não sabiam informar se as nove mulheres presas eram realmente prostitutas, pois na queixa feita pelos policiais não foi relatado o que elas faziam. No entanto, essa publicação nos permite observar um aspecto do mundo do meretrício: parecia ser comum supor, que devido às ruas onde essas mulheres frequentavam, se julgasse serem elas prostitutas. Na notícia, não há nenhum indício concreto que nos leve a afirmar se eram ou não “mulheres de vida airada”.

Contudo, ao serem acusadas de estarem proferindo palavras obscenas em meio a conhecida rua do Nuncio, podemos dizer que há aí, uma possibilidade para a suposição, mesmo que estar ou habitar determinada rua não fosse garantia de prostituição, ainda que estivessem gritando ou fazendo gestos ditos obscenos. Por outro lado, sabia-se que era na rua do Nuncio onde havia casas de tolerância⁹⁷ já conhecidas pela polícia, fato que nos coloca numa posição de dúvida em relação a suspeita levantada pela própria notícia.

Entretanto, nos interessa aqui mais do que a certeza sobre a conduta dessas mulheres presas. O caso em si se torna relevante ao chamar atenção para a forma

⁹⁶“Palavras indecorosas”, *Jornal do Brasil*, 28 de julho de 1905.

⁹⁷ SCHETTINI, Cristiana. *Que Tenhas Teu Corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro: Ed. do Arquivo Nacional, 2006. p.72.

como a polícia tratou essas mulheres e também a facilidade em associar qualquer mulher que tivesse um momento de proferir palavras consideradas obscenas à prostituição. Isso revela que havia um projeto institucional que objetivava aprisionar não somente as prostitutas das ruas do centro, mas possivelmente qualquer mulher, prostituta ou não, que não se enquadrasse nos ditos “bons costumes”.

Seguindo a lógica do silêncio de Bilac e Sampaio Ferraz, a publicação do *Jornal do Brasil* também não nos revela quem eram essas nove mulheres presas pelo crime de vadiagem. Não temos a cor e muito menos a proveniência das ditas autoras das palavras obscenas. Acontece que por mais que não se possa concluir quem eram as mulheres da notícia em questão, podemos indicar que, de acordo com a historiografia e, principalmente com Leriche de Castro Garzoni⁹⁸, que analisou diversos processos crimes de prisão por vadiagem nos mesmos termos da notícia em questão e também, através das partes diárias analisadas por Cristiana Schettini, conseguimos perceber que na maioria dos casos analisados pelas historiadoras as mulheres presas pelo artigo 282 eram brasileiras e, a maioria delas, de cor preta ou parda.

Sendo assim, devido a constante omissão da cor e da nacionalidade das mulheres perseguidas, o que parecia era que o processo de demarcação do território do meretrício seguia a mesma dinâmica para todas as mulheres do ramo. Todavia, alguns poucos indícios pautados no argumento da moralidade, revelam que havia processos diferenciados em relação as prostitutas. A maior vigilância ao “zungú das pretas” na rua Senhor dos Passos, a campanha de 1896 noticiada por Ferreira da Rosa, que apresentou quem eram as moradoras da rua Sete de Setembro e as prisões da rua do Nuncio em 1905, mostram não somente um esforço policial para cercear a circulação dessas mulheres, como também marca a existência de brasileiras e estrangeiras convivendo em um mesmo universo. A raça e a nacionalidade se mostraram aqui como balizas para as ações policiais nos anos iniciais da República.

⁹⁸ Sobre este assunto ver mais em GARZONI, Leriche de Castro. “Vagabundas e conhecidas: novos olhares sobre a polícia republicana (Rio de Janeiro, início do século XX).” Dissertação de Mestrado, Campinas, 2007; e também o capítulo 1 de SCHETTINI, Cristiana. *Que Tenhas Teu Corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro: Ed. do Arquivo Nacional, 2006.

3.2

As ações policiais no combate à prostituição

Atentando para o fato de que a prostituição no início da República estava presente em quase todas as ruas do centro urbano, afrontando com isso um projeto civilizacional que tinha como objetivo uma cidade higienizada, voltada para aqueles que possuíam condições financeiras para se estabelecer no território, pode-se imaginar que era justamente nesse território onde as prostitutas de janela não eram bem quistas e, por isso, viviam em constante conflito com as forças policiais.

De acordo com Lená Medeiros, o fim da escravidão e o grande fluxo de imigrantes que chegaram à cidade romperam com a ordem tradicional impulsionando assim novas demandas aos sujeitos da capital federal. A historiadora afirma ainda que “a transição ao capitalismo redimensionou a prostituição, e o lenocínio tornou-se a nova praga republicana a demandar uma ação permanente das autoridades policiais”⁹⁹.

Nesse sentido, a polícia, assumindo para si um dever moral de conter o alastramento da prostituição, se viu em meio a tensões causadas tanto por uma parte da sociedade que pedia ações efetivas em relação à presença dessas mulheres pelas ruas, quanto pelas próprias meretrizes, que continuavam exercendo a prostituição mesmo com a vigilância policial.

Na tentativa de chamar a atenção das autoridades para o incômodo causado pelas prostitutas nas ruas de passagem, muitos leitores dos jornais do período recorriam as folhas para expor seu descontentamento e assim cobrarem uma atitude das autoridades. Havia uma urgente necessidade de controlar a circulação dessas mulheres, que perturbavam muito mais a moral e os bons costumes do que necessariamente o espaço físico das ruas. A polícia se viu, portanto, com a conturbada tarefa de expulsar de determinados locais as meretrizes que faziam a vida oferecendo-se nas janelas.

As campanhas de saneamento moral, que visavam expulsar as prostitutas de certos pontos da cidade, foram responsáveis por criar um novo cenário da prostituição, à medida que forçavam essas mulheres a ocuparem outros locais, a fim de restringir a livre circulação das meretrizes. Ainda que a força policial

⁹⁹ MENEZES, Lená M. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio de Janeiro (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Ministério da Justiça, 1992.p. 58.

tentasse atender os pedidos dos sujeitos da cidade, não seria fácil encontrar um método eficaz para o êxito do combate a prostituição de janela.

Foi portanto em 1896 que se iniciou uma campanha de ordenamento encabeçada pelo delegado Luiz Bartholomeu Sousa e Silva, que tinha como objetivo não somente remover as prostitutas das principais vias, mas também promover a construção de um espaço moralizado, livre da presença de sujeitos considerados desordeiros e criminosos em potencial. A ideia do delegado era expulsar as meretrizes de determinadas ruas para que dessa forma garantisse um espaço urbano moralizado.

Vale atentar para o fato de que Bartholomeu defendia um projeto higienista e que, claramente, suas ações estariam diretamente voltadas para a prostituição de mulheres pobres, associadas à proliferação de doenças e ao descontrole social.¹⁰⁰ Essa era a prostituição que incomodava tanto a Bartholomeu quanto aos queixosos dos jornais e por isso precisava ser controlada, não necessariamente erradicada, visto que havia uma crença de que a prostituição era um mal necessário, onde de acordo com a medicina de finais do século XIX, essas mulheres garantiriam a possibilidade dos homens liberarem suas necessidades naturais, já que o casamento era o espaço do sexo reprodutivo¹⁰¹ e não do prazer sexual.

Sob essa ótica, as prostitutas representavam também a questão do direito a seu próprio corpo, algo que efetivamente afrontava os padrões morais do período, já que a regra era a submissão do corpo feminino ao masculino. Também por isso, deveriam ser retiradas das ruas, a fim de não influenciarem outras mulheres para este caminho¹⁰².

Apesar da condenação moral do meretrício e das mulheres que sobreviviam dele, o que afligia e desmoralizava a sociedade não era a prática da prostituição em si, mas a possibilidade dessas mulheres estarem em um território comum, o qual se destinava a outros tipos de sujeitos.

¹⁰⁰KUSHNIR, Beatriz. *Baile de Máscaras – mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

Como resultado, nem toda forma de prostituição era reprimida pelas autoridades. É o que sugeria a coluna “A Podridão do Vício” publicada no *Jornal do Brasil* em março daquele ano:

No Rio de Janeiro, onde não há nem miséria, nem fome, nem elementos fatais para germen desse leproso ofício, onde qualquer criatura em troca de um pouco de trabalho pode obter tudo quanto é necessário ao corpo, a prostituta ativa, é cercada de garantias e de preferencias. Ela ocupa os melhores lugares em todos os teatros ao lado das mais honestas pessoas, ela senta-se à mesa das confeitarias, ombreando as donzelas, entra desassombrada nas repartições públicas, preterindo todas as partes; tem familiaridades extensivas com os chefes de secretarias de Estado; e invade as ruas, tendo-a por vizinho o médico, o advogado, o jornalista, o magistrado, o senador, o chefe de polícia, e mesmo o respeitável ministro do presidente da República, senão o próprio presidente. Isto é o que todos veem. Isto é o que não escapa a observação de ninguém.¹⁰³

No momento em que se iniciava a campanha do delegado Luiz Bartholomeu contra a prostituição e também a cafetinagem, o autor mostrava que nem toda forma de prostituição merecia a mesma atenção das autoridades. No ambiente dos teatros e confeitarias elegantes, nos quais figuravam lado a lado com médicos, advogados e altos comerciantes, as prostitutas não pareciam ser uma preocupação.

A parcialidade da campanha do delegado foi criticada em outro periódico, em uma análise de M., que dizia não haver como saber onde começava e onde terminava a prostituição profissional e, mais do que acabar com as prostitutas das ruas Sete de Setembro e Senhor dos Passos, que segundo ele teriam sido as ruas alvo da campanha, também havia uma urgente necessidade de atentar para a rua do Lavradio e para os jardins dos teatros “onde os escândalos são também frequentes – mas onde talvez não seria raro encontrar autoridades e meretrizes de alto coturno confabulando alegremente. Até que taxa vai a virtude? Até que andar sobe a polícia?”¹⁰⁴.

O fato de que havia sim uma disparidade entre as prostitutas, se torna evidente conforme o patrulhamento policial aumenta somente em algumas ruas e não em todas e, até mesmo nos espaços onde era sabido a presença dessas mulheres. Fica claro que a campanha de 1896 não estava em busca de um saneamento geral e irrestrito e, muito menos para garantir a livre passagem de

¹⁰³ Ferreira da Rosa, “A Podridão do Vício”, *O Paiz*, 21 de março de 1896.

¹⁰⁴ M, *Gazeta de Notícias*, 2 de maio de 1896.

bondes, mas sim buscavam controlar e concentrar a prostituição em determinados trechos da cidade.

O delegado Bartholomeu empreendeu um projeto de higienização que já estava sendo percebido pelos seus contemporâneos. A questão levantada por M. é de suma importância, pois nos permite perceber que o caso grave não era a prostituição ou o envolvimento dos homens com as prostitutas, mas sim o tipo da prostituta.

Ainda em sua análise, M. aponta para uma outra questão, que é a falta de um planejamento policial em relação as remoções destas mulheres. Ainda que houvesse a motivação para a expulsão das prostitutas, a polícia não possuía um esquema de estabelecimento das mesmas. Não havia uma indicação de para onde elas deveriam ir ou até mesmo morar. M. chega até mesmo a ser irônico ao mencionar que essa campanha faria com que se voltasse à idade média, criando um espaço destinado somente à prostituição. E diz, ainda, que a campanha do delegado tinha um lado espetaculoso, visto que removia as prostitutas de suas casas. Mas havia ele expulsado também os cafténs? É o que pergunta M.

Os questionamentos de M. apontam que, por mais que as medidas adotadas pelo delegado fossem importantes para livrar as ruas do meretrício, elas não tinham um planejamento eficaz e que, por causa disso, esvaziava o real sentindo do combate a prostituição, já que o esforço se concentrava somente em um território, apontado por ele como sendo a rua Senhor dos Passos e Sete de Setembro que, como mostrado em momento anterior, abrigavam os “ zungús de pretas prostitutas” e também as exibições nas janelas. A partir de M. pode-se também perceber que nem toda a população comprou como certo o posicionamento da polícia, como afirmado por Ferreira da Rosa, em relação às expulsões, ainda que concordassem com um maior controle dessas mulheres. É possível perceber aqui, novamente, que o argumento policial seguia um caráter moral, centrado em critérios de raça e classe.

Em contradição ao exposto pelo autor em sua análise, estava a coluna d’*O Paiz*, que insistia em exaltar a campanha de Bartholomeu, não atentando para as brechas apontadas pelo contemporâneo. O jornalista responsável pela coluna “Podridão do Vício” apoiava a forma como a qual o delegado vinha enfrentando o problema das ruas, mesmo que apelasse por uma maior intensificação na prática de controle. De acordo com o autor:

A sua [do delegado da 4ª circunscrição] atitude ia produzindo o despovoamento das ruas que elas mais apreciavam na 4ª circunscrição, e principalmente das ruas por onde passam bondes e onde a vigilância, por ordem justíssima daquela autoridade, se fazia mais intransigente. Toda a população exaltou com a medida. Os louvores partiam de todos os lados (...) o ministro da guerra já tinha julgado disponíveis as patrulhas especiais da rua do Senhor dos Passos e os negociantes da rua Sete de Setembro fizeram logo com a companhia de gás guarnecesse a rua de arcos para ilumina-la agora que ela ia ficar decente.¹⁰⁵

A figura da meretriz no caminho do trabalhador, do homem de família e das mulheres consideradas puras e castas, representava a distração, o asco, o descaminho, a perdição. E, para garantir que esses homens e mulheres não fossem seduzidos pelas “deploráveis” figuras da rua, era melhor que elas dali fossem retiradas. A prostituta das ruas e das janelas precisava ser combatida.

Contudo, vê-se que Ferreira da Rosa ignora por completo o fato de que nem toda a população estava de acordo com as remoções e, muito menos com a forma pela qual esta estava sendo conduzida. Alegar isso era ignorar a participação das prostitutas enquanto sujeitos pertencentes da sociedade e, também, não compreender outros atores que de igual modo também acabavam sendo incluídos no patrulhamento, dado que associadas ao mundo da desordem, aqueles que dele também participavam, encontravam-se na rota do cerceamento.

Ainda que o patrulhamento das ruas tenha se tornado ostensivo e que uma parcela da população tenha de fato celebrado as ações do delegado Batholomeu, as queixas não cessaram. Em 1899, três anos após o início da campanha, as mesmas reclamações e pedidos eram feitos nos jornais como forma de alertar a polícia. Segundo o jornal *Gazeta de Notícias*, a rua Espírito Santo, rua dos teatros, também merecia a atenção do chefe de polícia quando anoitecia e as famílias que por ali passavam em direção ao teatro eram obrigadas a ver mulheres semi-nuas que chegavam até suas portas e promoviam um espetáculo obsceno, sendo por esse motivo necessária uma maior fiscalização policial, de modo que “se não puser cobro a esses desregramentos, chegar-se-á a impossibilidade de irem as famílias ao teatro.”¹⁰⁶

O que se percebe é que a campanha do delegado estava surtindo certo efeito, tanto que em 17 de abril de 1896¹⁰⁷, a coluna “A Podridão do Vício” não só

¹⁰⁵ Ferreira da Rosa, “A Podridão do Vício”, *O Paiz*, 14 de maio de 1896.

¹⁰⁶ *Gazeta de Notícias*, 22 de setembro de 1899.

¹⁰⁷ Ferreira da Rosa, “A Podridão do Vício”, *O Paiz*, 17 de abril de 1896.

exaltou os feitos do delegado Bartholomeu, como também enfatizou que a limpeza das ruas Sete de Setembro, Senhor dos Passos e da praça Tiradentes estava agradando a toda a sociedade fluminense. Acontece que por mais que as ordens de remoção fossem expedidas, ainda assim as mulheres se mantinham em determinadas ruas, as quais não eram bem vindas, pois continuavam a interferir, como salientou a coluna, no caminho das famílias e dos bondes.

Supondo que a “limpeza” do delegado estivesse caminhando para o completo êxito, expulsando todas as mulheres desses três principais locais, para onde elas estariam indo? É através de uma queixa publicada no *Jornal do Brasil*, que temos um vestígio de como as ordens de expulsão impactaram outras ruas e outros moradores da cidade. Se não é possível saber ao certo para quais ruas estavam indo, a queixa nos permite entender que a questão da “moralização das ruas” ainda não havia sido resolvida por completo.

Em 1900, quatro anos após o início da campanha do delegado, a coluna “Queixas do Povo” publicou uma reclamação destinada à polícia onde o autor faz uma análise do que ocorria no local onde morava:

Sr. redator do Jornal do Brasil. – Um vosso antigo assinante chama a atenção dessa redação para um escândalo provocado pelas autoridades da atualidade. É o caso que as mulheres prostitutas estão sendo perseguidas para se mudarem das ruas centrais, como Sete de Setembro, Senhor dos Passos, Luiz de Camões, etc., etc., pelas autoridades de tais ruas, e não sabendo elas quais as ruas que definitivamente possam habitar, invadem todas em geral, sendo isso muito mais prejudicial ao decoro publico, como julgo concordará com quem vos escreve esta carta.

Até hoje, sr. redator, não me vi na dura necessidade de proibir a minha família de chegar à janela, o que ora faço, isto devido a ter uma das tais como vizinha, sendo por demais imoral o que se vê e ouve, notando-se, além de tudo isto, que ela paga aluguel, ao passo que eu moro em propriedade nossa.

Com franqueza, as nossas autoridades não procedem convenientemente em casos como estes, que só trazem descrédito e provam a falta de senso da parte de quem tinha por dever olhar pelos interesses de todos em geral. Providencias, sr. redator, porque se providencias não houver, vejo-me na dura necessidade de ir pagar aluguel, mudando-me, e isto quando não havia necessidade, mormente se houvesse ruas apropriadas para a exploração de tal ramo de negócio.

Providencias, sr. redator, porque, enquanto elas todas não tenham invadido todas as ruas; mal por mal, que as deixem estar onde têm estado, agradecendo desde já toda e qualquer reclamação neste sentido a quem de direito.¹⁰⁸

Ainda que o autor não identificasse a sua rua de moradia, ele deixa claro sua insatisfação em relação às remoções das prostitutas das suas ruas de origem.

¹⁰⁸ “Queixas do Povo”, *Jornal do Brasil*, 1 de agosto de 1900.

De acordo com ele, o que as autoridades policiais vinham fazendo era mais do que impulsionar a retirada delas das ruas como Senhor dos Passos e Sete de Setembro. Era, além disso, a formação de um novo espaço de prostituição. Se por um lado era incômodo tê-las nas ruas mais movimentadas da urbe, agora era ainda mais incômodo tê-las por lá e também em outras ruas que antes eram livres desta prática. Segundo o queixoso, faltava bom senso por parte da polícia, pois no afã de livrarem as ruas do centro das prostitutas de janela, não perceberam que estavam com isso alargando o território do meretrício, prejudicando desta forma outros cidadãos que antes não passavam por este problema. É por isso também que ele cobra uma ação da polícia urgentemente, já que nunca antes foi preciso estar com suas janelas fechadas e, muito menos pensar em se mudar, já que ali o imóvel era próprio e não havia nenhum constrangimento desta natureza.

Nesse caso, a queixa nos permite perceber certo ponto de vista muito peculiar. O autor, por mais que concordasse que a prostituição era uma prática imoral, desagradável às famílias, não direcionou sua crítica exclusivamente àquelas mulheres. O fato das prostitutas terem chegado até aquele local, mostra a profunda indignação do morador em relação às autoridades, mais do que às mulheres em si. Ele estava a todo o momento criticando a forma como a polícia vinha lidando com as prostitutas e que devido à falta de um planejamento das autoridades houve o alastramento da presença dessas mulheres para além dos territórios já sabidos serem de prostituição. Para ele, foi um erro da polícia não ter tido a perspicácia de prever de antemão as possíveis consequências das expulsões e não necessariamente das meretrizes.

Ele ainda enfatiza o fato de que não foi dito a elas para onde ir após o processo de remoção e que por isso, foram morar nos espaços onde encontraram para si. Nesse ponto, o queixoso ilumina o fato de que as meretrizes, seja por obediência a ordem, seja por medo da prisão ou por estratégia própria, obedeceram as ordens policiais e se estabeleceram em outros locais, forjando outros espaços para continuarem a exercer seu ofício ampliando dessa forma o território do meretrício.

Outro ponto destacado pelo autor corrobora com a ideia de que não era a prostituição o problema em si, haja vista que o reclamante diz que seria melhor que a polícia deixasse elas onde já estavam. Nesse caso, o que feria a moral e os bons costumes, não era o fato da exploração dos corpos, mas sim a presença

desses corpos explorados no mesmo ambiente em que as famílias estavam presentes. Era o dividir as ruas, as casas de cômodo e as janelas vizinhas, o que ofendia esses homens que recorriam aos jornais pedindo ação da polícia.

Além disso, o queixoso também lança uma ideia que vai se firmar anos depois: a criação de um espaço exclusivo para a prática da prostituição¹⁰⁹, o que mostra certa aceitação dessa prática, ainda que condenada moralmente, desde que esteja controlada e distante dos espaços considerados inoportunos para tal coisa.

De todo modo, o autor da queixa não só cobrava providências das autoridades policiais, como também mostrava o seu desconforto em relação a ser vizinho de uma meretriz. Isso indica que a campanha de ordenamento não conseguiu manter o controle do espaço urbano, já que as mulheres continuavam sendo vistas pelas ruas e, também, que a autoridade policial não conseguiu atender as demandas dos homens de família. Nesse caso, houve uma dupla falha no empreendimento da polícia em manter certa organização do território da prostituição.

O que o morador nos deixa ver, portanto, é que antes do patrulhamento ostensivo das ruas e das expulsões promovidos pelas campanhas de ordenamento, as meretrizes estavam concentradas em determinados locais, deixando outros livres. Disso podemos inferir que apesar da prostituição estar presente em várias ruas, ainda assim, em algumas delas era possível não vê-las e que, conforme essas mulheres iam sendo removidas de suas casas, iam se espalhando pela cidade formando, se não um novo território da prostituição, novos ambientes para a prática desse fim.

Nesse sentido, não enquadradas na conduta moral da sociedade, as prostitutas eram constantemente submetidas à polícia, que tentando atender a demanda dos queixosos de jornais, se destinava a garantir o livre acesso da rua às pessoas consideradas dignas de frequentá-la. Nesse caso, nem elas e nem seus companheiros da classe popular, ou seja, os ditos vadios, capoeiras, cozinheiras, quitandeiras, e etc tinham direito à rua. Houve, na Primeira República, inúmeras negociações para que essas pessoas pudessem ocupar o território.

¹⁰⁹ Segundo Sueann Caulfield, o Mangue foi consolidado como um espaço destinado a prostituição de mulheres pobres e patrulado pela polícia para garantir que as ruas do centro, enfim, se tornassem um espaço higienizado e ordenado. Cf. CAULFIELD, Sueann. “O nascimento do Mangue: raça, nação e o controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942”. *Tempo*, núm. 9, julho, 2000, pp. 43-63. Universidade Federal Fluminense Niterói, Brasil.

Na verdade, o que se vê ao acompanhar as notícias nos principais jornais é a ineficiência de um projeto de reorganização que, na prática, não se efetivou. Ruas como Guarda Velha continuavam sendo pontos de prostituição mesmo com as ordens de expulsão, como noticiado pelo *Jornal do Brasil* em 1898, onde um chefe de família dizia que na rua em questão um prédio recém construído estava sendo alugado por uma prostituta e que, por isso, os vizinhos desta não podiam nem mesmo abrir suas portas ou janelas. Por esse motivo, os moradores da rua pediam que a polícia tomasse providências e que “para não enfrentarem com uma destas [mulheres] que a polícia deveria ter em conventilhos, como se fez em países civilizados, e não entre famílias honestas.”¹¹⁰

Nota-se que as prostitutas representavam uma ameaça, que era projetada única e exclusivamente porque essas mulheres não eram bem vistas pela instituição policial e também por uma parcela específica da sociedade, os autodenominados sujeitos de família. Apesar do cenário ser aparentemente opressor sobre a existência delas, e não negando este fato, visto toda pressão e violência empregada pela polícia e também pelos homens e mulheres que se queixavam nas folhas do período, não se pode negar que elas resistiram e forjaram seus próprios meios de continuar ocupando suas habitações, ainda que como consequência sofressem com o arrocho policial e com os ataques de parte da sociedade. Por mais que as expulsões tenham ocorrido, não houve a esperada moralização do centro da cidade. Enquanto algumas ruas foram modificadas, num processo que se insere na expansão urbana e reforma urbana e também nas campanhas policiais, outras persistiram. O que continuou a ser silenciado, conquanto, foi novamente a nacionalidade dessas mulheres, muito embora Sueann Caulfield tenha mostrado que as prostitutas brasileiras eram em quantidade relevante no começo do século XX¹¹¹.

¹¹⁰ Um chefe de família, *Jornal do Brasil*, 5 de março de 1898.

¹¹¹ CAULFIELD, Sueann. “O nascimento do Mangue: raça, nação e o controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942”. *Tempo*, núm. 9, julho, 2000, pp. 43-63. Universidade Federal Fluminense Niterói, Brasil.

3.3

Como resultado: o alastramento das zonas de prostituição

Apesar de lidar com a resistência das prostitutas em certos espaços da cidade e do empenho em atender as queixas dos cidadãos incomodados, as autoridades policiais conseguiram promover significativas modificações no território da prostituição. Contudo, ainda que o projeto do delegado Bartholomeu Souza e Silva tenha sido montado para organizar o meretrício a fim de mantê-lo longe das principais vias, o que se viu foi tanto a permanência em determinadas ruas, quanto o alastramento dos espaços de atuação das prostitutas.

Se a polícia e a imprensa diária tendiam a codificar o problema da vigilância diferenciada sobre mulheres em termos de moralidade e não de hierarquias sociais ou raciais, o jornal *O Rio Nú*, por outro lado, permitia um outro olhar sobre estas mulheres: através dos apelidos e do humor, a folha nos leva a conseguir enxergar por entre as brechas a proveniência dessas mulheres.

Surgido como um jornal de humor cáustico e humorístico em 1898, *O Rio Nú* apresentava em suas publicações, de forma leve e bem-humorada, sempre ilustrado com desenhos instigantes que apelavam para a imaginação sexual do homem moderno, uma capital alegre, disponível ao convívio com aquilo que se dizia imoral.

Ao contrário das outras folhas, aqueles que o liam buscavam não simples informação, mas notas escritas com um sarcasmo peculiar, que chamavam a atenção dos leitores justamente por conta de um modelo mais informal no modo como a informação era transmitida. Além disso, *O Rio Nú* era todo voltado para o humor, elemento esse refletido em suas publicações, o que fazia com que os leitores encontrassem um ambiente mais descontraído e que mostrava muito mais as vivências da sociedade, principalmente dos populares, do que somente suas queixas e descontentamentos com a cidade. *O Rio Nú* era um jornal feito por sujeitos que perambulavam pelas ruas e que vendo nelas inúmeras possibilidades, retratavam nas colunas do jornal suas andanças, confusões e reflexões acerca da cidade. Mais do que notícias oficiais, o jornal publicava relatos e impressões daqueles que vivenciavam as experiências da rua.

No entanto, por se tratar de um jornal que continha um apelo sexual muito apurado, a historiadora Cristiana Schettini aponta que não importava o quanto de

informação o jornal trazia, uma vez que para os outros periódicos em circulação no mesmo período, *O Rio Nú* sempre seria visto como um jornal pornográfico e, justamente por isso, não era recomendado às famílias.¹¹² Ainda assim, sua popularidade só fazia aumentar. Com notícias repletas de metáforas que visavam atrair um público leitor mais curioso, os editores do jornal adotaram como estratégia o preconceito propagado pelas outras folhas, de modo a transformá-lo em sua marca peculiar; um estilo diferenciado¹¹³.

No dia 29 de dezembro de 1900, o jornal anunciava uma grande reforma em sua estrutura¹¹⁴. Começaria a partir de 1901 a “publicar boas gravuras como qualquer jornal da Europa ou do Rio da Prata” e devido a esses melhoramentos, o valor das assinaturas iria aumentar. É a partir desse momento que a folha passa a contar com imagens ilustrativas de suas historinhas picantes, atizando ainda mais a curiosidade do leitor.

Remodelado, o jornal manteve as tradicionais colunas, como a “Rio à Noite” e “Bastidores”, mas também criou outras como “Trepações” e a famosa “Carteira de Um Perú”. Era possível perceber, desde a primeira página, que o jornal se propunha a mostrar um Rio de Janeiro menos sisudo, aparentemente habitado por pessoas comuns, que faziam da cidade uma grande capital cheia de pequenas histórias e confusões. A coluna “Carteira de um Perú” era um exemplo disto.

Diariamente publicada, entre a quinta e sétima página do jornal, a coluna era ambientada nas ruas mais conhecidas da capital federal, mais precisamente, dentro das zonas de meretrício. Essa era uma das características que a diferenciava das outras. Apresentando um cenário bem diverso, a “Carteira de um Perú” publicava casos corriqueiros da vida de pessoas comuns, logo, não possuindo um enredo. Segundo a historiadora Mary del Priore, a coluna não era escrita por jornalistas, assim como em todo o jornal, mas feita por leitores que contribuíam com as informações¹¹⁵.

Em 7 de janeiro de 1903, por exemplo, podia ser lido que “ Há grande interesse em saber o que foi fazer em S. Paulo o Perú Motta. Se alguém souber

¹¹² SCHETTINI, Cristiana. *Um gênero alegre: Imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916)*. Dissertação de Mestrado. Campinas, 1997, p. 34.

¹¹³ Idem, p. 41.

¹¹⁴ *O Rio Nú*, 29 de dezembro de 1900.

¹¹⁵ PRIORE, Mary Del. *Histórias Íntimas – Sexualidade e Erotismo na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

algo, favor enviar mais informações.”¹¹⁶ Essa breve nota evidenciava o caráter colaborativo e informativo da coluna que existia por conta de informações coletadas que chegavam diretamente à redação do jornal, ou nos ouvidos do próprio escritor da coluna e que, mais que isso, era responsável por justamente revelar o território da prostituição, principalmente do meretrício das mulheres pobres, aquelas cuja vida se faziam nas janelas ou no interior das casas de cômodo. Podemos afirmar com certa propriedade que se tratava da zona de meretrício, porque o adjetivo Perú era dado àqueles frequentadores de caixa de teatro. Um Perú era sobretudo um galanteador. Não obstante, o adjetivo também era uma alusão ao órgão sexual masculino¹¹⁷.

Assinada, até meados de 1903 por Chico Bumba, sendo posteriormente substituído por Língua de Prata após uma nova reforma no jornal, a coluna promovia um conhecimento mais aproximado do funcionamento das zonas e também revelava os nomes dos rotineiros frequentadores das casas que, vez ou outra, criavam confusões a ponto de terem medo de serem barrados em algum desses locais, como foi o caso de dois homens que, através de uma pequena nota, que não nos dá mais informações, dizia que “Os pobres Perú Dr. Piabas e Golias andam com a crista caída receiando (sic) uma barração”¹¹⁸, o que mostra que mesmo sendo um espaço considerado da desordem, nas zonas ou então nas casas de encontro, era necessário algum tipo de limite e respeito.

O que fica claro, no entanto, é que para saber das histórias tão de perto, além de contar com os informes de leitores assíduos e atentos, aquele que a escrevia deveria ser um constante frequentador das ruas mal afamadas, pois não somente conhecia de forma muito íntima os personagens das notas, como também sabia os pormenores das tramas que os envolviam. As frequentes e breves informações sobre os causos das zonas não eram somente fruto de informações anônimas, mas consequência do olhar de quem conhecia muito bem os espaços e os sujeitos que ali vivam ou passavam.

Chico Bumba, nome que assinava a coluna em seus anos iniciais, segundo o próprio *O Rio Nú*, não era somente um comentador do que recebia, mas mais do que isso, era também um Perú. Bumba era dono de uma casa de pensão e também

¹¹⁶ Chico Bumba, “Carteira de um Perú”, *O Rio Nú*, 7 de janeiro de 1903.

¹¹⁷ Cf. PEDERNEIRAS, Raul. *Geringonça carioca. Verbetes para um dicionário de gírias*, Rio de Janeiro: Brigue, 1946, pg.51.

¹¹⁸ Língua de Prata, “Carteira de um Perú”, *O Rio Nú*, 15 de agosto de 1903.

cáften, ao menos era o que circulava na própria folha onde ele havia prestado serviço. A princípio, era isso que o que parecia. No entanto, ao olhar atentamente as notícias contidas na coluna, uma salta aos olhos. O perú Chico Bumba, colunista, possuía um homônimo. E era este outro Bumba, o homem das andanças e confusões nas noites cariocas. Na coluna “Rio à Noite”, Morcego, pseudônimo de quem assinava a coluna, relatou sua breve conversa com Chico Bumba na noite de 30 de abril de 1904 e, a partir dela, a diferença se faz clara.

Ao encontrarem-se na rua, Morcego perguntou a Bumba qual era seu ramo de trabalho. Bumba respondeu que seu negócio dava mais que ramos, dava galhos. E contou sobre uma nova rapariga do Méier, a quem queria apresentar para Morcego. Animado, Morcego queria saber quanto o negócio de Bumba rendia e eis que o diálogo se seguiu “– Não rende nada. Quero apenas introduzir lhe. – Não consinto. – Seja com cinto ou sem cinto. Quero apenas introduzir lhe os meus cumprimentos. O cabra sorriu-se e...eu vou introduzir mesmo hoje, se Deus quiser...”.¹¹⁹

O diálogo dos dois homens revela mais do que uma cumplicidade entre os caminhantes noturnos, mas também o tipo de homem que era Chico Bumba e a forma como o jornal se propunha a passar a informação. Os trocadilhos maliciosos e cheios de segundas intenções eram não somente uma característica do jornal, mas também de seus autores, homens despudorados que, no caso, era somente Morcego, já que o Bumba escritor não era o mesmo que encontrou com o outro colunista na rua.

Segundo a coluna “Carteira de um Perú”, já em 1905, sob a assinatura de Língua de Prata, dizia que

a espelunca do Chico Bumba tem tido atualmente mais concorrência, graças às mulheres casadas que lá vão. Uma das taes que o charuto impingiu como casada, ao que sabemos, é a conhecida Elisa, da zona Pedro Américo, que ele apresentou a um negociante, e este, certificou-se do contrário. Que grande malandrão e que refinado cáften é esse Chico.¹²⁰

Ao que parece, Chico Bumba era um velho conhecido das zonas e também de muita gente. Sempre mencionado em diversas colunas do jornal, o famoso perú tinha vontade de expandir seus negócios, montando um novo estabelecimento em

¹¹⁹ “Rio à Noite”, *O Rio Nú*, 30 de abril de 1904.

¹²⁰ Língua de Prata, “Carteira de um Perú”, *O Rio Nú*, 18 de março de 1905.

sociedade com uma famosa meretriz de nome Suzana. O que tinha em mente o Bumba, era um conventilho no maior estilo parisiense e já circulava pelas ruas que o novo empreendimento seria um paraíso.

As especulações sobre a nova aposta de Chico Bumba viraram notícia na coluna “As delicias do furo: Grandes Cavações - Os prédios da avenida”. Nela constava que o estabelecimento havia sido encomendado da Europa e que seria “um externato para senhoras inocentes que tencionem tomar... lições de clarineta, ferrinho, zabumba, Zé Pereira e outras coisas que não vem ao caso” e acrescentava ainda que o proprietário era “um conhecido professor de línguas vivas, primo da sobrinha, da tia, da sogra, do irmão, do padrasto da mãe, da avó, da neta, do compadre, da sogra do criado do Chico Bumba.”¹²¹

O novo local de diversões seria então erguido na parte mais nobre da cidade. A avenida, fruto das reformas do então prefeito Pereira Passos, simbolizava um espaço novo, destinado a pessoas bem específicas, aquelas cujo poder aquisitivo as diferenciava dos outros sujeitos que, frequentemente, apareciam sendo mencionados na coluna “Carteira de um Perú”. Não se sabe, porém, se o empreendimento deu certo ou se foi realmente construído o novo paraíso. Contudo, é certo que a influência de Chico Bumba nas ruas e, também sua intenção em ampliar seu ramo para o espaço nobre da cidade, talvez tentando atrair para seu empreendimento os argentários, poupando-os de enveredarem-se pelas zonas agora menos nobres.

A ideia de Chico Bumba inauguraria também um novo território para a prostituição, sendo esse agora muito próximo do símbolo da modernidade, a avenida Central, evidenciando o alastramento do meretrício para o centro pulsante da capital federal, um espaço criado para ser a vitrine do país para impressionar aqueles que vinham de fora. Nesse caso, o empreendimento de Chico Bumba levaria a prostituição a um novo patamar, tão alto quanto o território da prostituição dos bares e cafés chiques da cidade.

Em publicação do dia 17 de janeiro de 1903, Chico Bumba relatou o que sabia sobre a partida da senhora Conceição, vulgarmente conhecida como Barbada. Ele contou que a notável senhora partiu no ultimo transatlântico com

¹²¹ “As delicias do furo: Grandes Cavações- os prédios da avenida”, *O Rio Nú*, 17 de agosto de 1904

destino à Europa. As freguesas de Barbada fizeram uma despedida e estavam muito sentidas com a partida:

A Dorés então chorou tanto que seu pranto alagou a rua do Nuncio. As casadas que enganam os maridos e as amantes os seus marchantes (vai mesmo em verso), não ficarão sem casa pra rendez vous. A antiga cliente, é hoje dona da casa da rua do Nuncio. Os barbados ficarão sempre abarbadados.¹²²

Ao expor esses fatos, Bumba também fez uma propaganda dessa casa na rua do Nuncio. A coluna, além de ser um espaço destinado a contar sobre o que o autor via e sabia enquanto frequentava esses locais, também servia como um chamariz para os leitores. Ao anunciar que a casa de rendez-vous não fecharia suas portas por conta da partida de Barbada, Bumba deixou claro que aquele espaço continuaria funcionando para o desfrute de suas clientes. Este tipo de nota era importante por dois motivos. O primeiro deles era porque promovia a informação para aquelas que já eram clientes, e segundo porque também impulsionava a visita de novos sujeitos em busca de um local para encontros fortuitos.

Saindo da rua do Nuncio, Bumba nos conta sobre um telegrama enviado à Alice, moradora da rua Senador Dantas, número 7. O telegrama era um aviso e dizia “Aluguei casa para morarmos juntos. Espere-me hoje para reatarmos relações amorosas. Saudações. M.” Tudo indica que Alice era uma dessas mulheres de vida airada, pois esse telegrama chegou primeiro nas mãos de alguém a quem Chico Bumba chamou de “soldado a paisana”.

O que nos importa, todavia, não é quem recebeu o telegrama, mas o lugar onde Alice residia, a confidência que constava nesse recado e o fato dessa mensagem ter chegado às mãos de Bumba e, daquele momento em diante, nas mãos de todos os leitores. O que pode ser percebido, para além disso, é que tanto a rua do Nuncio quanto a Senador Dantas, eram espaços frequentados para amores proibidos. O primeiro porque foi dito ser uma casa de rendez vous, o segundo porque quem assina não expõe seu nome, somente sua inicial, indicando que possivelmente a relação a ser retomada era proibida e, para que se protegessem, o nome do remetente deveria ser omitido.

¹²² Chico Bumba, “Carteira de um Perú”, *O Rio Nú*, 17 de janeiro de 1903.

Essas duas ruas, que aparecem com certa frequência na coluna, estão relativamente próximas entre si. Fazem parte do centro da cidade, onde por diversas vezes nossas personagens de vida promíscua eram vistas. No entanto, as coisas não são lá como parecem. Apesar de toda essa mobilidade e notícias apimentadas sobre as casas de amores proibidos, nem tudo eram flores. A fiscalização municipal sempre incidia em algumas delas, proibindo seu funcionamento ou fazendo com que tivessem que se mudar de rua. Foi o que aconteceu com outra mulher de codinome Barbada, em junho de 1903. Dona de uma casa de “educar meninas”, teve que se mudar. Segundo a “Carteira de um Perú”:

Barbada anda muito queixosa com a Intendencia. Tem razão a Barbada, porque a municipalidade não devia obriga-la a mudar-se. Tudo nesta terra é assim. Se ela não educasse meninas não passaria por esse vexame. O certo é que mudou-se com as bagagens e as meninas lá foram para a rua Joaquim Silva. Procurem, os que quiserem uma casa bonita, de esquina, sempre de janelas fechadas, com uma cancela de vidro, na dita rua, e podem entrar sem susto.¹²³

Essa pequena nota reafirma a perspectiva de que a real intenção da autoridade municipal não era dar fim a esses lugares onde “os que quiserem podem entrar sem susto”, mas sim de controlar as ruas e os espaços considerados apropriados para abrigar tais casas. No mais, até mesmo a mudança imposta pela municipalidade, formava uma cartografia a revelia daquela já estabelecida pelas próprias mulheres.

Ao atender às ordens da municipalidade, essas mulheres eram prejudicadas em seus trabalhos. É possível pensar que o caso de Mme Berthe esteja dentro desses limites, entre o permitido e não permitido. Conhecida professora de línguas e frequentemente mencionada na coluna “Carteira de um Perú”, Mme Berthe sempre esteve acompanhada das mulheres da zona e até já havia sido presa por uma querela envolvendo a administração de um cemitério¹²⁴. Moradora da rua Senador Euzébio, foi possivelmente obrigada a se mudar para a zona Maranguape e:

depois que se plantou ai nesse lugar, suas discípulas, que eram em número avultado, tem escassado de modo assustador. Nem os convites incessantes, nem

¹²³ Chico Bumba, “Carteira de um Perú”, *O Rio Nú*, 3 de junho de 1903.

¹²⁴ Chico Bumba, “Carteira de um Perú”, *O Rio Nú*, 18 de fevereiro de 1903.

as promessas continuas, nem mesmo a curiosidade de um novo processo prometido, tem atraído ao seu estabelecimento as discípulas desgarradas. E por isso empenha-se para voltar para o lugar de onde saiu.¹²⁵

As mudanças impostas pelas autoridades municipais, ou a simples perseguição às mulheres consideradas prostitutas por exercerem certos ofícios, afetavam não somente a vida dos moradores, como o da queixa publicada no *Jornal do Brasil*, mas também a vida das próprias mulheres, que ao se verem obrigadas a mudar-se de suas casas enfrentavam diversos problemas e causavam outros tantos.

Na rua do Nuncio, já conhecido local de prostituição, e agora Joaquim Silva, eram então apontadas por Bumba como lugares que, em 1903, ainda podiam ser encontradas casas como a da Conceição, Barbada e Mme Berthe, mesmo após o início das remoções em 1896. Essa informação nos ajuda a pensar, mais uma vez, que o projeto de expulsão das prostitutas de janela não teve o resultado esperado e, por mais que as prostitutas possam ter saído de suas casas, em algum momento elas também possam ter retornado, mantendo desta forma a mesma configuração do espaço do meretrício, agora já alargado devido a presença dessas mulheres em ruas onde antes, possivelmente, não havia prostituição.

As ruas do meretrício, no entanto, continuariam basicamente a ser as mesmas de antes da campanha do delegado e, mesmo que não o fossem, esses novos espaços encontrados continuariam a incomodar os vizinhos honestos, culminando em outras inúmeras queixas nos jornais. Não se nega aqui certo tipo de efeito nas campanhas policiais. No entanto, é bem provável que somente algumas mulheres pudessem ter de fato mudado de suas casas pela pressão policial, mas outras como Bellarina, mudaram-se por conta de seus próprios problemas.

Em uma pequena nota na coluna “Carteira de um Perú”, foi noticiada a história de Bellarina Baianinha. Brasileira, possivelmente negra, não podendo arcar com sua casa na rua Senador Dantas, teve que se mudar para a rua do Riachuelo¹²⁶. Esse caso deixa ver que para além do esforço policial de mover as mulheres da vida de determinados locais para outros, elas mesmas eram forçadas a

¹²⁵ Chico Bumba, “Carteira de um Perú”, *O Rio Nú*, 29 de abril de 1903. Ao que parece, em 1908, Mme Berthe havia conseguido se mudar. Na coluna “Echosinhos”, ela foi mencionada como sendo moradora de La Zone Chic e sua fantasia foi eleita uma das mais bonitas do carnaval daquele ano.

¹²⁶ Chico Bumba, “Carteira de um Perú”, *O Rio Nú*, 14 de fevereiro de 1903.

se mudarem por conta dos diversos acontecimentos pelos quais a cidade estava passando. O crescimento populacional na cidade, somado às reformas urbanas, promoveu uma especulação imobiliária, fazendo com que muitos populares não tivessem condições de arcar com suas despesas¹²⁷. Esse, talvez, tenha sido o caso de Bellarmina que, alheia a sua vontade e também a da polícia, foi forçada a encontrar outro espaço de moradia e, possivelmente, de trabalho.

Esses detalhes, todavia, podem indicar que mesmo que houvesse uma força que comandava a circulação de sujeitos, nada impedia que elas mesmas agissem sob suas próprias regras. Bellarmina pode não ter conseguido arcar com as despesas de sua casa por conta de diversos fatores, mas o que aqui nos interessa é que a motivação para sair de onde estava estabelecida partiu de suas próprias dificuldades, como se pode inferir pela pequena nota, e não de um capricho contra a imoralidade urbana, arquitetado pelo chefe de polícia. Esse caso também nos mostra que aconteceu um avanço do meretrício para o espaço da Lapa e uma persistência de mulheres brasileiras e negras, apesar de todo o silenciamento sobre a origem destas mulheres.

No esforço de proteger as famílias honestas do contato com essas mulheres, o que se viu na verdade foi o alargamento da zona de prostituição e a falta de planejamento das autoridades policiais ao não conseguirem organizar de forma estruturada os espaços cabíveis para a prática, o que permitiu que o meretrício encontrasse brechas para existir para além dos lugares já estabelecidos antes das ações policiais¹²⁸.

Dessa forma, o que fica posto é que por mais que houvesse um grande esforço do chefe de polícia em conter a prostituição de janela, e o empenho dos queixosos em denunciar as ruas do meretrício, essas mulheres forjavam seu próprio espaço de atuação buscando sobreviver através dos meios de que dispunham, sejam eles burlando as ordens policiais ou então sucumbindo à violência e aos desmandos das autoridades. Ainda assim garantiam seu espaço, não importando onde ele fosse estabelecido.

O território do meretrício sobreviveria alheio às vontades da instituição policial ou das queixas frequentemente publicadas nas folhas. Se estabelecia,

¹²⁷KUSHNIR, Beatriz. *Baile de Máscaras – mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

¹²⁸ Cf. MORAES, Evaristo de. *Ensaio de patologia social: vagabundagem; alcoolismo; prostituição; lenocínio*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921.

portanto, muito por conta de uma necessidade de manter controlada a prostituição de janela, aquela cujo exercício era o que manchava a cidade que se pretendia moderna, porque era composta por mulheres que substancialmente eram provenientes dos grupos pobres, cuja vontade era ver o quanto mais afastados possíveis do centro urbano.

Assim, a re-territorialização provocada pelas expulsões policiais republicanas significou uma expansão das casas de prostituição pela cidade, e foi registrada de forma homogênea pela imprensa e pela polícia. A historiografia marcou esses movimentos urbanos¹²⁹. Ao rastrear as mulheres brasileiras nesses micro territórios, tanto nos lugares em que se instalaram como em suas trajetórias, torna-se possível evidenciar os processos de racialização que foram silenciados pela predominância da linguagem de moralidade. O próximo capítulo segue as trajetórias de algumas delas ao longo do tempo.

¹²⁹ Cf. SCHETTINI, Cristiana. *Que Tenhas Teu Corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro, Ed. do Arquivo Nacional, 2006; CAULFIELD, Sueann. “O nascimento do Mangue: raça, nação e o controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942”. *Tempo*, núm. 9, julho, 2000, pp. 43-63 Universidade Federal Fluminense Niterói, Brasil

4

Emília e Augusta Mulata: as conexões do meretrício

Levando em consideração o processo de expansão do território do meretrício, impulsionado por um ideal de moralização empreendido pela polícia republicana desde os anos iniciais do novo regime e, tendo como base as experiências vivenciadas ainda no período imperial, este capítulo destina-se a repensar a imagem subalternizada, produzida pela historiografia sobre o tema, em relação às prostitutas negras. Nesse sentido, percebendo as dificuldades e tensões relacionadas às questões da prostituição, bem como as constantes negociações forçadas entre essas mulheres e os atores sociais com as quais eram obrigadas a lidar, como os cidadãos preocupados com a moral da cidade e, principalmente, com a imprensa que teimava em difamá-las através de publicações sarcásticas, faz-se necessário pensar outro aspecto da experiência do meretrício: as redes de apoio e sustentação tecidas pelas prostitutas, buscando em seus próprios termos o direito de existir e resistir na cidade. Observando através das fontes as táticas e estratégias adotadas por essas mulheres, o presente capítulo tem como objetivo perseguir os vestígios deixados por duas mulheres negras que possuíram casas de prostituição em ruas centrais da cidade, principalmente por Augusta e, também por Emília, para mostrar que, em meio a uma sociedade pautada no racismo e no patriarcado, duas mulheres negras e prostitutas se firmaram enquanto figuras importantes dentro do território que, contemporaneamente, existiram.

Frequentemente citadas de forma irônica em dois jornais de grande influência na cidade do Rio de Janeiro, ambas encontraram maneiras de primeiro conquistar o poder, burlando o sistema social e racial, empecilhos quase intransponíveis, para depois exercê-lo, rompendo dessa forma com os estereótipos de gênero, classe e raça a que eram submetidas mulheres como elas, e assim conquistaram suas próprias casas, garantindo não só moradia, mas também a sobrevivência em meio a um período totalmente hostil à mulheres prostitutas, devido tanto às campanhas de ordenamento da cidade, quanto ao processo de embelezamento da mesma. É necessário frisar, portanto, que as mulheres que mais sofriam com as ações policiais eram as prostitutas de janela, aquelas que eram sempre mandadas à prisão para cumprir com as campanhas de ordenamento empreendidas pelo chefe de polícia. Já as donas das casas de prostituição, apesar

de também serem consideradas mulheres imorais, lidavam com as queixas dos homens ditos de família, mas ainda sim possuíam certas possibilidades em meio a sociedade, como por exemplo, frequentar os jardins dos teatros ou passear na rua do Ouvidor, como foi o caso de uma de nossas duas personagens.

Ambas eram identificadas nas folhas pelo sobrenome de “Mulata”, evidenciando não só o caráter racista com o qual tratavam mulheres negras, como também na caracterização da singularidade que essa origem negra conferia à prostitutas como elas. Através do acompanhamento de suas trajetórias, busca-se iluminar as dificuldades e possibilidades que marcavam no período a experiência de mulheres como Augusta e Emília. Revelar as conexões e negociações feitas por elas e, possivelmente por tantas outras, mostra-se assim um meio de analisar o modo pelo qual elas, vivendo em uma cidade que tentava se afirmar como vitrine da nova ordem republicana, conseguiram criar espaços próprios de atuação e de vida, mesmo mantendo-se à margem dos códigos disciplinadores e limitadores da mobilidade social.

Assim, cabe analisar como e em que medida Augusta e Emília conseguiram construir trajetórias de sucesso em meio a prática do racismo e pelas dificuldades sociais de viver e trabalhar no centro da cidade nos tempos da reforma urbana. Faz-se necessário também atentar para as relações construídas entre prostitutas e como essas relações e redes tecidas cotidianamente podiam amparar essas mulheres negras e pardas em momentos de luta ou de necessidade.

4.1

As dificuldades de uma prostituta negra

Augusta de Campos¹³⁰, vulgarmente apelidada de Augusta Mulata, foi uma prostituta negra e depois uma dona de casa de prostituição, cujos vestígios podem ser acompanhados desde 1885 até 1916 através de alguns jornais da cidade do Rio de Janeiro, como *Carbonario* e *O Rio Nu*. Sua trajetória foi marcada por diversos acontecimentos que nos ajudam a ter certa noção de como era a vida de uma prostituta negra dentro do ambiente do meretrício, revelando não somente as dificuldades, como também alguns êxitos, num percurso que apresenta, ao que se

¹³⁰*Correio Paulistano*, 6 de março de 1906.

pode notar, três momentos importantes de sua vida exposta nas notícias de certas colunas.

As dificuldades que Augusta enfrentou estão diretamente ligadas a sua cor e ao lugar social ocupado por ela. Frequentemente alvo de notas na imprensa, Augusta era ironizada não somente pela sua cor, mas também pela sua atividade de prostituta, que significava para ela inúmeros desafios de sobrevivência, principalmente em relação às suas companheiras de meretrício, clientes e o escárnio dos jornalistas.

Noticiada em sua juventude como uma mulher dada a festas e vícios, sempre acompanhada de outras mulheres chamadas de vagabundas pelo jornalista que expunha sua vida nas páginas do *Carbonário*¹³¹, Augusta passou por alguns embarços que evidenciavam que sua vida era, em muitos momentos, uma busca constante por sobrevivência no meio em podia viver.

Dadas às adversidades que a vida social impunha a uma mulher negra e pobre, Augusta foi noticiada em novembro de 1885 como estando grávida. A publicação dizia assim: “Augusta Mulata acha-se no estado interessante, mas não sabe quem é o autor da brincadeira. Aviso aos conhecidos, para que não paguem os cueiros.”¹³²

A notícia sobre a suposta gravidez de nossa personagem mostra o tom de desprezo e irônico na forma como o jornalista tratou do assunto. Ao utilizar do termo “brincadeira”, o colunista deslegitimou o estado de Augusta e, ao avisar para que não pagassem os cueiros, supondo que Augusta não sabia quem era o pai da criança, ele também reforçou a ideia de que mulheres como ela não deveriam ser levadas a sério, pois dada a incerteza da paternidade de seu filho, ela não seria uma mulher, aos olhos da sociedade do final do século XIX, digna de respeito e confiança. Já que naquele período, às mulheres era reservado um papel destinado à reprodução e ao cuidado com a família. Nesse caso, Augusta por si só, já extrapolava essas regras em duas instâncias, primeiro ao ser prostituta, segundo por engravidar sem antes casar.

No entanto, apesar desse percalço em sua trajetória, Augusta seguiu buscando formas de garantir sua sobrevivência baseando-se em estratégias necessárias para garantir suas necessidades básicas. Dois anos após a publicação

¹³¹ “Factos e Boatos”, *Carbonario*, 18 de setembro de 1885.

¹³² “Factos e Boatos”, *Carbonario*, 9 de novembro de 1885.

da gravidez que não foi mais mencionada, Augusta voltou a circular nas notícias da coluna “Factos e Boatos”, agora figurando um episódio onde interveio a seu favor.

Em 28 de março de 1887 o jornal *Carbonario* expôs um acontecimento na vida de nossa personagem que nos ajuda a entender os desafios enfrentados por Augusta na sua busca por garantias de sobrevivência. Na coluna era possível ler o seguinte: “A Augusta mulata quinta feira a noite foi ao Lucinda agarrar um sujeito para pagar-lhe o fígado frito, e pôs-se no jardim a chorar: - Por tua causa, ingrato, eu não como há três dias, não bebo e não durmo! Assim nem o cavalo do inglês”¹³³.

A vulnerabilidade em que se encontrava naquele momento fez com que Augusta tomasse medidas extremas. A nota oscila entre o interesse de Augusta em tirar dinheiro do homem e o aparente vínculo afetivo que suas próprias palavras sugerem. Dizendo-se maltratada, a exposição do ocorrido com Augusta revela não somente a precária condição de vida daquela mulher, como também uma atitude desesperada em busca da sobrevivência por mais um dia, ao menos. Ao que parece, Augusta teria ido naquela noite de quinta-feira atrás de um homem anônimo, com quem não se explicita o tipo de relação em jogo. O que sim se sabia era que o teatro Lucinda era um ponto importante de encontro e de sociabilidade masculina de certo nível. Assim, se ela passava por dificuldades também tinha acesso a esses ambientes de distinção social.

Ao se lamentar no jardim pelo fato de que havia três dias que não dispunha de nenhuma condição básica para viver, Augusta nos mostra um cenário de extrema dificuldade na vida em que levava, mas também a necessidade de tomar alguma atitude para mudar esse quadro. Nesse episódio em específico, Augusta revela que não havia espaço somente para lamentações e o papel de vítima. Ela tomou para si, com os recursos que tinha, a responsabilidade de ir atrás de quem sabia poder ajudar naquele momento. Mais do que impor uma obrigação ao sujeito no bar do teatro Lucinda, Augusta se mostrou ativa em seu processo de conquista de garantias necessárias para continuar a sobreviver.

Mesmo que sua atitude possa ter gerado certo efeito, a notícia publicada pelo *Carbonario* reforçava, por outro lado, a ideia de que mulheres como Augusta

¹³³ “Factos e Boatos”, *Carbonario*, 28 de março de 1887.

estavam sempre protagonizando cenas como essa em público, aumentando a crença na imoralidade dessas mulheres, bem como a noção de que elas precisavam ser controladas e retiradas dos espaços visíveis das ruas. Nesse caso, o serviço prestado pelo jornal representava mais um meio de divulgar e desmoralizar a vida de mulheres como Augusta, como também de enrijecer as opiniões, geralmente maldosas, sobre as prostitutas da cidade.

Essa passagem da vida de Augusta Mulata nos mostra, a princípio, os obstáculos que se ergueram em seu caminho. Mas também aponta para a vontade de mudar a própria realidade. Foi o que fez em 24 de junho de 1887 quando não mais conseguia arcar com as próprias despesas. Augusta logo tratou de encontrar outro meio para se sustentar. Segundo notícia da “Factos e Boatos”, ela, “vendo que as coisas no Ristori não davam para as despesas, alugou-se como cozinheira da petite Pauline. Está em boas mãos.”¹³⁴ Assim, ao não se conformar com as dificuldades impostas, Augusta apressou-se em garantir uma outra forma de sustento. Ao atinar-se para a difícil vida que vinha tendo e os inúmeros obstáculos impostos, Augusta atirou-se em mais uma oportunidade de trabalho, negando dessa forma um destino que parecia estar selado. Sendo agora cozinheira ela teria mais chances de se livrar do estigma de mulher “vagabunda” e passaria a figurar no mundo do trabalho, dentro de uma profissão socialmente considerada digna. Ao alugar-se como cozinheira, Augusta deve ter enxergado uma chance a mais de não passar pelas dificuldades que a levaram a entrar no Lucinda naquela quinta-feira à noite.

Os fatos ocorridos em sua vida podem não ter sido os mesmos de outras prostitutas negras, mas pelo menos a sua realidade, de total marginalização e falta de condições básicas para se manter dentro do ambiente do meretrício, nos mostram as estratégias forjadas para reverter a sua situação. Alugar-se como cozinheira foi mais um subterfúgio dessa mulher em busca de uma outra realidade, que evidencia distintas possibilidades encontradas por uma mulher negra de se manter viva e ativa na cidade.

Embora se apresente como uma mulher sagaz em relação ao destino que pretendia traçar, Augusta encarou outros problemas como a violência dos homens em relação a ela e às suas amigas, como no episódio em que foi passear em

¹³⁴ “Factos e Boatos”, *Carbonario*, 24 de junho de 1887.

Botafogo com Carlota, Alexandre e alguns outros amigos e, ao chegarem lá, foi expulsa por Alexandre, que levou sua amiga Carlota para ser agredida por seis outros homens que a deixaram em mísero estado¹³⁵. Apesar da agressão não ter sido destinada diretamente a ela, Augusta participava desse ambiente e podia já ter sido violentada também. Esse episódio demonstra a forma como os homens tratavam mulheres como Augusta e Carlota, sem nenhum tipo de compromisso e respeito. A violência para com as mulheres prostitutas pode ser encarada aqui como um elemento constante em suas vidas, não somente a violência física, mas também a psicológica.

Essa segunda, Augusta sofria de formas variadas, principalmente por parte da imprensa. Descrita como sendo uma “messalina viciosa e baixa, condenada por ter viciado Helena quiluche, a Montanini, a Eliza Corista e muitas outras.”¹³⁶ Augusta parecia representar, tanto para os letrados e consequentemente para o público leitor, um tipo de mulher que deveria ser evitado, tanto como companhia amorosa quanto como má influência para outras mulheres. Pintando Augusta dessa forma, o jornal a violentava no sentido de reduzir sua reputação a um baixo nível, denunciando não somente o descompromisso que tinha em relação a mulheres prostitutas, como também um racismo evidente, porque ao enquadrar Augusta como uma mulher viciosa, capaz de induzir outras mulheres ao vício, reafirmava as teorias raciais de degeneração dos sujeitos negros, que tanto ganhou força na segunda metade do século XIX.

Essas ideias, provenientes da Europa, foram adaptadas no Brasil para justificar a escravidão e, também, a submissão dos negros aos brancos, principalmente a partir da Lei do Ventre Livre, em 1871. Segundo essas teses, a mistura das raças “puras” era o que causava a degeneração do sujeito¹³⁷. Nesse caso, sendo Augusta dita mulata, ou seja, esse ser produto híbrido consequência da mistura entre brancos e negros, estava totalmente propenso aos vícios e aos atos considerados imorais, já que essa mistura era considerada prejudicial para o discernimento dos sujeitos ditos degenerados do que era socialmente aceito.

Nesse sentido, Augusta tinha motivos de sobra tanto para forjar estratégias para burlar os estigmas impostos aos corpos negros, quanto sucumbir às pressões

¹³⁵ “Factos e Boatos”, *Carbonario*, 9 de março de 1888.

¹³⁶ “Perdões”, *Carbonario*, 30 de março de 1888.

¹³⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1931*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

sociais que eram deveras pesadas para uma mulher como ela. E ao que parece, mesmo que tenha encontrado maneiras de se manter, Augusta sentia na pele o que a sua cor significava no período em questão, tanto que em agosto de 1887, um ano antes da lei que viria a abolir a escravidão, a publicação do *Carbonario* dizia que: “o maior desejo de Augusta Mulata é ser branca.”¹³⁸

Essa alegação é extremamente representativa, primeiro porque nos mostra de forma nítida o quão racista era o jornal *Carbonario*, pois ao alegar que esse era o desejo de Augusta, a folha tenta desqualificar a trajetória e a afirmação de Augusta no espaço em que vinha conquistando. Segundo porque, devido ao período da publicação onde os debates sobre a abolição já ganhavam força e contornos de realidade, parecia ser comum no pensamento social que apenas aqueles cuja cor da pele não fosse negra conseguiam atingir certa notoriedade no meio social. De forma irônica, o *Carbonario* se revela um jornal diretamente influenciado e crente nas teorias raciais que colocavam sujeitos como Augusta à margem da sociedade, negando, ironizando e zombando de qualquer tipo de ascensão que sujeitos como ela conseguiam alcançar.

Até aqui, a trajetória de Augusta se constrói de forma a romper com esse espaço onde o *Carbonario* insiste, através de suas publicações preconceituosas, em encaixá-la. Ao engravidar, sabe-se lá através de quais termos, se consensualmente ou através do estupro; ao precisar invadir um estabelecimento e forçar alguém a pagar-lhe comida, pois havia três dias em que não comia, não bebia e nem mesmo dormia; ao precisar se alugar como cozinheira para que dessa maneira conseguisse se sustentar; e ao ser apontada como uma mulher viciada e capaz de viciar outras companheiras, Augusta e tantas outras em mesma condição, acumulariam diversas dificuldades tidas como normais, aceitando, de forma nada passiva, todas as violências, dificuldades e culpabilidades que eram atribuídas aos corpos negros.

Augusta teria que continuar se propondo a desafiar o destino que impuseram às pessoas negras, principalmente às mulheres, a fim de romper com a lógica racista que permeava todo o século XIX e adentrava o século XX com força.

¹³⁸*Carbonario*, 5 de agosto de 1887.

4.2 Solidariedade e estratégias

Já que as dificuldades eram a realidade concreta em sua vida, Augusta tratou de continuar a buscar estratégias para sobreviver na cidade. Uma das medidas que tomou, ao que parece, foi se mudar de casa. O que consta na notícia da coluna “Dizia-se por aí”, é que “A Augusta mulata foi novamente para o 56, onde está pondo em prática os seus hediondos vícios com as suas companheiras Carlota e a sífilítica Positivista.”¹³⁹ Novamente voltar para determinada casa, aparenta que Augusta movimentava-se com alguma frequência entre um endereço e outro. Em novembro de 1888 Augusta havia mais uma vez se mudado e encontrava-se morando em outro número. Dizia a notícia que ela agora residia no número 77 da rua do Lavradio, por causa da “ordinária e safardaninha Chica Pinta.”¹⁴⁰ Por motivos diversos e desconhecidos, mudar-se de casa pode ser entendido como uma forma de criar novos laços de amizade ou, então, de fugir de determinados obstáculos que pudessem se apresentar no meio de seu percurso. Também podiam indicar dificuldades de se manter em dia com o pagamento dos alugueis ou então desentendimentos com as inquilinas. Mas de acordo com a forma com a qual Augusta Mulata vinha projetando sua vida, é bem possível que essas mudanças tenham mais haver com suas estratégias de sobrevivência do que com algum problema pontual em relação a outras mulheres ou por questões financeiras.

Aliás, o que tudo indica é que Augusta sabia muito bem como continuar a forjar estratégias de sobrevivência. Não só mudando-se de residência, mas também formando redes de sociabilidades, onde suas companheiras através dos laços de amizade, garantiam um espaço de pertencimento no ambiente do meretrício, possibilitando dessa forma que Augusta mantivesse seus esforços para burlar o destino ligado à sua cor e condição social, agora amparada por uma rede de mulheres em semelhante condição. Apesar de ótima estrategista, Augusta enfrentou diversos obstáculos no meio da prostituição e na consolidação dessa rede. As relações construídas nem sempre foram harmoniosas e duradouras. Por mais que a companhia de outras mulheres fosse importante para firmar laços de solidariedade, algumas querelas apontavam para um ambiente por vezes hostil e

¹³⁹ “Dizia-se por aí”, *Carbonario*, 7 de março de 1888.

¹⁴⁰ “Factos e Boatos”, *Carbonario*, 7 de novembro de 1888.

até mesmo competitivo. Longe de apontar Augusta como uma mulher isenta dentro do jogo das relações amistosas, bem entende-se que ela soube muito bem lidar com as questões que apareciam em seu caminho.

Em 9 de janeiro de 1888, “Factos e Boatos” noticiou que:

Três relaxadas, a Plácida falbu, a Justina das Chagas e a Augusta mulata. Plácida e Justina fizeram amizade. Vivem juntas, andam juntas, etc. Há dias, a Augusta foi à casa da Plácida, e como mais antiga, fez ciúmes, teve ataque, pôs tudo em alarma. Foi um desaforo completo. Nojento! Horrroso!¹⁴¹

A forma como o jornal colocou a situação, nos faz entender que Augusta, além de ser uma mulher descontrolada, também se relacionava afetivamente com as companheiras, o que contribuía para a sua posição de mulher ciumenta. E que, além disso, era também uma relaxada, alguém que não tinha o que fazer. Percebe-se aqui a forma dura e muito preconceituosa como eram vistas Augusta e as mulheres de sua companhia. Todos esses adjetivos e a intenção de mostrar para os leitores quem era Augusta, só reforçava a tese de que não havia jeito para uma mulher como ela. Tomada por paixões e escândalos, Augusta Mulata foi retratada por diversas vezes como sendo um problema, tanto para a sociedade como um todo, como também para o próprio meio em que vivia.

Entretanto, em outra publicação, Augusta é mostrada como sendo uma mulher muito preocupada com suas companheiras, visto que diante do fato da falta de notícias sobre Helena Quilonche, que desapareceu após ter se metido na casa de jogo da Martha, ela se mostrava muito sofrida por conta do sumiço de sua amiga.¹⁴² A forma desmedida em que o jornal tendia a apresentar Augusta, mostra como essa personagem era múltipla em sua experiência. Se por um lado se apresentava como aquela que não admitia ser deixada de lado por suas amigas, por outro se mostrava frágil e sensível a outras questões. A aflição por conta da falta de notícias da amiga, mostra que Augusta tinha muito apreço por algumas amigas e que os episódios ocorridos com Plácida e Justina podiam ser exceções de quem tem muita estima por seus laços de amizade.

Porém, mesmo sendo mostrada como um alguém sensível às questões fraternais, o jornal continuava a rebaixar Augusta ao estado de mulher viciada e viciosa, como se isso anulasse o fato de que Augusta também possuía fragilidades,

¹⁴¹ “Factos e Boatos”, *Carbonario*, 9 de janeiro de 1888.

¹⁴² “Factos e Boatos”, *Carbonario*, 16 de março de 1888.

sendo o vício, se fosse verdade, também parte dessa fragilidade. De acordo com a “Factos e Boatos”, Augusta havia firmado uma amizade inseparável com a “xuja” Carlota e a teria levado ao vício. Ainda que Augusta pudesse ter seus vícios, e aqui podemos entender claramente que “vícios” refere-se às práticas homossexuais, as notícias sobre ela eram muito duras. Ainda em relação a sua amizade e possível envolvimento afetivo-sexual com Carlota, o jornal caracterizou Augusta como sendo “pervertida, perverte outras mulheres que a ela se chegam, e as relaxa a ponto de ficarem insuportáveis.”¹⁴³ Sua amizade com Carlota é um retrato de que havia altos e baixos dentro das relações de companheirismo no meretrício.

Em publicação do dia 21 de março de 1888, a coluna “Factos e Boatos” novamente alfinetou Augusta e Carlota ao dizer que “Augusta Mulata foi segunda-feira mostrar-se na rua do Ouvidor com a Carlota Poia. Já anda muito por baixo, mas assim mesmo até a Augusta ainda especula com ela. Deixa disso, a Carlota não da para nada.”¹⁴⁴ As ofensas gratuitas a essas mulheres, como forma de reduzi-las a inutilidade, revelavam muito mais o caráter do jornal, preconceituoso e moralista, do que das próprias mulheres. Mostrando-se na rua do Ouvidor, Augusta Mulata parecia ser uma mulher que apesar de todas as suas condições não se furtava a circular por importantes espaços da cidade. A rua em questão, disputada por diversos sujeitos da sociedade e até protagonista de algumas produções literárias importantes¹⁴⁵, podia ser para Augusta um espaço hostil. Ainda assim lá estava ela, compartilhando o mesmo espaço que os importantes cafés e os notáveis sujeitos das letras e da política. Afrontando esses lugares, Augusta Mulata estaria se colocando como uma mulher que não se conformava às regras socialmente impostas, tanto por sua cor quanto por sua condição social.

Além de passearem pela rua do Ouvidor, burlando certas regras impostas a mulheres como elas, Augusta e Carlota também possuíam uma sociedade nos negócios. É possível presumir que o negócio se refira a algo relacionado ao meretrício, talvez até mesmo à divisão de uma casa ou então nos lucros do que recebiam com a profissão. Todavia, em dado momento Carlota e Augusta

¹⁴³ “Factos e Boatos”, *Carbonario*, 19 de março de 1888.

¹⁴⁴ “Factos e Boatos”, *Carbonario*, 21 de março de 1888.

¹⁴⁵ PEREIRA, Milena da Silveira. “Palco das letras: um passeio pela Rua do Ouvidor do século XIX” XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio. UNIRIO, Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010.

dissolveram a sociedade nos negócios que tinham uma com a outra. Quem se mudou foi Carlota, levando consigo uma trouxa e uma caixa de chapéu. Apesar de não sabermos o motivo da dissolução da sociedade entre as duas companheiras, o que se mostra relevante é que por mais que entre elas houvesse algum tipo de desentendimentos, ainda assim conseguiram, mesmo que por alguns momentos, estabelecer um negócio em conjunto, o que mostra certa ambição por parte de ambas no sentido de garantir algumas conquistas suas dentro do meio em que viviam.

Ao desfazer a sociedade, temos mais certeza de que nem tudo era tão simples nesse ambiente e que, às vezes, certas amizades se deterioravam por conta das diferenças cotidianas. No entanto, por mais que essas apostas tenham sido importantes para garantir certas possibilidades de sobrevivência, nem tudo acabava bem. A coluna “Factos e Boatos” noticiou em 13 de fevereiro de 1889 que Augusta estava enviando artigos contra a Carlota Poia¹⁴⁶. A publicação ainda reforçava que a “honestidade Augusta deixa cadavérica! Se a poia da Carlota nos ouvisse, aconselharíamos que voltasse aos braços da Augusta (uff! Puff! Que parêlha de...gentes e ferrarem de novo no...negócio)”. O conselho sarcástico do colunista evidencia que o melhor que Carlota poderia fazer era ficar longe de Augusta, para que não houvesse mais prejuízos para ambas, agora vivendo por seus próprios meios.

Embora esses indícios de inconstância e rivalidade nos façam desacreditar nos laços construídos entre elas, é necessário atentar para o fato de que mesmo que em muitos casos essas mulheres estivessem brigando entre si ou desfazendo-se de negociações construídas em conjunto, ainda mantinham aberto o espaço da ajuda.

Em 20 de julho de 1888 nossa personagem gerou certa dúvida ao *Carbonario*. Augusta Mulata teria feito “rico presente de um anel com pedra de brilhante à sua querida Cecilia. Onde diabo teria a Augusta ido buscar dinheiro para tais grandezas?”. Dita como viciosa e viciante, pervertida, relaxada e vagabunda, todos os adjetivos dados a ela pelo jornal não foram suficientes para que escondessem uma Augusta ambiciosa e muito generosa.

¹⁴⁶ “Factos e Boatos”, *Carbonario*, 13 de fevereiro de 1889.

O dinheiro, possivelmente, veio através de seu trabalho, seja como prostituta, seja como cozinheira ou ambos. O que interessa aqui, em todo caso, foi o fim que Augusta deu ao presente: deu a sua querida Cecília, mostrando que por mais que tentassem pintá-la como uma mulher fria e calculista, Augusta agradava e mimava aquelas que formavam sua rede de sustentação.

Além disso, Augusta também assumia responsabilidades que não eram suas, provando mais uma vez sua estima para com as companheiras. Em 12 de novembro de 1888, a “Factos e Boatos” expôs que “Augusta Mulata está pagando atualmente uma conta de um mascate, a qual ficou a sua amada fugida Chica Pinta devendo aquele.” Essa atitude prova, mais uma vez, que Augusta era uma mulher a quem se podia recorrer em momentos de dificuldades. Talvez essa sua bondade em relação às outras mulheres do meretrício, seja também uma forma de garantir a sobrevivência, firmando uma rede de lealdade entre elas.¹⁴⁷

Talvez por se revelar uma pessoa generosa, mas também de gênio forte, Augusta tenha acumulado inimizades. De acordo com a “Factos e Boatos” em 27 de julho de 1888:

Uma miserável vingança acaba de vitimar a Augusta Mulata, que foi quarta-feira queimada ao rosto com ácido fênico depositado em uma toalha. Supõe-se que fosse autora disso a falúa Placida, que nas vésperas brigara com a ofendida, prometendo-lhe queimar-lhe a cara. Quarta-feira de manhã, foi a casa da ofendida uma célebre Elvira pé-pé, que nunca a visitou e é amiga íntima da Placida. Pouco depois, ao despedir-se aquela, foi Augusta lavar o rosto, e mal chegou a toalha a pele, sentiu o terrível ardor de horrorosa queimadura. Chamado o médico, verificou-se que tinha sido produzida por ácido fênico, que a toalha continha. Tal covardia só mesmo partida de uma Placida! Que miséria!

Descrita como vingança, a ação de Placida, em conjunto com Elvira Pé-pé tinha um objetivo muito bem definido: causar muita dor e também sérias queimaduras no corpo de Augusta. O motivo desta revolta pode ter sido uma reação ao episódio de ciúmes protagonizado por Augusta em janeiro daquele mesmo ano. Sendo essa a real motivação ou não, o que parece é que Placida e Elvira Pé-pé tinham sérias desavenças em relação à Augusta, afinal, a utilização do ácido não foi um mero ato de alertar Augusta sobre os desentendimentos que poderiam ter tido, mas sim uma ameaça muito bem dada de quem não estava ali para brincadeiras e que levariam às últimas consequências o que quer que fosse de

¹⁴⁷“Factos e Boatos”, *Carbonario*, 12 de novembro de 1888.

seu desagrado, para reafirmar seu poder ou, pelo menos, para ferir Augusta de formas severas caso esta passasse dos seus limites.

Esse episódio mostra de forma clara que por mais que as redes de amizade existissem, as desavenças também estavam presentes no cotidiano dessas mulheres. A violência cometida contra Augusta Mulata reafirma não somente as disputadas entre essas mulheres, como também as medidas inconsequentes e extremas utilizadas por elas para se vingarem de certos desentendimentos. Se foi Placida ou não quem encomendou que queimasse o rosto de Augusta não se pode saber. Acontece que essa ação é muito simbólica, pois ilumina um ambiente onde as diferenças existiam e eram tratadas de formas, por vezes, fatais. Isso nos mostra que mesmo que essas mulheres enfrentassem situações muito parecidas, ainda assim o meretrício era um espaço de disputa, seja por território, por amizades, por clientes ou por qualquer outro elemento que julgassem importante para sua sobrevivência. A utilização do ácido, nesse caso, aponta para uma realidade onde o que ficava claro era a importância e a intensidade dos vínculos firmados entre elas. Por isso, nesse caso, é visível a incompreensão dos jornalistas em relação aos laços de afeto que envolviam a rede de Augusta.

Placida e Elvira Pé-pé, conhecidas de Augusta, nos mostram que essa rede de companheirismo dentro do meretrício era muito forte. Tanto os laços de ajuda mútua, quanto à rivalidade e os desentendimentos, conviviam de forma muito próxima dentro daquele microcosmo. E ainda que nossa personagem tenha continuado a buscar novas formas de ascender socialmente, é possível de se imaginar que episódios semelhantes a esse ocorressem de forma frequente nesse espaço.

Apesar da gravidade desse ocorrido na casa de Augusta, encontramos outro vestígio em que nossa personagem, mais uma vez, é tida como uma pessoa de boas relações e que, apesar das desavenças que possa ter acumulado ao longo de sua trajetória, ainda mantinha certas amizades seguras. Muito ciente das amigas com quem podia contar, aquelas com quem não precisava ter medo de ter como companhia e muito menos de expor esse sentimento, Augusta se mostrava muito afetuosa em relação, especialmente, a Rozita Bellengradi.

Em 19 de dezembro de 1888, após tempos sem se ver, chegou sua amiga Rozita Bellengradi. Augusta, após ter passado pelo episódio do rosto queimado por conta de desafetos, teve a oportunidade de reencontrar uma querida amiga.

Segundo a coluna “Factos e Boatos”, a “Augusta Mulata está que não se pode lambar de contente porque chegou a sua querida apaixonada de 69”¹⁴⁸. Apesar de possuir laços firmados de ajuda com outras mulheres, Augusta também cultivava paixões. Em clara alusão à posição sexual, Rozita Bellengrandi não era somente mais uma das mulheres com quem também podia contar e confiar dentro dos intensos laços de companheirismo, mas sim aquela com quem Augusta se entregava aos prazeres do sexo.

Mesmo que colocada enquanto uma mulher viciosa, que envolvia suas companheiras no mundo da homossexualidade e provocava reações muito intensas entre as mulheres com quem se envolvia, ela era também apresentada como uma mulher muito bem relacionada e que poderia ser um ponto de apoio para mulheres que nas mesmas condições que ela, encontravam-se perdidas, até mesmo nas questões do amor. De acordo com a “Factos e Boatos”, a “Madagdalena Maluca perdeu de todo a cabeça, isto é, malucou mais. Não conseguiu ainda encontrar quem a queira em casório durante o carnaval. Vá pedir a Augusta Mulata que ela lhe arranjará um gajo, com toda a certeza”¹⁴⁹. Isto é, mesmo sendo agredida por conhecidas companheiras e por ter se desassociado de uma amiga, Augusta ainda representava aquela a quem se poderia recorrer em momentos de desespero, como no caso de Magdalena.

Apesar de ser uma mulher bem relacionada e de saber criar laços de amizade para garantir-se viva no ambiente do meretrício, o *Carbonario* nos coloca em 11 de fevereiro de 1889 diante de uma outra faceta de Augusta Mulata. Ao que parece, Augusta viveu uma relação para além da amizade com Sophia Campos. De acordo com a “Factos e Boatos”, “A união de Augusta Mulata com a Sophia Campos deu o resultado que se esperava. Estão ambas muito doentes, consequência dos passeios que faziam diariamente à roça. É que constiparam-se com o calor das matas.”¹⁵⁰

A palavra união e a ironia empregada sobre o fato de terem se “constipado com o calor das matas” nos revelam claramente uma relação lésbica entre as duas. Ainda que nas outras publicações relacionadas ao episódio do ácido que possivelmente foi uma vingança de Plácida, devido ao ciúme que sentia ao ver

¹⁴⁸ “Factos e Boatos”, *Carbonario*, 19 de dezembro de 1888.

¹⁴⁹ “Factos e Boatos”, *Carbonario*, 18 de fevereiro de 1889.

¹⁵⁰ “Factos e Boatos”, *Carbonario*, 11 de fevereiro de 1889.

Augusta e Carlota; a dissolução dos negócios entre Carlota e Augusta, culminando com a saída de Carlota da casa de Augusta apenas com uma trouxinha e um chapéu; e a felicidade incontável ao ver chegar Rozita Bellegrandi fossem apenas sugestões sobre a condição sexual de Augusta, esta notícia indica a união entre ela e Sophia para uma prática que, devido as publicações mostradas anteriormente, parecia ser muito comum e natural entre as mulheres do meretrício. Devido a forma como encaravam essas relações, dentro de um período racista, pautado na figura do homem enquanto detentor do prazer e moralista, as prostitutas que se envolviam umas com as outras eram então colocadas como essas pervertidas e vagabundas que tanto o *Carbonario* e uma parcela da sociedade, preconceituosos e moralistas, queriam difamar e ver longe dos espaços de sociabilidade.

Mesmo que não seja possível enquadrá-las numa condição de lésbicas e nem mesmo considerar que todas as meretrizes se permitiam estar em relações com outras mulheres, é necessário e importante apontar e iluminar esse outro lado do meretrício, que também expõe não somente uma busca pela sobrevivência através dos laços forjados, que não se dissolvem com as relações afetivas, mas também uma busca pelo próprio prazer em relação a elas mesmas e não somente aos homens, seus clientes, como é comum se observar nas histórias da prostituição mostradas pela historiografia sobre o tema.

Os laços construídos por Augusta nos mostram que ela era uma mulher de muitos afetos e que, na maioria dos casos, agradava todos a sua volta. Apresentada de formas diversas pela coluna do jornal *Carbonario*, Augusta se revela como uma mulher confiante em suas estratégias de firmar laços de amizade, para assim garantir sua autonomia, mas também sua sobrevivência em meio ao espaço que vinha se destacando. Suas relações, sejam de amizade ou inimizade, nos mostram que Augusta deu grandes passos em sua vida. Ao assumir a dívida de uma de suas companheiras, Augusta se diferencia daquela mulher que lá em 1887 precisou agarrar um sujeito para pagar-lhe um frango frito. De certa forma, todos os meios utilizados por ela, seja o trabalho de cozinheira, o ciúmes das amigas, a violência de Placida e a amizade com Carlota, a ajudaram a se fortalecer e sair do estado de conformismo que poderia vir a estar, pelo fato de que se branca não poderia ser, mais fácil aceitar o fardo de ser negra.

Augusta se mostra como uma verdadeira estrategista que aponta para um futuro muito promissor. Além de fortalecer suas bases ao arrumar um emprego como cozinheira e ao se cercar de inúmeras mulheres, tratando-as bem e as ajudando, Augusta tinha mais possibilidades de sobreviver ao destino que era quase certo a pessoas como ela. Ao firmar sua base, Augusta pôde dar outros passos em direção a uma vida melhor, uma vez que longe do papel de vítima, construía de forma autônoma seu próprio caminho. Dessa forma, ia ela por entre os laços construídos com suas companheiras e os bailes da sociedade carnavalesca dos Progressistas¹⁵¹, garantir outras formas de melhorar sua vida.

4.3

Um enredo de sucesso

A década de 1900 foi muito importante para Augusta Mulata. Nesse período nossa personagem conseguiu, de certa maneira, consolidar sua vida ao garantir seu sustento ainda através do meretrício, mas agora como dona de pensão e não mais como uma simples inquilina que mudava-se de casa constantemente.

Apelidado de forma pejorativa de Augustual Colégio, o estabelecimento de Augusta localizava-se na rua Senador Dantas, número 27, onde foi palco de inúmeros acontecimentos noticiados pelo jornal *O Rio Nu*, que assim como o *Carbonario*, não se limitava em fazer piadas e desmoralizar Augusta, reafirmando sua condição de prostituta viciada e viciosa.

Acontece que mesmo que existisse uma tendência na imprensa em desprestigiar Augusta, ela vinha se destacando dentro do espaço do meretrício e conquistando certa visibilidade por ali. Talvez por isso, mais uma vez como forma de desmerecê-la, em janeiro de 1899, quando seu nome apareceu citado como participante de um concurso promovido pelo *O Rio Nu* chamado “Mote a Concurso”, Augusta Mulata era a única mulher, naquele momento do concurso, publicando um verso bem sugestivo. O mote que deveria ser respondido era “Um trepava, outro trepava. Embaixo a mola rangia.” Augusta competiu com um verso que mais parecia ser o relato de sua vida cotidiana nas zonas:.

A Ritinha passeava
E quando iam os dois no carro,

¹⁵¹ “Factos e Boatos”, *Carbonario*, 29 de janeiro de 1890.

Um trepava, outro trepava
E o primo assim lhe falava:
“ Não digas nada à titia...
- Não...que não, ela dizia.
E enquanto ele ia a beijando,
Ia a moça suspirando...
E a mola embaixo rangia.

O tom malicioso parecia ser o reflexo daquilo que via, ouvia e vivia em sua casa de pensão, frequentada por diversos sujeitos que por ali passavam ou permaneciam. Contudo, apesar de seu nome citado no concurso revelar que Augusta tenha alcançado certa notoriedade, talvez seja importante duvidar que tenha mesmo sido ela a autora do verso publicado.

Primeiro porque o texto é construído como se a mulher estivesse em uma posição de submissão e suspirando com ar de lamentação, como se prestasse mais atenção no ranger da mola do que, necessariamente, no ato sexual em si. Segundo porque é bem pouco provável que Augusta soubesse ler e escrever, dado sua trajetória até aqui, marcada por dificuldades impostas principalmente por sua cor, em um momento onde a educação dos corpos negros era algo bem pouco discutido e colocado em prática. Salvo alguns exemplos como Luiz Gama, André Rebouças e Machado de Assis, importantes homens negros componentes do movimento abolicionista e responsáveis por diversas ações em prol da liberdade dos negros tanto nos tribunais quanto na imprensa.

Levando em consideração sua condição de mulher, negra e prostituta, mesmo que aparentemente livre já na década de 1880, é bem possível que a resposta atribuída a Augusta, mais uma vez, seja fruto do desprezo e desmerecimento que os letrados dispensavam à mulheres como ela.

Por outro lado, mesmo que fosse somente mais uma brincadeira sem graça de alguém que desconsiderava Augusta, ter seu nome citado revela que já àquela altura, Augusta era bem conhecida em meio ao meretrício, talvez justamente porque havia se consolidado como uma dona de pensão. Aparentemente, mesmo que o concurso possa ser apenas mais uma implicância dos jornais para com Augusta, ela estava fazendo sucesso com sua casa de pensão. Tanto que em 1903 aconteceram dois casos importantes em sua residência que comprovam o novo momento em que vivia.

O primeiro acontecimento na casa de Augusta ocorreu em 12 de agosto de 1903. Ao deixar seu quarto aberto e se dirigir a outro cômodo, Ernesto de tal, que era funcionário da casa de Augusta, invadiu seu aposento e furtou vinte e cinco mil réis em joias que ficavam em um cofre, pertencentes à bailarina Therezina Betti, uma das inquilinas da casa. Além disso, havia também no cofre mil e seiscentos réis, em dinheiro, de Augusta e 800 francos de Therezina.

Este crime, devido ao alto valor furtado, não foi facilmente solucionado e rendeu algumas publicações nos principais jornais da capital federal e também nos de São Paulo. Somente em março de 1904 chegou ao fim a investigação e a conclusão do caso. Ernesto, após o bem sucedido furto do cofre da casa da patroa, fugiu para São Paulo, a fim de se esconder da polícia. Lá encontrou abrigo seguro e por um bom tempo ficou escondido. Enquanto em São Paulo tratou de vender as joias roubadas em várias casas de penhor. Em 12 de março de 1904, o jornal *Correio Paulistano* noticiou a prisão do ladrão, que na verdade se chamava Teraí Ludovico¹⁵², natural de Calabria e já havia cometido alguns outros crimes. Para dar fim definitivo ao caso, o delegado Edgard Pahl saiu do Rio de Janeiro em direção à São Paulo, indo também em busca das joias roubadas em diversas casas de penhor da cidade¹⁵³.

Esse segundo acontecimento na casa de Augusta mostra que não somente sua casa tinha dado certo e também porque abrigava bailarinas estrangeiras, mas sobretudo porque indica que ela havia conseguido êxito em suas estratégias de sobrevivência, visto que as altas somas de dinheiro roubadas de um cofre nos mostram que Augusta tinha, através do meretrício, conseguido mudar sua realidade a ponto de conseguir acumular recursos. No mínimo, a casa de Augusta tinha dado muito certo mesmo com todos os obstáculos que havia enfrentado até ali. Em 1903 Augusta, apesar das zombarias da imprensa e do cerceamento policial que começava a ser ainda mais violento e coercitivo, se firmou em uma importante rua da cidade e passou a figurar no importante círculo do meretrício.

No entanto, em 7 de setembro do mesmo ano, outro roubo aconteceu em seu estabelecimento. É possível supor que este segundo roubo tenha acontecido justamente por conta da notoriedade de sua casa, pois se no primeiro roubo tais somas em dinheiro foram encontradas, o crime, ali, compensava. Dessa vez, por

¹⁵²*Correio Paulistano*, 12 de março de 1904.

¹⁵³*Correio da Manhã*, 18 de março de 1904.

volta das sete e meia da noite, quando Augusta e suas inquilinas estavam juntas jantando, a criada Maria Guilhermina das Dores subiu até o segundo andar, onde do alto da escada avistou um homem que saía do quarto da moradora Celina.

O homem empurrou Maria Guilhermina e saiu como um furacão, levando, segundo a inquilina, cerca de setenta mil réis em joias. Tanto as mulheres da pensão, que gritavam, quanto os vizinhos que tentavam ajudar, não foram capazes de deter o ladrão. O delegado da 7ª circunscrição, Vieira Braga e os inspetores “por mais que procurassem nada encontraram, nem mesmo um cartão de visita do brutal ladrão.”¹⁵⁴

Os dois episódios ocorridos na casa de Augusta com duas mulheres, uma delas certamente estrangeira, moradoras na casa de uma mulher negra e possuidoras de altas somas em joias e dinheiro, nos mostram que a prática da prostituição, por mais desmoralizada e ameaçada que fosse, garantia à mulheres como Augusta e suas inquilinas, boas possibilidades financeiras.

Tanto que em 22 de março de 1905, Augusta já era chamada pela coluna “Carteira de um Perú” como sendo uma “corretora de meninas”¹⁵⁵ e que já não mais se contentava só com isso, era também uma corretora de “meninos”. A carreira de Augusta, então, parecia estar dando tão certo que em junho do mesmo ano ela estava pretendendo, juntamente com outros companheiros, construir outro empreendimento. Segundo notícia, estava sendo planejado por Augusta Mulata, Chico Bumba e Alice Cavalo de Pau a construção de um novo local de diversões. Esse local seria “um internato e um externado semelhantes aos melhores de Paris e Buenos Aires”¹⁵⁶.

A notícia, devido a notoriedade que os negócios empreendidos por sujeitos negros vinha ganhando, pode ser entendida em um tom racista. Ao comparar o novo empreendimento com aqueles de Paris e Buenos Aires significava que, aos olhos do jornal, o estabelecimento que seria erguido por sujeitos negros não chegaria aos pés daqueles que existiam nas cidades mencionadas, já que o jornal era famoso e reconhecido justamente por estar de acordo com o pensamento social daquele período. Nesse sentido, a ironia ao estabelecimento e o tom racista se configuram no momento em que *O Rio Nu*, desde sempre, desmerece e

¹⁵⁴ *Jornal do Brasil*, 7 de setembro de 1904.

¹⁵⁵ Lingua de Prata, “Carteira de um Perú”, *O Rio Nu*, 22 de março de 1905.

¹⁵⁶ Lingua de Prata, “Carteira de um Perú”, *O Rio Nu*, 10 de junho de 1905.

desmoraliza o meretrício através de apelidos preconceituosos dado às mulheres e também aos homens que frequentam os espaços das zonas.

No entanto, se pelo menos a intenção de fundar um novo espaço era verdadeira, isso significa que os anseios de Augusta tinham atingido um outro patamar. A astúcia de Augusta para ampliar seus negócios revela sua ambição, e ao ver que as estratégias que forjou culminaram em reconhecimento e, principalmente, em lucro, mostram que sua trajetória, até ali, tinha dado certo.

O seu sucesso é, em grande parte, fruto do enfrentamento dos obstáculos do tortuoso caminho trilhado por essa mulher. A expansão de seu negócio, bem como a formação de uma rede de solidariedade, foi resultado de todos os limites impostos ultrapassados por ela. Contudo, por mais que essas barreiras estivessem postas no caminho de mulheres negras como Augusta, seu caso não foi único. Nesse sentido, percebe-se que, ao contrário do que afirma uma historiografia que atribuía principalmente às prostitutas estrangeiras a possibilidade de sucesso, vivendo em bons lugares e sendo visitadas por homens da alta sociedade, mulheres afrodescendentes como Augusta também podiam alcançar esse sucesso por caminhos próprios, construindo seu próprio caminho de ascensão social.¹⁵⁷

Esse também foi o caso da chamada Emília Mulata. Contemporânea à experiência de Augusta, Emília também teve sua vida exposta nas colunas do jornal *Carbonario*. Ainda que ambas tenham vivido de formas diferentes, alguns traços na trajetória de Emília se assemelham ao que foi vivido por Augusta. Pelo menos é o que deixa ver o jornal *Carbonario* e também *O Rio Nu*. Decadente nos anos de 1887, a vida de Emília parecia estar passando por diversos problemas. Mas ao contrário de Augusta, que por essa época estava invadindo o Lucinda para que pagassem a ela algo para comer, Emília já possuía, ao que parece, uma casa. Mas de acordo com notícia do *Carbonario*, enfrentava dificuldades para manter o lugar. Segundo o jornal, “Emília Mulata que, com a falta de freguesia, aluga quartos por hora em sua casa da rua da Lapa! Já não é grave...é gravíssimo!”¹⁵⁸. A situação parecia difícil, no entanto, Emília conseguiu se esquivar do problema alugando os quartos que possuía. Nesse caso, por mais que Emília e Augusta

¹⁵⁷SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, ilhoas, polacas: a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo: Editora Ática, 1992. p. 56.

¹⁵⁸“Factos e Boatos”, *Carbonario*, 6 de junho de 1887.

tenham o marcador de cor como empecilho, por entre as brechas do sistema moral e social, conseguiam através do meretrício certo tipo de sobrevivência.

Embora se diferenciasssem nisso, Emília também era alvo de xingamentos pelos jornais. Em 29 de julho de 1887 foi chamada de vagabunda, juntamente com suas amigas Montanine e Lucia Nariguda, pois entraram no Paschoal acompanhadas do Paio Carueiro.¹⁵⁹ Pareciam não frequentar o mesmo grupo, ainda que algumas mulheres noticiadas com Augusta como a Positivista, estivesse no mesmo grupo que Emília. Interessante é notar que Elvira Pé-pé, aquela que colocou ácido fênico na toalha de rosto da casa de Augusta, foi mencionada junto com Emília, o que pode significar que ambas faziam parte de grupos de amizade distintos e até mesmo rivais, como se observa pelo ocorrido entre Elvira, Plácida e Augusta.

Além disso, tanto Emília como Augusta, aparentavam ser mulheres de sucesso em sua atividade, já que quando foi assaltada em um passeio na Tijuca, teve a quantia de 300.000 réis roubados de sua carteira.¹⁶⁰ Devido ao alto valor roubado, o jornal contou que “houve quem dissesse: e de onde foi a Emília buscar 30.000 réis para ser escamoteada?”¹⁶¹ A visão expressada era de que mulheres como Augusta e Emília não podiam ter altas somas em dinheiro consigo. Por outro lado, a mesma visão deixa entrever que tanto Augusta quanto Emília conseguiram por entre as brechas sociais levantar boas quantias em dinheiro, através da prostituição, garantindo a elas não somente uma sobrevivência digna, como também possibilidades de mobilidade social, além também de evidenciar que embora essa profissão fosse perseguida e tida como imoral, ainda era muito procurada, garantindo assim que nossas duas personagens conseguissem burlar as dificuldades impostas no caminho, principalmente pela cor.

Emília, ainda que já na década de 1880 estivesse em uma posição um pouco menos difícil que Augusta, em 1900 vê sua vida melhorar ainda mais. Mais precisamente em 1903, a coluna “Carteira de um Perú” mostrava que Emília tinha alcançado um novo patamar. Reconhecida como uma mulher disputada por entre as casas de prostituição, a coluna noticiava que:

¹⁵⁹ “Dizia-se por aí”, *Carbonario*, 29 de julho de 1887.

¹⁶⁰ “Dizia-se por aí”, *Carbonario*, 20 de junho de 1888.

¹⁶¹ “Dizia-se por aí”, *Carbonario*, 23 de junho de 1888.

a alva bailarina Emília Mulata tem se visto em apuros para escolher aposentos onde se alojar, pois todas as proprietárias de casas de pensão, disputam a honra de tê-la como hóspede. A exímia artista ultimamente, além dos bailados de *art nouveau*, cultiva um novo gênero de trabalho – equilíbrio em argolas. A Berta do 13, encantada com a perfeição dos trabalhos da genial artista, faz questão de sua cooperação e de tê-la como companheira de casa.¹⁶²

A princípio, os termos da nota parecem incompreensíveis para aqueles que não acompanhassem o mundo da prostituição no Rio de Janeiro. Aqui parece que Emília havia se desfeito da casa onde alugava quartos, talvez pela impossibilidade de arcar com as despesas e, agora, enfrentava um contratempo para arrumar um novo local de moradia. Ainda assim, é possível perceber na nota o tom sarcástico com o qual o autor tende a tratar de assuntos relacionados às condições de vida e de moradia de figuras como Emília. Descrita de início como uma “alva bailarina”, o próprio epíteto racial associado a seu nome mostrava tratar-se de uma ironia, dando o tom de todo o resto da nota. Usado sempre de forma pejorativa, o termo mulata marcava de uma forma sexualizada as mulheres afrodescendentes, que atribuía a elas uma degeneração moral que se apresentava através de uma sexualidade exacerbada¹⁶³. Desse modo, tratava-se, aos olhos de Chico Bumba, apenas de mais uma mulher marcada pelo prejuízo de sua raça – daquelas que, segundo Martha Abreu, só poderiam conseguir alguma ascensão social através de seus atributos físicos e da valorização sexual atribuída a elas pelos homens brancos e não tão brancos¹⁶⁴.

A partir desta ironia inicial, que serve como chave de leitura de toda a nota, é assim possível ver como a questão da moradia (que também era o local de sua atividade) era um dilema importante na vida de mulheres como Emília. Além disso, a nota aponta ainda para o sucesso das estratégias de sobrevivência por ela adotadas – já que, para além das ironias de Chico Bumba, restava claro que uma mulher afrodescendente estava tendo a possibilidade de se mover socialmente a partir de seu trabalho, ao ser, ainda que ironicamente, descrita como uma “genial artista”.

¹⁶²Chico Bumba, “Carteira de um Perú”, *O Rio Nu*, 10 de janeiro de 1903.

¹⁶³ LANZARINI, Julia Soares. *Benvinda a mulata: O sentido da mestiçagem na Capital Federal de Arthur Azevedo*. Dissertação de Mestrado em História Social da Cultura, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2016.

¹⁶⁴ABREU, Martha C. *Sobre mulatas orgulhosas e crioulos atrevidos: conflitos raciais, gênero e nação nas canções populares (sudeste do Brasil, 1890-1920)*. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, v. 16, p.143-174, 2004. p.15.

Olhando por esse lado, não seria impossível crer que as donas de pensão estivessem realmente interessadas em abrigá-la em suas casas. Ficava claro que, para além das ironias raciais de Chico Bumba, Emília Mulata era uma mulher que se destacava pelo protagonismo que assumiu em relação a sua própria vida, graças aos caminhos que percorreu através de seu trabalho.

Registros posteriores viriam a sugerir que Emília era de fato reconhecida pelo que fazia. Pouco mais de um mês depois da publicação desta nota, os redatores d'O *Rio Nu* mostravam que ela optou por residir na casa de Mariquinhas, já que “a própria Mariquinhas já está convencida de que a mulata é indispensável na sua casa”¹⁶⁵. Além de conseguir com certa facilidade um novo espaço de moradia e trabalho, Emília era assim valorizada, alcançando certo destaque no mundo da prostituição.

Apesar do reconhecimento profissional que alcançou, no entanto, Emília era frequentemente envolvida em confusões. Segundo noticiado em pequenas notas policiais, ela seria dada ao álcool, tendo o hábito de tomar alguns “pifões”¹⁶⁶ e isso acabava prejudicando sua relação com as mulheres com quem dividia casa. Tanto que até mesmo foi proibido festa e brindes no aniversário de Laura, “porque a comadre proibiu que se festejasse os anos de quem quer que seja na casa para evitar os escândalos praticados pela Emília Mulata e outras.”¹⁶⁷ Dessa forma, fica evidente que Emília ia contra os rígidos papéis destinados às mulheres, de modo que se entregava tanto aos vícios quanto à profissão de prostituta, ambos considerados socialmente imorais.

Contudo, ainda que houvesse vícios, Emília também possuía virtudes. Tantas que em março de 1903 estava ela, por toda a semana do dia 11, inaugurando sua “escola” na rua do Riachuelo. Segundo a notícia “estão já matriculadas doze alunas para as seguintes aulas: acrobacia moderna, argolas e a sua origem, dança moderna e antiga, ginástica, equilíbrio na corda bamba, maneira de trepar na parede, etc.”¹⁶⁸

É importante informar que era comum, nesta coluna principalmente, utilizar a denominação colégio ou escola, quando se queria fazer menção a um

¹⁶⁵ Chico Bumba, “Carteira de um Perú”, *O Rio Nu*, 14 de fevereiro de 1903.

¹⁶⁶ Bebedeira, Embriaguez. Cf. FERREIRA, A. B. H. *Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa*. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. “Carteira de um Perú”, *O Rio Nu*, 25 de fevereiro de 1903.

¹⁶⁷ Chico Bumba, “Carteira de um Perú”, *O Rio Nu*, 7 de março de 1903.

¹⁶⁸ Chico Bumba, “Carteira de um Perú”, *O Rio Nu*, 11 de março de 1903.

prostíbulo ou outro espaço que se sabia existir para a prática da prostituição. Além disso, para confirmar o tal colégio, os colonistas sempre brincavam com as possíveis disciplinas ali oferecidas e, dentre elas, era comum aparecer algum indicativo cômico que remetia a algo sexual ou que, pelo menos, fizesse lembrar a prática sexual, revelando o real intento daquilo que sarcasticamente era denominado colégio.

Dessa forma, assim como Augusta, Emília havia alcançado já em 1903, sua própria casa de prostituição e consolidava-se numa posição de destaque, haja vista sua trajetória repleta de obstáculos. Portanto, foi no enfrentamento dessas adversidades, através das estratégias e de redes próprias de solidariedade que a haviam amparado ao longo do tempo, que Emília conseguiu atingir o estágio de agora ser dona da própria casa e, conseqüentemente, patroa daquelas que ali moravam.

Nesse sentido, Emília pode ser considerada, também, uma personagem de sucesso dentro do mundo do pós-abolição, em meio as diversas situações controversas em relação à prostituição, principalmente a perseguição empreendida contra as prostitutas pelas autoridades policiais, que eram respaldadas tanto pelos jornais que apoiavam as medidas coercitivas, quanto por parte da sociedade que via a prostituição como um incômodo das ruas.

Ainda que ambas trajetórias divergissem na forma como atingiram certa condição social, dentro das consideradas impossibilidades de mobilidade social, a história de Augusta se desenrola ainda mais. Sua trajetória pode ser acompanhada até 1916, enquanto Emília tem sua última aparição em 1912. A menção de Augusta em anos posteriores nos jornais evidencia os acertos de suas estratégias e também um sucesso duradouro.

Augusta em sua posição de elevação pode ser vista como uma mulher que além de ter alcançado o sucesso com sua casa e assim pensar em expandir seus negócios, era entendida também como aquela que protegia outras mulheres. Ainda no início do êxito de sua casa, na madrugada do dia 6 de março de 1903, aconteceu um fato importante na casa de Augusta. Naquele tempo vivia ali Maria Villar, mais conhecida como Conchita. Ao que tudo indica, essa mulher havia sido companheira do chileno Juan Luiz Soutomayor, que sendo ele ainda em Buenos Aires um agente de polícia, exercia sobre Conchita certo poder de dominação. Já no Brasil, ele exigia que Conchita o sustentasse a fim de manter

uma vida de regalias e prazeres às suas custas. Cansada dos maus tratos e das constantes ameaças, ela o abandonou, indo encontrar abrigo na casa de Augusta Mulata. O homem inconformado naquela noite tentou invadir a casa de Augusta a fim de tomar Conchita de volta para si. Mal sucedido o plano, Juan acabou sendo preso e um inquérito foi aberto para averiguar o caso¹⁶⁹.

O fato de Conchita ter procurado o estabelecimento de Augusta para morar, fugindo de seu ex-companheiro, mostra que Augusta, assim como sua casa, representavam um espaço de acolhimento para mulheres que estivessem em dificuldades. Não era somente um espaço para a prostituição, mas também um local onde mulheres na condição de meretrizes, sentiam-se seguras.

Além disso, fugindo ao estereótipo construído pelos jornais sobre sua vida pessoal de envolvimento com os vícios, Augusta se mostrava uma mulher muito diferente daquela que nos foi apresentada em finais do século XIX. Agora, enquanto dona de sua própria casa e patroa de outras mulheres, parecia adotar um outro tipo de conduta, talvez visando um melhor funcionamento de sua casa, como também se solidarizando com os problemas enfrentados por mulheres que, como ela, vinham buscando formas de sobreviver.

Em certa ocasião, foi noticiado o caso da Elvirinha Balão, amiga de Augusta. O que informava *O Rio Nu* era que “A Elvirinha Balão, depois que deixou o marchante e retirou-se da Praia Formosa, atirou-se ao uso do éter, apesar dos conselhos da amestrada Augusta Mulata”¹⁷⁰. Ainda que a notícia em tom de ironia, ao utilizar do termo “amestrada” para se referir a Augusta, indicando que ela sabia do que estava falando por também conhecer os riscos do vício ao éter, ela também mostra uma Augusta mais protetora e cuidadosa com suas amigas. Aqui parece que Augusta mantinha também uma relação maternal em relação as suas companheiras.

Contudo, o aparente cuidado com aquelas com quem andava se mostrava de forma autoritária em alguns momentos. Isso revela não só um trato mais íntimo entre mulheres que compartilhavam uma mesma casa ou o mesmo grupo de amigas, mas também certa relação de obediência. O poder que Augusta adquiriu ao tornar-se dona de um estabelecimento de prostituição, fez com que ela exercesse sua autoridade de forma a ir contra os desejos das próprias inquilinas.

¹⁶⁹ *Jornal do Brasil*, 6 de março de 1903.

¹⁷⁰ *Lingua de Prata*, “Carteira de um Perú”, *O Rio Nu*, 21 de abril de 1906.

Santa, uma daquelas que moravam na casa de Augusta, havia se apaixonado por Flávio e estava disposta a largar tudo e ir para a Europa com o amado. Augusta, no entanto, foi contra essa ideia. Para vingar-se, Santa estava fazendo “touradas” e deixando de comer. Até mesmo impediu que Flávio, seu amante, aparecesse na casa para evitar “ser mordido”, expressão que denotava o gasto de dinheiro¹⁷¹. Nesse caso, Augusta se mostrou alguém intransigente, mesmo que sua intenção fosse de proteger sua inquilina de Flávio. Talvez o posto de dona de pensão exigisse um posicionamento mais firme de Augusta, a fim de colocar ordem no estabelecimento, que vinha fazendo tanto sucesso.

Por mais que Augusta representasse essa mulher que se preocupa e até mesmo regulasse suas companheiras e inquilinas, ela também não estava isenta de problemas pessoais e inimizades. Os registros deixados pela coluna d’*O Rio Nu* mostram que mesmo sendo Augusta uma mulher muito bem quista e acolhedora em meio ao ambiente do meretrício, não estava isenta, como no caso de Elvira e Plácida, a enfrentar certo estranhamento por parte de quem convivia no mesmo espaço que ela. De acordo com o colunista Língua de Prata, havia um desentendimento entre Maria Amélia e Augusta. O colunista não soube responder a pergunta que possivelmente ouviu em suas andanças pelas zonas e publicou no jornal a fim de saber o porquê “Maria Amélia anda despeitada com a Augusta Mulata? Será por causa de Pepa”?¹⁷²

A resposta, ao que parece, não foi obtida. Mas a indagação de Língua de Prata confirma a hipótese de que mesmo Augusta sendo uma mulher bem relacionada, por conta das alianças e amizades que conquistou ao longo de sua trajetória, por também ser dona de uma casa de prostituição, possivelmente frequentada por muitas mulheres, ou então onde o fluxo de inquilinas era constante, é provável que ela tenha agregado diversos contatos ao longo de sua vida, dentre eles desafetos; pessoas que talvez não gostassem de ver Augusta na posição que conquistou.

Embora essas possibilidades existissem, Augusta sempre se mostrou cercada por diversas mulheres, aquelas que formavam sua rede de companhia. Sempre citadas juntas, meretrizes conhecidas por seus irônicos apelidos, Mme. Berthe, Elvira Balão, Suzanne, Alice Cavalo de Pau, Hercília, Mariquinhas

¹⁷¹ Língua de Prata, “Carteira de um Perú”, *O Rio Nu*, 2 de junho de 1906.

¹⁷² Língua de Prata, “Carteira de um Perú”, *O Rio Nu*, 6 de junho de 1906.

Chaveco e Titi, fora as outras, muito presentes antes do empreendimento de sua casa, como Rosita Bellegrandi e Carlota, revelam não só a existência de uma conexão entre prostitutas, seja através da afetividade ou do estranhamento, mas também um universo de situações compartilhadas muito marcadas pelas condições em que viviam. Às vezes poderiam nem mesmo ter algum tipo de afinidade, mas a situação que as envolvia acabava por colocá-las dentro de um lugar comum, aproximadas pelas circunstâncias do meretrício.

Essas conexões nos mostram, portanto, a conformação de uma rede de mulheres que, ao compartilhar da mesma condição, promoviam a construção de um espaço solidário. Augusta é um notável exemplo de que as relações no meretrício, firmadas através de costumes em comum, garantiam não somente a sobrevivência, como também uma rede de apoio e de proteção, evidenciando que essas mulheres, apesar dos esforços tanto da instituição policial, quanto de parcela da sociedade, não viviam em um mundo à parte e se amparavam umas nas outras, mesmo que para isso formassem grupos distintos, como uma estratégia de garantir seus direitos e uma melhor condição de vida.

Nesse caso, a trajetória de Augusta, através dos fragmentos encontrados nos jornais, aponta para uma experiência de grande sucesso, confirmado em publicação de 1909 n' *O Rio Nu*. A essa altura, a casa de Augusta já estava com uma sólida fama por entre os frequentadores do mundo das zonas. Segundo noticiou o jornal, parecia que a pensão de Augusta, por aquele período, oferecia até mesmo almoço, o que mostra a diversificação do ambiente. De acordo com a coluna “Por um óculo”, um sujeito anônimo contava sobre sua experiência na casa de Augusta, dizia ele:

Almoçamos ontem na conhecida Pensão Augusta Mulata. É a pensão mais brasileira, mais nacional que temos. Aí vimos as senhoras: Maria Amelia Rodrigues, sempre formosa, sempre gentil; Conceição, tão mignone, tão interessante; Marietta e Chiquinha, todas brasileiras. Havia também Mme Mina d'Iris, a graciosa artista do Concerto Avenida.¹⁷³

O tom elogioso à casa de Augusta, nitidamente referindo-se ao protagonismo daquela pensão em termos de brasilidade, já que ali viviam diversas mulheres “todas brasileiras”, provavelmente também negras assim como Augusta, mostra o quanto o processo de construção de sua vida, bem como de sua pensão,

¹⁷³Smart, “Por um óculo”, *O Rio Nu*, 20 de março de 1909.

triunfaram em relação as outras pensões. A casa de Augusta diferenciava-se, assim, por conta da genuinidade do elemento brasileiro, pautado exatamente naquilo que, no início de sua trajetória, seria o elemento impeditivo de sua mobilidade social: a cor de sua pele.

Aqui, 1909, um sujeito cujo nome não é revelado, indica que foi exatamente por serem “todas brasileiras” que se formou a “pensão mais brasileira, mais nacional” que se tinha naquele período. Isso demonstra que os anseios e as ambições de nossa personagem se efetivaram. Suas estratégias, bem como os obstáculos aparentemente intransponíveis, deram vazão à criação de um espaço muito elogiado e bem afamado, pois como evidenciou o autor da nota, a casa de Augusta era uma “conhecida” pensão.

Em meio a um espaço predominantemente ocupado por pensões de mulheres estrangeiras¹⁷⁴, cujas inquilinas eram também estrangeiras, a casa de Augusta, portanto, se transformava em um destaque já que, como mostra o autor, havia sido vista ali somente uma mulher estrangeira, a Mme Mina d’Iris.

Todas elogiadas seja por seus atributos físicos, seja pela educação que se dispunham a ter com os visitantes da pensão, a casa de Augusta assim, podia ser vista como um espaço onde até mesmo as inquilinas fugiam do estereótipo criado em relação a mulheres prostitutas. Desse modo, nossa personagem e sua casa representam não somente as possibilidades de uma mulher negra em meio à Primeira República de conquistar um espaço de importância, como também a existência do espaço da prostituição negra tão bem sucedida quanto à prostituição estrangeira.

Nesse sentido, o que fica evidente é que Augusta ocupava um tipo de espaço de poder, mas não no sentido Foucaultiano¹⁷⁵, que entende o poder atrelado ao saber, como sendo um dos mecanismos de dominação, mas nos termos de Michelle Perrot, que propõe uma noção de poder feminino, como sendo aquilo que vem para modificar a estrutura de dominação, através da influência e de determinadas estratégias de manipulação para garantir a própria sobrevivência.

¹⁷⁴SCHETTINI, Cristiana. *Que Tenhas Teu Corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro, Ed. do Arquivo Nacional, 2006. p.185.

¹⁷⁵PRADO, B., Matos, E., Moreira, Érika, Rosa, H., & Matos, M. *Os conceitos de saber, poder e discurso ideológico analisados segundo a teoria de Michel Foucault*. Anagrama, 2011, 4(3), 1-7.

Para ela, “Se elas não têm o poder, as mulheres têm, diz-se, poderes”¹⁷⁶, manifestados nas diversas possibilidades que encontraram para sair da posição de oprimidas e se firmarem enquanto protagonistas das próprias vidas, não somente na esfera privada do lar, mas também no espaço público, da rua.

Assim, as duas personagens deste capítulo, ambas ditas mulatas, Augusta e Emília, representam duas histórias distintas, por conta de suas particularidades e estratégias de sobrevivência. Todavia, marcadas racialmente pela atribuição do mesmo apelido, parecem ter tido algumas experiências compartilhadas. No que concerne às dificuldades e empecilhos sobre a mobilidade social, é possível supor que as suas condições de vida foram próximas. É importante salientar que nossas personagens são mulheres negras que, levando em consideração o momento histórico, atravessaram a margem marcada pela cor e tiveram êxito, até onde é possível saber, em seus empreendimentos e conquistas no mundo do pós-abolição. Emília e Augusta resistiram aos processos de racismo e violência em relação aos corpos negros e se estabeleceram enquanto figuras que fugiram à regra, nos mostrando assim a construção do protagonismo negro dentro do espaço do meretrício.

¹⁷⁶ PERROT, Michelle. “As mulheres, o poder e a história”. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 167.

5

Considerações finais

O presente trabalho pretendeu acompanhar de forma mais próxima a presença das prostitutas negras no Rio de Janeiro, buscando identificar as particularidades em relação às suas experiências, tanto no que diz respeito ao espaço urbano carioca, como também à periodização das práticas de controle sobre elas, temáticas pouco contempladas em sua especificidade pela historiografia que tratou do tema.

A pesquisa rastreou a presença de mulheres negras desde a perseguição à época do Império, onde o corpo negro sofria com a escravidão e as teorias raciais, que insistiam em submeter escravas à violação do corpo e da força de trabalho, a ponto de fazê-las construir suas próprias estratégias para fugirem do destino que parecia estar definido, chegando até a mobilização de outros subterfúgios para burlar o cerco policial já na República e assim, a partir dos resultados de mecanismos forjados, conseguir produzir histórias que vão na direção do que a historiografia já vinha iluminando sobre a trajetória dos negros e negras no Brasil. Nesse sentido, este estudo se insere nas discussões sobre escravidão e pós-abolição, pois contribui para refutar a ideia de passividade atribuída a esses sujeitos por tanto tempo e vem reforçar as ideias de agência, autonomia e possibilidades de sobrevivência através das margens.

Apesar do Rio de Janeiro ser um só, os sujeitos que nele viviam faziam com que o território fosse dividido em espaços diferentes, que foram vividos e significados de formas específicas. Visões e práticas racistas incidiam na tênue linha que separava os mundos da ordem e da desordem na capital federal. O espaço da cidade definia, dentro de seus limites e especificidades, os tipos de sujeitos existentes em cada território. As prostitutas negras e pardas viviam à margem dos limites impostos pelas campanhas moralizadoras da polícia e dos sujeitos queixosos de suas exposições e moradias. Nessa nova cidade, que vinha se remodelando à luz das grandes capitais europeias, elas continuaram enfrentando inúmeras dificuldades para sobreviver. Em meio aos processos de modernização e da criação de uma civilização cunhada, nossas prostitutas resistiriam de inúmeras formas possíveis, seja fugindo ou se mudando de suas casas, provando para a posteridade que por mais que dissessem que tais espaços a

elas não caberia, ainda assim resistiriam para manter seus corpos em movimento e destaque. Portanto, esse estudo ansiou e conseguiu, mesmo com os limites impostos pelas fontes e as interpretações delas, avançar no sentido de mostrar mais um pouco da história das mulheres negras no Brasil, a partir da ótica de uma prática até hoje considerada imoral para a configuração social.

No primeiro capítulo, a discussão levantada incidiu sobre o peculiar ano de 1871 e os desdobramentos de uma perseguição às prostitutas escravas. Por mais que os esforços do juiz e delegado Miguel Tavares tivessem ganhado força, impulsionando as ações de manutenção de liberdade, essas mulheres encontraram nas brechas do próprio sistema, possibilidades de emanciparem-se tanto da prostituição forçada quanto da escravidão, no momento em que se utilizaram a própria justiça à seu favor. As denúncias feitas contra seus senhores garantiram não somente o respaldo necessário para a continuação do objetivo de Tavares, mas sobretudo, no que se refere à conquista da emancipação da prostituição forçada e, conseqüentemente, da escravidão. Dessa forma, essas mulheres mostraram-se ativas em busca de sua própria liberdade, promovendo um abalo na estrutura mais fundamental do Império, que consistia na relação entre senhor e escravos.

O segundo capítulo, já nos anos iniciais da República, apresentou a cidade do Rio de Janeiro como sendo um local hostil à presença das prostitutas negras, devido ao fortalecimento das teorias raciais e de um discurso higienista, que via como nociva a presença dessas mulheres em algumas ruas da Capital Federal. Tratando-as como desordeiras e indesejáveis, tanto as investidas polícias contra as casas onde residiam e exerciam o meretrício, quanto ao escárnio dos jornais, que publicavam diversas ofensas a essas mulheres, o que se viu foi uma reterritorialização do espaço da prostituição, localizando-a, por fim, em praticamente todas as ruas da cidade, já que os projetos de expulsão e realocação feitos pela polícia republicana não deram certo. Ainda que novo, o espaço da prostituição continuou sofrendo com os ataques das instituições policiais e de parcela da população carioca.

O terceiro capítulo, iluminou a experiência de duas prostitutas negras que encontraram meios de sobreviver frente aos empecilhos impostos por uma sociedade moldada pelas teorias raciais, indo contra o que se esperava de mulheres como elas. Emilia e Augusta Mulata representaram, dentro do espaço do meretrício, uma alternativa, mesmo que permeada por muitas dificuldades às

infelizes histórias do pós-abolição. Enquanto negras e prostitutas, essas duas personagens construíram, por meio de redes de solidariedade, possibilidades que permitiram a transformação de suas realidades e até mesmo a ascensão social: de prostitutas que alugavam quartos a donas de pensão respeitadas. As duas trajetórias nos autorizam a pensar que diferentemente do que acreditavam as teorias raciais e seus adeptos, tanto Emilia quanto Augusta conseguiram, mediante estratégias de sobrevivências, burlar todo um histórico de perseguição policial e críticas de parte da sociedade, evidenciando que não eram vítimas e passivas dentro dessa configuração social, mas sim mulheres ativas e conscientes do caminho que construíam.

Assim, o que se percebe é como mulheres negras que em algum momento da vida exerceram a prostituição, colocavam-se enquanto sujeitos autônomos e participativos na cidade do Rio de Janeiro da virada do século XIX para o XX. Distantes da imagem subalterna a elas definida pelo pensamento social do período, elas afirmaram solidariedades e identidades que por anos foram relegadas pela historiografia, que atribuiu pouca importância à sua experiência no processo de formação de uma sociedade republicana. Se por um lado a história das mulheres precisava ser contada, de modo a fazer frente a uma história hegemonicamente masculina, a história das mulheres negras precisava ser descoberta. Nesse caso, aqui está uma pequena contribuição para que conheçamos parte destas potentes histórias.

6

Fontes

Fontes

A - Imprensa

A Pátria: folha da província do Rio de Janeiro (1876)

Carbonario (1885-1888)

Correio Paulistano (1904- 1906)

Correio da Manhã (1904)

Diário de Notícias (1870 - 1889)

Gazeta da Tarde (1888)

Gazeta de Notícias (1876 – 1899)

Jornal do Brasil (1905 – 1905)

Jornal do Commercio (1876)

O Globo: Orgão da Agencia Americana Telegraphica dedicado aos interesses do Commercio, Lavoura e Industria (1876)

O Paiz (1896)

O Tempo (1888)

O Rio Nu (1900-1909)

O Tempo (1888)

B – Documentação policial

Arquivo Nacional – GIF16C - 3 (1895)

C - Outros

MORAES, Evaristo de. *Ensaio de patologia social: vagabundagem, alcoolismo, prostituição, lenocínio*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921.

RIO, João. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1952.

RODRIGUES, Raymundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Salvador: Imprensa Econômica, 1894.

Referências bibliográficas

- ABREU, Martha C. “Sobre mulatas orgulhosas e crioulos atrevidos: conflitos raciais, gênero e nação nas canções populares (sudeste do Brasil, 1890-1920)”. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, v. 16, p.143-174, 2004.
- ARAS, Lina Maria Brandão de, OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. “Sob a pena da lei: mulheres pobres e marginais.” *Politéia: História e Sociologia*, Vitória da Conquista, v 3, nº1, 2003.
- BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- BURITY, Joanildo. “Desigualdades e a Abolição Inconclusa.” *Revista Impulso*, v. 17, nº 43, Piracicaba-SP, p. 21-31, 2006.
- BUTLER, Judith. “Regulações de Gênero”. *Cadernos Pagu*, nº 42, Campinas, pg. 249-274, 2014.
- CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados: a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987
- _____. *A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CAULFIELD, Sueann. *Em Defesa da Honra – Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918 – 1940)*. Campinas: Editora UNICAMP, 2000.
- _____. “O nascimento do Manguê: raça, nação e o controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942.” *Tempo*, n.9, julho de 2000.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. e RIBEIRO, Gladys Sabina, ESTEVES, Martha de Abreu. “Trabalho escravo e trabalho livre na Cidade do Rio: vivência de libertos, “galegos” e mulheres pobres.” *Revista de História*. São Paulo, v55 n 8-9, pp 85-116, set .1984/abr. 1985.
- _____. “População e Sociedade”. In: CARVALHO, José Murilo de (coord.). *A construção nacional (1830-1889)*. Objetiva: São Paulo, vol. 2, 2012.
- COLLINS, Patricia Hill. “Aprendendo com a outsider within: a significância sociológica do pensamento feminista negro.” *Revista Sociedade e Estado*, vol. 31, n.1, Jan/Abril 2016, p.102.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

- DAVIS, Natalie Zemon. *Nas Margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo. Companhia das Letras, 1997.
- ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: Os populares e o Cotidiano do Amor no Rio de Janeiro da "Belle Époque"*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 212
- ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: o saber médico e a prostituição na cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- GARZONI, Lericé de Castro. *Vagabundas e conhecidas: novos olhares sobre a polícia republicana (Rio de Janeiro, início do século XX)*. Dissertação de Mestrado, Campinas, 2007
- GONZALEZ, Lélia. "Racismo e sexismo na cultura brasileira." *Ciências Sociais hoje*, nº2, 1983.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. "Slavery's impasse – Slave prostitutes, small-time mistresses, and the Brazilian Law of 1871". *Comparative Studies in Society and History*, v.33,n.4, out.1991,p. 679
- HOOKE, Bell. "Mulheres negras: moldando a teoria feminista." *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16, Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210.
- KUSHNIR, Beatriz. *Baile de Máscaras – mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- LANZARINI, Julia Soares. *Bem-vinda a mulata: O sentido da mestiçagem na Capital Federal de Arthur Azevedo*. Dissertação de Mestrado em História Social da Cultura, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2016.
- LOWEKRON, Laura. "Consentimento e vulnerabilidade: alguns cruzamentos entre o abuso sexual infantil e o tráfico de pessoas para fim de exploração sexual". *Cadernos Pagu*, nº 45, 2015.
- MENEZES, Lená M. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio de Janeiro (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Ministério da Justiça, 1992.
- MENDONÇA, Joseli M. N. "Evaristo de Moraes, o juízo e a história." In: Silvia Lara e Joseli Mendonça (orgs). *Direitos e justiça no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2006.
- MUNANGA, Kabengele. "Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia." Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, novembro 2003.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. "Trabalhadores negros e "paradigma da ausência": contribuições à história social do trabalho no Brasil." *Revista Estudos Históricos*, v.29, nº59, 2016.
- NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite do Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

- PAES, Mariana Armond Dias. "O procedimento de manutenção de manutenção de liberdade no Brasil oitocentista." *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, p. 339-360, Agosto, 2016.
- PEREIRA, Leonardo. "Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República". *Historia*, v. 35, p. 1-21, 2016.
- PERROT, Michelle. "As mulheres, o poder e a história." In: *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 167.
- PRECHET, Beatriz do Nascimento; SAIOL, José Roberto Silvestre; NERY, Laura Moutinho. "Antropologia criminal e prostituição: a matematização do corpo segundo Pauline Tarnowsky". *Revista Transversos: O Corpo na História e a História do Corpo*, v5, n5, Rio de Janeiro, 2015.
- PRIORE, Mary Del. *Histórias Intimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.
- RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite – prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. "Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- ROSEMBERG, A.; Souza, L. "Notas sobre o uso de documentos judiciais e policiais como fonte de pesquisa histórica." *Patrimônio e Memória*, Unesp, v. 5, p. 9, 2009.
- RUBIN, Gayle. *O Tráfico de Mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo*. Recife: SOS Corpo, 1993.
- SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SILVA, Marilene Rosa Nogueira. *O negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- _____. "A Carceralização da escravidão: a emergência de um problema." *Revista Maracanan - Dossiê Diferenças e Desigualdades Sociais, Revista do Programa de Pós Graduação em História* -PPGH/UERJ, DEZ 2008.
- _____. "Heterotopias Cariocas." In: *Experimentadores: Michel Foucault e práticas historiográficas*. SILVA, Marilene Rosa da, TORRES, Magda Maria Jaolino, PINTO, Luciano Rocha (Orgs). Rio de Janeiro: Pajú, 2011.
- SILVA, Marinete dos Santos. "Escravidão e Prostituição: das várias utilidades de uma negra escrava." *Revista do Departamento de História da FAFICH/UFMG*, Junho de 1988.

SCHETTINI, Cristiana. *Que Tenhas Teu Corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro, Ed. do Arquivo Nacional, 2006.

_____. *Um gênero alegre: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916)*. Campinas, Unicamp: Dissertação de mestrado em história, 1997.

_____. “Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX”. *Cadernos Pagu*, n.25, 2005.

SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, ilhoas, polacas: a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo : Editora Ática, 1992.

_____. “Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX”. *Revista Brasileira de História*, Marco Zero/ ANPUH, 1998.

SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e Formas de Violência - Mulheres Pobres e Ordem Urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

TARNOWSKY, Pauline. *Étude anthropométrique sur les prostituées et les voleuses*. Paris: E. Lecrosnier et Bébé, 1889. Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque municipale de Lyon-part Dieu.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. “Costume, lei e direito comum.” In: *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VELLOSO, Mônica Pimenta. “As tias baianas tomam conta do pedaço. Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro.” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990.